



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ECONOMIA DOMÉSTICA**

LUCIANA DA CONCEIÇÃO GOMES

**O CICLO INTERGERACIONAL DE DEPENDÊNCIA DA POLÍTICA DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE MARIANA – MG**

**VIÇOSA - MINAS GERAIS
2020**

LUCIANA DA CONCEIÇÃO GOMES

**O CICLO INTERGERACIONAL DE DEPENDÊNCIA DA POLÍTICA DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE MARIANA – MG**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

Orientadora: Márcia Barroso Fontes

**VIÇOSA - MINAS GERAIS
2020**

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

G633c
2020
Gomes, Luciana da Conceição, 1981-
O ciclo intergeracional de dependência da política de
assistência social no município de Mariana – MG / Luciana da
Conceição Gomes. – Viçosa, MG, 2020.
109 f. : il. ; 29 cm.

Inclui apêndices.

Orientador: Márcia Barroso Fontes.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f.100-105.

1. Assistência Social. 2. Gerações. 3. Famílias - Assistência social. 4. Pobreza. 5. Política social. I. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de Economia Doméstica. Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica. II. Título.

CDD 22 ed. 344.04

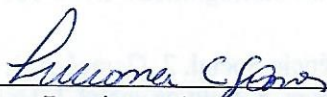
LUCIANA DA CONCEIÇÃO GOMES

**O CICLO INTERGERACIONAL DE DEPENDÊNCIA DA POLÍTICA DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE MARIANA – MG**

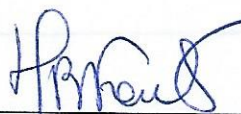
Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 13 de março de 2020

Assentimento:



Luciana da Conceição Gomes
Autora



Márcia Barroso Fontes
Orientadora

Para “Maria Antônia”, minha mãe, e todas as outras “Marias” que romperam com o ciclo intergeracional de permanência na assistência social e também as que lutam e incentivam seus filhos a permanecerem estudando.

AGRADECIMENTOS

Não poderia deixar de iniciar com uma frase que levo para a vida... “você não sabe o quanto eu caminhei para chegar até aqui”... E nesse percurso muitos acompanharam essa trajetória, outros ficaram pela estrada, o que importa é estar nesse momento aqui... É uma alegria imensa, um orgulho pessoal... A minha alegria é dividida com pessoas que torceram e contribuíram com essa conquista. A vocês, minha gratidão!

Gratidão a Deus por ter me proporcionado tanto... Deus verdadeiramente é bom o tempo todo.

A minha mãe, Maria Xavier, pelo amor incondicional e por, mesmo não tendo estudado, me permitir romper com o ciclo e não permanecer usuária da assistência social, tendo a oportunidade de cursar uma graduação numa universidade pública e agora finalizar o mestrado também numa instituição pública. A você, minha eterna gratidão pelo apoio e compreensão.

À tão estimada Márcia Fontes, minha orientadora... Gratidão por ter confiado em mim e juntas termos construído esse trabalho. Tão querida e acolhedora! A escolha desse tema me emociona muito, mas ao mesmo tempo fico feliz por essa nossa construção!

A minha família, pela compreensão da minha ausência, durante esse período, sobretudo a meu sobrinho amado, Enzo, pela falta de tempo para as brincadeiras e passeios. Dindinha ama você!

Não poderia deixar de registrar aqui o meu carinho especial pelo reencontro com a Carol nesse processo do mestrado. Você foi uma parceira, obrigada pela paciência e por ter me ensinado tanto! Querida Carol, gratidão. Saiba sempre do quanto eu gosto de você... Nossa amizade segue para vida!

Lívia Neves, amiga da graduação para a vida pessoal, obrigada por tantas contribuições, pelos incentivos, apoio e pela participação nesse momento também! Tenho por você um apreço imenso!

Aos amigos que conquistei durante o mestrado, que foram poucos, mas se tornaram únicos e especiais. Rose, admiro muito a sua personalidade e adoro a sua energia! Gratidão por tudo, sobretudo pela atenção e apoio em todo o momento, que a nossa amizade permaneça, lindeza!

Querido Pedro, obrigada pela atenção em todos os momentos, que bom ter encontrado você nessa trajetória!

Leiliane, não poderia deixar de demonstrar meu carinho a você pelas contribuições e tanta atenção todas as vezes que precisei, gratidão!

À turma do vinho... Os docinhos: Lenilda, Andréia e Vânia! Que tenhamos sempre motivos para comemorar e celebrar a vida! Obrigada por também fazerem parte dessa realização!

Aos amigos de longa data que, de uma forma ou de outra, sempre se fizeram presentes, de modo especial: Ana Cláudia, obrigada por ter contribuído não somente com essa finalização, mas sobretudo com o meu crescimento pessoal durante essa trajetória, suas palavras foram fundamentais para eu que chegasse até aqui.

Patrícia, gratidão pelas contribuições, leitura atenta dessa dissertação e incentivo.

Niara, querida, obrigada pelas sugestões, contribuições, apoio, atenção e principalmente paciência.

Aos funcionários e professores do Departamento de Economia Doméstica e do curso de Serviço Social da UFV, sou grata pelo profissionalismo e dedicação.

À professora Isaura Aquino, tão querida professora da graduação na UFOP, pelo incentivo para ingressar no mestrado e por ter aceitado o convite para participar da banca.

A Daniela Rezende, a qual as aulas contribuíram muito para esse processo. Gratidão pelas contribuições e por também ter aceitado o convite para a banca.

Às famílias que participaram dessa pesquisa, a cada uma, eu agradeço pela confiança, pelo tempo e por todas as contribuições.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Enfim, a todas as pessoas que contribuíram para a concretização deste trabalho, meu muito obrigada!

RESUMO

GOMES, Luciana da Conceição, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, março de 2020. **O ciclo intergeracional de dependência da política de assistência social no município de Mariana – MG.** Orientadora: Márcia Barroso Fontes

O ciclo intergeracional da pobreza é um dado alarmante que se coloca hoje na realidade brasileira. Essas famílias, que permanecem ao longo das gerações no ciclo intergeracional da pobreza, acabam utilizando das políticas de assistência social como mecanismo de sobrevivência na sociedade capitalista. Assim, tem-se, automaticamente, ciclos geracionais de famílias na permanência da pobreza e na dependência das políticas sociais, em especial, das políticas de assistência social. Desta forma, o presente estudo busca responder à seguinte questão: Quais os fatores que contribuem para a permanência das famílias nos programas de assistência social de forma intergeracional? Os programas sociais são instrumentos capazes de assegurar, às famílias em situação de vulnerabilidade, melhores e maiores oportunidades de vencer barreiras da exclusão social nas gerações subsequentes? Por que, mesmo assistidas pelos programas sociais, as famílias não são capazes de romper com o ciclo intergeracional de dependência da política de assistência social, e garantir sua subsistência? Estudar esta temática implica não somente abordar a trajetória das famílias beneficiadas pela política de assistência social, mas também incorporar na análise os motivos que levam muitas famílias a permanecerem na condição de usuárias, criando um ciclo de repetições e dependência que incide nas gerações seguintes. O objetivo desse estudo é compreender essa relação de dependência e, posteriormente, analisar os motivos que geram essa situação por parte das famílias, considerando, então, as características comuns entre as mesmas e suas percepções. Para alcançar o objetivo principal dessa pesquisa, serão utilizadas entrevistas semiestruturadas enquanto procedimento metodológico para coleta de dados. Neste caso, a escolha por uma pesquisa qualitativa e quantitativa se justifica pela compreensão de que, nesta dissertação, interessa mais compreender a fundo os processos sociais dos quais decorrem os motivos que levam gerações de uma mesma família precisar de auxílio assistencial do Estado, permanecendo na vulnerabilidade no decorrer dos anos, do que meramente quantificar o número de famílias que se encontram nesta situação. É, portanto, um estudo que vai além de provar quantitativamente a existência deste fenômeno, mas entender os porquês de sua perpetuação. Também foi realizada uma pesquisa bibliográfica, utilizada para a abordagem

teórica e conceitual para compreendermos a dinâmica da pobreza e das políticas sociais no país.

PALAVRAS-CHAVE: Ciclo Intergeracional da Política de Assistência Social. Pobreza. Questão Social.

ABSTRACT

GOMES, Luciana da Conceição. M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, March, 2020. **The intergenerational cycle of dependence on social assistance policy in the municipality of Mariana - MG.** Advisor: Márcia Barroso Fontes.

The intergenerational cycle of poverty is an alarming fact that is present today in the Brazilian reality. Of these families, who remain throughout the generations in the intergenerational cycle of poverty, they end up using social assistance policies as a survival mechanism in capitalist society. Thus, there are automatically generational cycles of families in the permanence of poverty and in dependence on social policies, especially social assistance policies. Thus, this study seeks to answer the following question: What are the factors that contribute to the permanence of families in social assistance programs in an intergenerational way? Are social programs instruments capable of ensuring families in situations of vulnerability better and greater opportunities to overcome barriers to social exclusion in subsequent generations? Why, even though assisted by social programs, are families unable to break the intergenerational cycle of dependency on social assistance policy, and guarantee their livelihood? Studying this theme implies not only addressing the trajectory of families benefited by the social assistance policy, but also incorporating in the analysis the reasons that lead many families to remain in the condition of users, creating a cycle of repetitions and dependence that affects the following generations. The aim of this study is to understand this relationship of dependence, and later to analyze the reasons that generate this situation on the part of families, considering then, the common characteristics between them and their perceptions. To achieve the main objective of this research, semi-structured interviews will be used as a methodological procedure for data collection. In this case, the choice for a qualitative and quantitative research is justified by the understanding that, in this dissertation, it is more important to understand in depth the social processes from which the reasons that lead generations of the same family to need assistance from the State arise, remaining in the vulnerability over the years, than merely quantifying the number of families in this situation. It is, therefore, a study that goes beyond proving quantitatively the existence of this phenomenon, but understanding the reasons for its perpetuation. A bibliographic research was also carried out, used for the theoretical and conceptual approach to understand the dynamics of poverty and social policies in the country.

KEYWORDS: Intergenerational Cycle of Social Assistance Policy. Poverty. Social issues.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Tabela Indicativa dos entrevistados.....	56
Quadro 2 - Estado civil, idade e número de filhos das mulheres entrevistadas	69
Quadro 3 - Raça/cor declarada pelas mulheres entrevistadas	70
Quadro 4 - Escolaridade das mulheres demandantes do CRAS Volante Bairros entrevistadas.....	71
Quadro 5 - Renda das Famílias atendidas no CRAS	73
Quadro 6 - Atendimento e assistência em outros lugares e Programas	74
Quadro 7 - Maneira que as famílias tiveram conhecimento dos Programas que estão inseridos (os entrevistados puderam citar mais de um item)	75
Quadro 8 - Percepção dos serviços que utilizam na Política Pública como direito	76
Quadro 9 - Condição de ocupação do domicílio	77
Quadro 10 - Regresso das mulheres no Programa Inclusão Produtiva	80
Quadro 11 - Tempo em que as famílias utilizam os serviços socioassistenciais	81
Quadro 12 - Renda Per Capita Família	83

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
1.1 Problema.....	16
1.2 Objetivos	16
1.2.1 Objetivo Geral	16
1.2.2 Objetivos Específicos:	16
1.3 Procedimentos metodológicos.....	17
2. REVISÃO DE LITERATURA.....	18
2.1 Estado e Questão Social	18
2.2 Políticas Sociais.....	25
2.3 Políticas sociais no Brasil.....	31
2.4 Histórico da Política de Assistência Social no Brasil.....	39
2.5 A centralidade da Família na Política de Assistência no Brasil e o Ciclo Intergeracional de dependência da Política de Assistência Social	43
3. METODOLOGIA	51
3.1 Caracterização da pesquisa e metodologias escolhidas.....	51
3.2 As entrevistas e os sujeitos das pesquisas	54
3.3 Sobre o local de Estudo: Mariana – MG	58
3.4 Procedimentos de análises dos dados	59
4. ANÁLISE DE DADOS.....	60
4.1 Análise das entrevistas	68
4.1.1 Dados gerais das famílias entrevistadas – uma breve análise dos dados qualitativos e quantitativos	68
4.1.2 Características gerais das famílias entrevistadas	83
4.1.3 Análise comparativa	91
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	97

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	100
APÊNDICE I.....	105
Roteiro de Entrevista Semiestruturada	106
APÊNDICE 2	107
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO – TCLE	107

1. INTRODUÇÃO

O ciclo intergeracional de dependência da política de assistência social é, hoje, um fator determinante na vida de muitas famílias brasileiras que estão há várias gerações permanecendo na dinâmica da pobreza, tendo, então, que recorrer às políticas de assistência social para suprir algumas de suas necessidades básicas. Essa temática é escassa na literatura brasileira e poucas pesquisas apresentam esse tema. Contudo, esta é uma situação cada vez mais presente e vivenciada pelas famílias em situação de vulnerabilidade sócio econômica, sendo cada vez mais vista no cotidiano dos profissionais que atuam diretamente com essa expressão da questão social, em especial, os que trabalham diretamente com a política de assistência social.

Ao se estudar o ciclo intergeracional da pobreza, encontra-se boa parte da sua literatura voltada a apresentar propostas de rompimento deste ciclo, sendo, em sua maioria, apontada como solução para este problema, a necessidade de investimento em educação de qualidade. Muitos estudos apontam, também, os programas de transferência de renda como uma forma de se garantir a política educacional para os pobres, quando a coloca como uma condicionalidade do Programa Bolsa Família, como reporta uma forma de sanar algumas das carências das famílias brasileiras, possibilitando, assim, pode-se dizer, um passo, para que as mesmas consigam se emancipar. Contudo, como bem se pode perceber, apenas a educação e os programas de transferência de renda não são suficientes para quebrar esse ciclo intergeracional da pobreza; haja vista pelo quantitativo de famílias cada vez mais dependentes das políticas de Assistência Social e pelo quadro geral de estudos e pesquisas que apontam cada vez mais o crescimento da pobreza extrema no país¹.

A Transmissibilidade Intergeracional da Pobreza traz à tona uma das mais importantes matérias quando se fala dos estudos de pobreza atualmente: o ciclo ou armadilhas da pobreza. De forma geral, sabe-se que um dos maiores desafios das intervenções para a redução de pobreza é quebrar o ciclo que se forma entre as gerações das populações mais pobres. (Henrique Guimarães Coutinho e Flávio Cireno Fernandes. 2014)

Como um demonstrativo desse quadro geral de repetição da dependência das famílias na pobreza e, conseqüentemente, na política de Assistência Social, é que a presente pesquisa tem o propósito de apresentar o ciclo intergeracional de dependência da política de assistência

¹Há estudos que apontam o crescimento da miséria no Brasil. Segundo a revista *Correio Braziliense*, "Dados do Cadastro Único do Ministério da Cidadania mostram que a pobreza extrema no país aumentou e já atinge 13,2 milhões de pessoas. Nos últimos sete anos, mais de 500 mil pessoas entraram em situação de miséria."

social no município de Mariana, no estado de Minas Gerais. Pretende-se, aqui, analisar a assistência prestada pelo Estado às famílias em situação de vulnerabilidade no município de Mariana – MG, através de seus programas de assistência social, afim de compreender a perpetuação intergeracional dessas famílias nos mesmos.

A importância de compreendermos a perpetuação de várias gerações das mesmas famílias, enquanto dependentes da política de assistência social, consiste em dar subsídios para os profissionais e para os próprios usuários de políticas públicas de que esse fenômeno não é algo natural e eterno, bem como não é de responsabilidade ou culpa dos usuários de suas famílias.

Pode-se dizer que o ciclo intergeracional de dependência da política de assistência social, hoje, integra mais uma expressão da questão social.

A falta de infraestrutura e de serviços públicos básicos, a baixa renda, a baixa escolaridade, o analfabetismo, a desnutrição, as baixas condições de vida, a falta de emprego e de oportunidades produtivas, a alta fecundidade e mortalidade são possíveis elementos geradores desse ciclo intergeracional de pobreza. [...] A pobreza é um processo complexo e está relacionado a algum tipo de privação constituída por elementos de ordem material, não material, cultural e social na vida de uma pessoa ou família. (Astrid Maciel Motta e Cristina Parente, 2018)

O Estado, que se coloca ao lado do capitalismo, jamais irá suprir com a desigualdade social e o seu reflexo é sentido nesse ciclo intergeracional da pobreza nas famílias brasileiras. Desta forma, tem-se a necessidade de se estudar esse tema, para apontar soluções para a emancipação política e para o rompimento desse ciclo intergeracional de dependência da política de assistência social.

Para compreendermos o ciclo intergeracional de dependência da política de Assistência Social, é preciso partir do princípio de que as políticas públicas, para serem eficazes, deveriam de fato atender às necessidades dos usuários dos programas sociais. Contudo, no município de Mariana-MG, os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), devido aos escassos recursos repassados pelo Governo Federal, são insuficientes para atender toda a demanda dos sujeitos que necessitam utilizar os serviços ofertados.

Geralmente, as políticas públicas são formas paliativas de resolver a questão momentânea, mas não são capazes de fazer com que as famílias deixem de usar os serviços, visto que não há investimento em programas sociais suficientes para fazer com que o indivíduo seja capaz de prover suas necessidades básicas, através do emprego e, sobretudo, da educação. E esse conjunto de fatores, que perpassa a falta de investimentos em políticas públicas e pela efetividade das mesmas na vida de seus usuários, é que incide no ciclo

intergeracional de pobreza e, conseqüentemente, na dependência dessas famílias por diversas gerações nas políticas de assistência social.

Neste sentido, o presente estudo busca responder às seguintes questões: Quais os fatores que contribuem para a permanência das famílias nos programas de assistência social de forma intergeracional? Os programas sociais são instrumentos capazes de assegurar, às famílias em situação de vulnerabilidade, melhores e maiores oportunidades de vencer barreiras da exclusão social nas gerações subseqüentes? Por que, mesmo assistidas pelos programas sociais, as famílias não são capazes de romper com o ciclo intergeracional de dependência da política de assistência social e garantir sua subsistência?

Estudar esta temática implica não somente abordar a trajetória das famílias beneficiadas pela política de assistência social, mas também incorporar na análise os motivos que levam muitas famílias a permanecerem na condição de usuárias, criando um ciclo de repetições e dependência que incide nas gerações seguintes. Ou seja, trata-se de uma problemática social que envolve um sistema com raízes históricas que vem sendo reproduzido pelos segmentos da assistência social.

Importa ressaltar que o interesse pelo tema apareceu durante uma conversa com a orientadora, visto que houve necessidade de mudar de objeto de pesquisa; a partir daí, em uma conversa entre a pesquisadora e orientadora, falando sobre experiência de vida, surgiu o interesse pela pesquisa. Para isso, foi fundamental, também, a observação da pesquisadora durante o período de trabalho na política social, na Secretaria de Desenvolvimento Social do município de Mariana, desde a época em que esteve como técnica do setor de habitação, bem como nos programas sociais e no CRAS. Observou-se que grande parte das famílias atendidas em todos os setores da Secretaria possuíam mais de uma geração que eram demandantes da política de assistência social, ou seja, os pais da geração atual utilizaram e/ou utilizam os serviços. Outra observação feita, ainda, é a de que os filhos também desfrutam de tais serviços, fazendo parte de programas de transferência de renda: de Formação Profissional, para os que possuem idade entre 16 e 21 anos, e, para os filhos menores de 16 anos, há a participação em grupos de crianças e adolescentes nos CRAS, onde eles realizam atividades socioeducativas em um espaço dentro da secretaria, que tem diversas atividades de lazer para crianças e adolescentes.

1.1 Problema

O ciclo intergeracional da pobreza é um dado alarmante na realidade brasileira. Assim, tem-se automaticamente, famílias que permanecem no ciclo intergeracional da pobreza utilizando as políticas de assistência social. O presente estudo busca responder à seguinte questão: Quais os fatores que contribuem para a permanência das famílias nos programas de assistência social de forma intergeracional? Os programas sociais são instrumentos capazes de assegurar, às famílias em situação de vulnerabilidade, melhores e maiores oportunidades de vencer barreiras da exclusão social nas gerações subsequentes? Por que, mesmo assistidas pelos programas sociais, as famílias não são capazes de romper com o ciclo intergeracional de dependência da política de assistência social e garantir sua subsistência? Estudar esta temática implica não somente abordar a trajetória das famílias beneficiadas pela política de assistência social, mas também incorporar na análise os motivos que levam muitas famílias a permanecerem na condição de usuárias, criando um ciclo de repetições e dependência que incide nas gerações seguintes.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral: Analisar a assistência prestada pelo Estado às famílias em situação de vulnerabilidade no município de Mariana - MG através de seus programas de assistência social, a fim compreendera perpetuação intergeracional dessas famílias nos mesmos.

1.2.2 Objetivos Específicos:

- Contextualizar a Política de Assistência Social no Brasil no marco sócio-histórico do mundo contemporâneo;
- Analisar as políticas de Assistência Social prestadas pelo Município de Mariana – MG, através do CRAS-Volante;
- Compreender o ciclo intergeracional de dependência da Política de Assistência Social no município de Mariana – MG;
- Analisar de forma crítica o ciclo intergeracional de dependência da Política de Assistência Social e as políticas ofertadas pelo município de Mariana – MG.

1.3 Procedimentos metodológicos

Para alcançar o objetivo principal dessa pesquisa, serão utilizadas entrevistas semiestruturadas enquanto procedimento metodológico para coleta de dados. Neste caso, a escolha por uma pesquisa qualitativa e quantitativa se justifica pela compreensão de que, nesta dissertação, interessa mais compreender a fundo os processos sociais dos quais decorrem os motivos que levam gerações de uma mesma família precisar de auxílio assistencial do Estado, permanecendo na vulnerabilidade no decorrer dos anos, do que meramente quantificar o número de famílias que se encontram nesta situação. É, portanto, um estudo que vai além de provar quantitativamente a existência deste fenômeno, mas entender os porquês de sua perpetuação. Também foi realizada uma pesquisa bibliográfica, utilizada para a abordagem teórica e conceitual para compreendermos a dinâmica da pobreza e das políticas sociais no país.

2. REVISÃO DE LITERATURA

Este capítulo tem como objetivo apresentar um breve resgate acerca da pobreza e da questão social, para então abarcarmos os rumos da política de assistência social no Brasil e no mundo. Para isso, realiza-se, então, um resgate sócio-histórico das políticas sociais e da política de assistência social brasileira. Logo após, será possível trabalhar e compreender o ciclo intergeracional de dependência da política de Assistência Social, objeto principal dessa pesquisa.

Ou seja, é preciso compreender o surgimento e a necessidade de construção de políticas públicas por parte do Estado, enquanto respostas às expressões da questão social e como movimento de conciliação e controle do capital sobre o trabalho. Além disso, como o Estado capitalista não possui como princípio a eliminação da pobreza, é possível traçar e compreender o ciclo intergeracional de dependência da política de Assistência Social.

Desta forma, iniciaremos o capítulo com uma apresentação histórica do pauperismo e questão social e da forma de enfrentamento, por parte do Estado capitalista, das expressões e reivindicações da classe trabalhadora, através de políticas sociais.

O que nos remete à segunda sessão, em que se apresenta o histórico de surgimento da política social no mundo, em especial na Europa, para, posteriormente, na terceira sessão, analisarmos como esse processo se dá no Brasil.

Essa análise é a base para uma compreensão da formação das políticas sociais no Brasil, da centralidade da família nesse processo; só assim, compreenderemos o ciclo intergeracional de dependência da política de assistência social no Brasil, em especial no município de Mariana – Minas Gerais, local da pesquisa em tela.

2.1 Estado e Questão Social

Com o início do processo da industrialização na Inglaterra, a população trabalhadora sofria o então chamado *pauperismo*, entendido naquele momento como ausência de meios para suprir as necessidades básicas. A pauperização foi, segundo Netto (2001), o aspecto mais imediato da instauração do capitalismo em seu estágio industrial-concorrencial. Configurava-se como a primeira expressão apresentada pela classe trabalhadora, que não possuía meios de suprir suas necessidades, e tinha que vender sua força de trabalho, pois não detinha os meios de produção, que acarretavam em inúmeras expressões da questão social, alimentadas pela diferença de classes.

Conforme Netto (2001), para os pensadores daquela época, independente da sua posição de classe e ideo-política, ficava claro que o pauperismo se tratava “de um fenômeno novo, sem precedentes na história anterior conhecida”. A desigualdade já se era conhecida, mas não nos moldes da industrialização; era diferente da apropriação dos bens sociais. Ainda, segundo o autor, “era radicalmente nova a dinâmica da pobreza que então se generalizava”.

Netto (2001) afirma que “pela primeira vez na história registrada, a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas”; ou seja, poucas pessoas ampliavam seus bens de consumo e se revelavam cada vez mais capazes de produzir mais bens de serviços e acumulação de riqueza; na contramão, cada vez mais os trabalhadores despossuídos das condições materiais de vida e sem acesso à tais bens e serviços.

Se, antes, a pauperização “estava ligada a um quadro geral de escassez [...] agora ela se mostrava conectada a um quadro geral tendente a reduzir com força a situação de escassez”. Como explica o autor:

Numa palavra, a pobreza acentuada e generalizada no primeiro terço do século XIX – o pauperismo – aparecia como nova precisamente porque ela se produzia pelas mesmas condições que propiciavam os supostos, no plano imediato, da sua redução e, no limite, da sua supressão. (NETTO, 2001, p.43)

Ainda, os desdobramentos da designação do pauperismo pela expressão “questão social” relacionam-se diretamente aos seus desdobramentos sócio-políticos. Se antes, a visão do pauperismo estava relacionada com o acaso, com as “vítimas do destino”; os pauperizados, com o advento da industrialização, não se conformaram com a sua situação e passaram a reivindicar, questionar e, ao longo dos anos, tornaram-se uma ameaça real às instituições sociais existentes, como cita o autor, suas reivindicações se deram de várias formas, desde a violência ao *luddismo* e à formação das *trade unions*. Esse novo quadro sócio-político, que gerou uma aversão da classe trabalhadora com a ordem burguesa, o pauperismo designou como “questão social”.

Ou seja, o termo “questão social” aparece pelo protagonismo da classe trabalhadora no enfrentamento do pauperismo. Se o pauperismo era visto por uma questão até mesmo divina “porque Deus quis assim”, a questão social passa a ser entendida como uma questão política. E é neste contexto que a classe trabalhadora (aquela que realmente produzia a riqueza) passa a se organizar e lutar contra a exploração e as más condições da força de trabalho. Neste período, tem-se as primeiras organizações da classe em sindicatos, partidos políticos e movimentos sociais.

Segundo Arantes (2013), no final do século XIX, em especial com a Primavera dos Povos (1848), a consciência política da classe trabalhadora faz emergir um novo projeto de classes, na busca da emancipação humana²; por entender que, no capitalismo, não será possível um mundo sem desigualdades, sem exploração e conseqüentemente sem as manifestações da questão social. Ainda segundo Netto (2011), a questão social avança na medida em que também avança a consciência da classe trabalhadora; e é a partir daí que se tem a primeira aproximação do termo questão social com o pensamento marxista, tendo em vista que é nessa época que Marx passa a analisar a sociedade burguesa e, conseqüentemente, a realidade da classe trabalhadora.

Porém, na contramão da consciência de classes, também, neste mesmo período, há a corrente do pensamento conservador e reformista, em que de acordo com Netto (2001) “a “questão social” perde paulatinamente sua estrutura histórica determinada e é crescentemente naturalizada, tanto no âmbito do pensamento conservador laico como no do confessional”. As expressões imediatas da questão social naquele momento (forte desigualdade, desemprego, fome, doenças, desamparo, penúria, etc.) são vistas como “inelimináveis de toda e qualquer ordem social” (Netto, 2001:44). A solução era, então, tentar no máximo diminuir algumas sequelas e tratá-las com um viés moralista, quando não um “caso de polícia”.

Marx, em sua vasta obra, analisa um Estado liberal, restrito e que não representa o interesse de todos, mas sim dos proprietários dos meios de produção, o qual, para chegar aos seus interesses, utiliza-se da coerção. Contudo, não é apenas através da coerção que o Estado passa a intervir nas sequelas da questão social com a classe trabalhadora. Segundo Netto (2011), no capitalismo concorrencial, a intervenção estatal sobre as sequelas da exploração da força de trabalho respondia “básica e coercitivamente às lutas das massas exploradas ou à necessidade de preservar o conjunto de relações pertinentes à propriedade privada burguesa como um todo”. É o que chamamos da função de *concessão x conquista*. O que era de interesse da classe burguesa, o Estado atendia às reivindicações da classe trabalhadora, apenas com o interesse de ampliar as condições de trabalho e consumo, ou seja, para favorecimento da burguesia e capitalismo.

² Dentro da sociedade burguesa, a emancipação humana é impossível, tendo em vista que a mesma visa uma emancipação para além da exploração e apropriação privada da produção, da cultura. Ou seja, a emancipação humana, faz parte de um projeto revolucionário que busque romper com a propriedade privada para fins da sociedade se emancipar. O que hoje muito se encontra, segundo Marx em Para uma Questão Judaica, é uma emancipação política, ou seja, faz parte de um projeto reformista, que busca uma liberdade dentro do sistema de mercado, mas jamais a sua superação, ou seja, não prevê a superação da propriedade privada, da mais-valia e da exploração e conseqüentemente da pobreza.

Ainda segundo Netto (2011), no capitalismo concorrencial, a “questão social apenas era objeto da ação estatal”, pois, na medida em que motivava um auge de mobilização trabalhadora, ameaçava a ordem burguesa ou no limite, colocava em risco global o fornecimento da força de trabalho para o capital – condições externas à produção capitalista”.

Conforme Arantes e Oliveira (2014), ao analisarem as relações sociais de produção, Marx conclui que a sociedade é a sociedade de classes, onde uma classe detém os meios de produção e a outra é a classe que só possui a venda da sua força de trabalho para sobreviver. É essa relação de compra e venda da força de trabalho, essa produção de riqueza concentrada em um polo e a pauperização no outro, que define as relações sociais existentes. No caso da sociedade burguesa, essas relações sociais são determinadas pelo modo de produção capitalista, que se mantém através da acumulação capitalista, onde sua base está na exploração da classe trabalhadora.

Ainda de acordo com os teóricos, Marx analisa o Estado Liberal, “restrito e que não representa o interesse da maioria, mas representa os interesses dos proprietários dos meios de produção”. Daí, advém a famosa definição do Estado enquanto “Comitê Executivo da Burguesia”. Porém, através da análise dos interesses que permeavam o Estado Liberal, Marx analisou que, na luta cotidiana entre a luta de classes, o Estado se coloca claramente ao lado de uma classe determinada, a classe burguesa. Arantes e Oliveira (2014) afirmam que “Marx também percebe que os mesmos passam para além do interesse individual e chega ao “interesse de classe”, ou seja, ele vê que o verdadeiro sujeito da história não é o indivíduo, e sim as classes sociais”, onde “os indivíduos compartilham os mesmos ideais dentro de uma mesma classe”.

Já Gramsci analisa as relações do Estado com a sociedade civil de forma diferente. Para Gramsci, o Estado não está apenas ao lado de uma classe distinta e definida, mas ele é permeado pela luta de classes.

Conforme Arantes e Oliveira (2014), Gramsci analisa um Estado até então inexistente no período em que Marx o analisou, tendo em vista que a classe trabalhadora havia conquistado a redução da jornada de trabalho. Ou seja, “surge na história, a possibilidade de que mesmo no espaço de um estado que representa os interesses da classe burguesa, há lugar para a representação, por menor que seja, das classes subalternas”.

Por analisar um Estado, que Gramsci afirma ser também permeado pela luta de classes, ele define, então, o Estado para além do “comitê executivo da burguesia”, como “Estado Ampliado”; onde, ainda, segundo Arantes e Oliveira (2014), o Estado passa a conceder benefícios a uma classe devido à pressão que a mesma exerce na busca por direitos,

etc. Pressão essa expressa na organização da classe trabalhadora em sindicatos, partidos políticos e movimentos sociais.

Essa situação começou a se alterar na segunda metade do século XIX. O Estado começou a se ampliar: atores sociais diversos passam a apresentar diferentes demandas, a lutar por interesses diversos. Essa pluralidade de interesses, quando se organiza, cria o que Gramsci irá chamar de “sociedade civil”, uma nova esfera da superestrutura jurídico-política, que juntamente com o Estado-coerção, forma o Estado no sentido “ampliado”. (COUTINHO, p. 55, 1995)

Segundo Simionatto (2011), “Gramsci percebe que, na sociedade capitalista moderna, o Estado se ampliou e os problemas relativos ao poder se complexificaram na trama da sociedade, fazendo emergir uma nova esfera social que é a ‘sociedade civil’”. Ainda de acordo com a autora, Gramsci entende que o Estado se apresenta a partir da existência de duas esferas distintas no interior das superestruturas: sociedade civil e sociedade política.

Para esta mesma autora, a sociedade civil se organiza através dos Aparelhos Privados de Hegemonia, como o caso de escolas, igrejas, mídia, etc, como “espaço onde se organizam os interesses em confronto, onde se tornam conscientes”. E é através disso que, segundo Arantes e Oliveira (2014), neste espaço de contradições que se expressam na organização destes aparelhos privados de hegemonia, com a socialização da política, o Estado se amplia, incorporando novas funções, concedendo, então, espaço para outra classe que não só a classe burguesa; é neste sentido que Simionatto (2011) afirma que o Estado Ampliado é atravessado pela luta de classes. Então, ainda conforme Arantes e Oliveira (2014), “a sociedade civil em Gramsci faz parte do Estado, que por sua vez é permeado por interesses e conflitos das classes sociais conformadas na estrutura econômica”.

Ou seja, na medida em que o Estado é permeado por interesses e conflitos das classes sociais, o mesmo tende a conceder políticas sociais, de maneira a controlar a sociedade, bem como dando respostas às expressões da questão social, mas sem deixar de beneficiar a burguesia e o capitalismo.

Segundo Netto (2011), é com o efeito do estágio imperialista que o capitalismo e a sociedade burguesa na sua totalidade ascendem a sua maturidade histórica, com o objetivo principal de “acréscimo dos lucros capitalistas através do controle de mercados”. Porém, eles mantêm seus traços basilares de exploração da classe trabalhadora, acirrando ainda mais a desigualdade social e, conseqüentemente, as expressões da questão social.

Já, no Brasil, a análise da questão social ocorre de uma forma diferenciada, segundo diversos autores. Primeiramente, pela diferença econômica e inserção tardia do país ao

sistema capitalista. A análise da questão social no Brasil tem início com Iamamoto (2001), ainda no capitalismo concorrencial, tendo em vista que o capitalismo monopolista só se instaura no Brasil no período da ditadura militar, em meados dos anos 60 e 70.

Então, Iamamoto (2001) levanta a questão: “*Como pensar a produção da questão social na cena contemporânea?*”. Segundo a autora, os anos 70 é permeado por uma das crises cíclicas do capital, em que “verificam-se profundas alterações nas formas de produção e de gestão do trabalho perante as exigências do mercado oligopolizado em um contexto de mundialização do capital”; o que geram alterações na forma de produção e, conseqüentemente, na relação do Estado perante a sociedade civil, com base, ainda segundo a autora, na “*financeirização da economia em um novo estágio de acumulação capitalista*”. Para elencar o quadro geral da questão social neste período, ela destaca quatro aspectos centrais.

O primeiro citado por Iamamoto (2001) recorre a Salama, afirmando que a lógica financeira do regime de acumulação tende a provocar crises que projetam no mundo gerando recessão. Essa recessão redundando em maior concentração de renda e conseqüentemente aumento da pobreza, expressando o que a autora chama de “apartheid social”. A crise reveste os fundos voltados a dívidas internas e externas de resgate das indústrias e bancos, favorecendo investimentos especulativos em detrimento da produção, o que gera o alto índice de desemprego, o agravamento da questão social e a regressão das políticas públicas.

O segundo aspecto, ainda segundo Iamamoto (2001), é a troca do padrão de produção e acumulação, que passa do taylorismo-fordismo para a acumulação flexível; que, ainda segundo a autora, afeta os processos de trabalho, as formas de gestão da força de trabalho, o mercado e conseqüentemente os direitos sociais e trabalhistas, e, de modo conseqüente, os padrões de consumo. Assim, com a tendência de reduzir custos e ampliar a lucratividade, o trabalhador é quem paga por essa alteração, com cortes e congelamentos de salários e demissões em massa. Concomitantemente, tem-se uma crise dentro do sindicalismo e o aparecimento de diversos sindicatos chamados de “amarelos”, ou seja, estão mais do lado dos patrões do que dos próprios trabalhadores. Neste momento, a figura do trabalhador polivalente é fortíssima, assim como o fortalecimento da terceirização e as péssimas condições de trabalho e relações trabalhistas.

Para a autora, o terceiro fator é a alteração da relação do Estado com a sociedade civil, orientadas pela política neoliberal; ou seja, a necessidade de reduzir a ação do Estado perante a questão social. Essa alteração reside em privatizar ao máximo a *coisa pública*. A transferência da responsabilidade da questão social para o indivíduo, políticas públicas e

sociais sendo remanejadas pelas ONGs, setores privados e pela chamada solidariedade é o que acarreta o que a autora elenca como o quarto fator: “Tais processos atingem não só a economia e a política, mas afetam as formas de sociabilidade”. O mercado passa a regular ainda mais a vida social, invadindo diferentes esferas da vida social. Reforça-se assim a competitividade, o individualismo e a questão social passam a se apresentar fragmentados. E o teor conservador atinge as formas culturais, de identidade coletivas.

Ainda segundo Yamamoto (2001),

Neste novo cenário, a “velha questão social” metamorfoseia-se, assumindo novas roupagens. Ela evidencia hoje a imensa fratura entre o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social e as relações sociais que o sustentam. Crescem as desigualdades e afirmam-se as lutas no dia a dia contra as mesmas – na sua maioria silenciadas pelos meios de comunicação – no âmbito do trabalho, do acesso a direitos e serviços no atendimento às necessidades básicas dos cidadãos, das diferenças étnico-raciais, religiosas, de gênero etc. (IAMAMOTO, 2001, pg. 21)

Logo, a questão social no capitalismo monopolista e, conseqüentemente hoje no Brasil, apresenta-se de forma fragmentada e cada vez mais é entendida como um problema individual, sendo tratada como tal; onde o Estado passa a cada vez menos investir na área social e nas políticas públicas. Essa visão das expressões da questão social se apresentando de forma fragmentada e, em alguns aspectos, de uma forma mais ou menos intensificada é que gera para alguns autores, em especial os pós-modernos, o termo “nova questão social”³. As novas expressões da velha questão social, sempre se apresentam de forma fragmentada e distante na percepção de muitos, da relação capital e trabalho. E, assim, o Estado responde a estas expressões, também de forma fragmentada e imediatista através de políticas públicas pontuais.

Arantes (2013) afirma que foi através da exploração que os trabalhadores se uniram, seja em partidos políticos, em sindicatos ou movimentos sociais, na busca de conquistarem direitos, por melhores condições de vida e trabalho, contra a exploração, dentre outras pautas reivindicatórias. Desta forma, o Estado, então, cada vez mais se via obrigado a enfrentar as expressões da questão social, seja através dos direitos trabalhistas, assim como também na promoção de políticas públicas para manter a “ordem”. Ou seja, tratar as expressões da questão social apenas como caso de polícia já não era mais o suficiente.

³ A visão sobre o tema “nova questão social” é amplamente debatida por Yamamoto, que afirma não existir uma nova questão social, e sim novas expressões da questão social. Isso porque a base e a relação capital x trabalho e exploração continuam as mesmas na ordem societária que vivemos.

As políticas sociais e a formatação de padrões de proteção social são desdobramentos e até mesmo respostas e formas de enfrentamento – em geral setorializadas e fragmentadas – às expressões multifacetadas da questão social no capitalismo, cujo fundamento se encontra nas relações de exploração do capital sobre o trabalho. (BEHRING, 2009, pg. 51)

2.2 Políticas Sociais

Não cabe, aqui, elencar as características primárias de funcionamento e características na fase do capitalismo monopolista, o que nos interessa é como se efetiva a ação estatal com a classe burguesa e trabalhadora. Como analisa Netto (2011),

[...] para efetivar-se com chance de êxito, ela (acumulação capitalista no estágio dos monopólios) demanda de mecanismos de intervenção extra-econômicos. Daí a refuncionalização e o redimensionamento da instância por excelência do poder extra-econômico, o Estado. (NETTO, 2011:20)

O Estado, desde o absolutismo, sempre interviu na economia, porém, com o estágio imperialista, há uma “refuncionalização” do Estado e na sua forma de intervir na economia e consequentemente nas sequelas da questão social.

Segundo Arantes (2013), o Estado, então, passa ser o propulsor de produção de mercadorias, assumindo novas formas de enfrentar as sequelas da questão social de acordo com os interesses do grande capital, ancorado em esferas internacionais, como o FMI e Banco Mundial. A forma que o Estado se utiliza para diminuir a tensão com a classe trabalhadora e garantir os níveis de sobrevivência para manutenção da força de trabalho se dá através das políticas públicas. Conforme Netto (2011) e Behring (2009), o Estado passa a incorporar algumas demandas da classe trabalhadora, na garantia de direitos sociais, garantindo, assim, a essência e o controle da força de trabalho, por meio das políticas sociais.

Segundo Behring (2009), não se sabe com precisão o período específico de surgimento das políticas sociais, o que se tem conhecimento, ainda segundo a autora, é que “sua origem é comumente relacionada aos movimentos de massa social-democratas”, em especial no período pós Segunda Guerra Mundial sobre forte influência da Revolução Industrial, como processo da luta de classes e da intervenção estatal.

As primeiras ações e legislações com características pontuais e consideradas, conforme Behring (2009), como protoformas de políticas sociais, estavam diretamente ligadas às ações caritativas, filantrópicas e punitivas. As primeiras legislações eram inglesas e se desenvolveram no período que antecedeu a Revolução Industrial. De acordo com a autora eram elas:

- Estatuto dos Trabalhadores, de 1349;
- Estatuto dos Artesãos, de 1563;
- Lei dos pobres elisabetanas, de 1531 a 1601;
- Lei de Domicílio, de 1662;
- SpeenhamlandAct, de 1795, e
- Nova Lei dos Pobres de 1834.

De acordo com Behring (2009), essas primeiras legislações possuíam um “código coercitivo do trabalho”, ou seja, elas eram mais no sentido de punir os trabalhadores e fazê-los aceitar qualquer emprego que fossem submetidos, ou seja, estabeleciam o imperativo do trabalho, impediam a mendicância e não permitiam que os trabalhadores negociassem seus salários. Além dessas características, ainda segundo a autora, essas leis eram associadas a ações que garantiam alguns auxílios, tais como alimentação aos pobres “merecedores”, e não perpassavam pela perspectiva do direito.

É apenas em 1795, que a Lei Speenhamland passa a ser um tanto quanto diferente das demais, pois, a mesma, segundo Behring (2009), estabelecia o pagamento “de um abono financeiro, em complementação aos salários, cujo valor se baseava no preço do pão”. Ou seja, essa é a primeira lei que garantia ao trabalhador, a possibilidade de negociar seus salários, instituído em lei. Contudo, ainda conforme a autora, essa lei foi abolida, em 1834, pela Nova Lei dos Pobres, que retoma o caráter punitivo e imperativo do mercado de trabalho, privando ao trabalhador o direito de negociar seus salários e fazendo que os mesmos fossem submetidos à qualquer tipo de trabalho, como um meio do “primado liberal do trabalho como fonte única e exclusiva de renda”.

[...] as legislações sociais pré-capitalistas eram punitivas, restritivas e agiam na intersecção da assistência social e do trabalho forçado, o ‘abandono’ dessas tímidas e repressivas medidas de proteção no auge da Revolução Industrial lança os pobres à ‘servidão da liberdade sem proteção’, no contexto de plena subsunção do trabalho ao capital, provocando o pauperismo como fenômeno mais agudo decorrente da chamada questão social. Foram as ‘lutas pela jornada de trabalho’ (Marx, 1987) que provocaram o surgimento de novas regulamentações sociais e do trabalho pelo Estado [...] (BEHRING, 2009, p. 51)

Behring (2009) apresenta que o primeiro grande marco na história das políticas sociais foi a luta pela regulamentação da jornada de trabalho, que fez com que o Estado intervisse em uma expressão da questão social, após uma luta travada entre a burguesia e os trabalhadores

na segunda metade do século XIX. Ainda segundo a autora, é nesse momento que é possível verificar “um deslocamento burguês em relação ao problema da jornada de trabalho”, pois começaram a ver a necessidade de “normalizar” a jornada de trabalho, “tendo em vista os custos de depreciação da força de trabalho nas condições extenuantes do início da Revolução Industrial, aumentados pelas paralisações e mobilizações dos trabalhadores” (2009, p.55). Neste momento, então, o Estado passa a intervir na legislação e regulamentação trabalhista, por meio da legislação fabril, caracterizando-o como o “início da regulamentação da relação capital/trabalho”.

O período que segue da segunda metade do século XIX até a terceira década do século XX é fortemente marcado pela tensão do liberalismo, que defende a intervenção mínima do Estado, o que conseqüentemente incide na redução de políticas sociais. As ideias liberais, muito defendidas por Adam Smith, de acordo com Behring (2009), apontam para a ação do Estado para garantir maior liberdade ao mercado livre, e que para o fato de que esse poderia maximizar os benefícios aos homens. Ou seja, nesse sentido, o Estado não deveria intervir na questão salarial e os homens deveriam, através de seus salários, garantirem sozinhos o bem estar de suas famílias; logo, o Estado não deveria “se preocupar com o atendimento das necessidades sociais”. Bem como também não era indicado que o Estado estimulasse e/ou criasse políticas sociais, pois as mesmas “estimulavam o ócio e o desperdício”, o que seria de grande risco para a sociedade de mercado. Desta forma, as respostas do Estado às expressões da questão social eram mais repressivas e com tímidas respostas às lutas sociais.

Esse cenário começa a se alterar em meados do século XX, na medida em que o Estado passa a incorporar orientações sociais-democratas, conforme Behring (2009), assumindo um caráter mais social. Ainda segundo a autora, essa alteração não ocorre de maneira linear e é diferente em cada país, dada a sua estrutura social e da pressão da classe trabalhadora. O primeiro sinal ocorreu na Alemanha, através do seguro social, onde Elaine Behring (2009) aponta o reconhecimento por parte do Estado de que o público de incapacitados ao trabalho deveria ser protegido. Esse processo vai se espalhando ao longo do continente Europeu e, logo após, em países da América e Ásia e, ainda de acordo com a autora, alguns países passam a de fato investir uma dada porcentagem do seu Produto Interno Bruto com gastos sociais. Além de acontecerem outras conquistas, tais como o sufrágio universal, a possibilidade de participação na vida política por parte dos trabalhadores, a liberação de sindicatos e partidos políticos, dentre outros.

Contudo, ainda segundo Behring (2009), esse processo de intervenção do Estado na economia e nas questões sociais foi duramente debatido e desestimulado pelos liberais, e

somente foi ao longo do tempo enfraquecido devido aos processos político-econômicos, como aponta a autora, do fortalecimento da classe trabalhadora, que começou a ocupar espaços políticos e a concentração e monopolização do capital, minando com a ideia liberal do indivíduo empreendedor, orientado por direitos morais.

Outro fator que corroborou com o deterioramento das ideias liberais, segundo Behring (2009), foi o fato de que as elites econômicas, após a crise de 1929, começaram a compreender os limites do mercado. A crise econômica, causada após a chamada Queda na Bolsa de Valores de 1929, gerou a crise do capital com inúmeros desempregados, sendo o Estado chamado a intervir no mercado. Ou seja, as políticas sociais, no período de 1929 a 1932, fazem parte, segundo a autora, de um conjunto de medidas anti crises, buscando amortecer “as crises cíclicas de superprodução, superacumulação e subconsumo”; além do momento político vivido na época, gerado com o fim da Segunda Guerra Mundial e a ascensão do movimento operário, liderado por Stálin na então União Soviética, com o objetivo do socialismo, combatendo as ideias da democracia liberal-burguesa na Guerra Fria. Esse período deu um ânimo no movimento operário internacional e um fortalecimento de suas bandeiras de luta.

As políticas sociais se generalizaram nesse contexto, compondo o rol de medidas anticíclicas do período, e também foram o resultado do pacto social estabelecido nos anos subsequentes com segmentos do movimento operário, sem o qual não podem ser compreendidas. (BEHRING, 2009, p.71)

Uma das medidas para saída da crise de 1929 foi a pactuação fordista-keynesiana, que alterou o modo de produção em massa e propôs um novo modo de intervenção do Estado na economia, que perpassa diretamente pelo crivo das políticas sociais. Esse processo se deu no momento do capitalismo maduro, os chamados “anos de ouro” do sistema capitalista. Segundo Behring (2009), a intervenção estatal tinha como eixo a geração de renda para promover maior igualdade e a geração de emprego, como intervenções na área social. Já, na área econômica, o Estado passa a intervir “para garantir a produção”. Ao longo dos anos, então, tem-se uma melhora na qualidade de vida do trabalhador, que passa a ter acesso aos bens de consumo duráveis, bem como cultura e lazer. Porém, ainda conforme a autora, esse processo, associado às denúncias dos crimes cometidos por Stalin, levou a uma perda da “identidade” socialista da luta dos trabalhadores.

Ou seja, Behring (2009) afirma que o período entre as duas grandes guerras não foi considerado o melhor período de promoção de políticas sociais, mas é o marco do reconhecimento da necessidade de intervenção estatal na esfera social. O período conhecido

política e economicamente como *Welfare State* nos países nórdicos da Europa e com outros nomes em outros países apontava como característica uma intervenção do Estado na situação do pleno emprego, na regulação do mercado e na oferta de políticas sociais. Segundo Behring (2009), esse período ficou conhecido como a “idade de ouro” das políticas sociais.

No período do *Welfare State*, houve uma incorporação e ampliação dos seguros sociais. Isso se deu de forma diferenciada em cada país, alguns se deram de forma universal, outros com um caráter mais voltado aos trabalhadores ou para àqueles que se encontravam impossibilitados de trabalhar. Em alguns países, a intervenção estatal na área social se dava também em aspectos educacionais, assistência médica e habitação. Essa diferença em cada país é apresentada por Elaine Behring ao apontar as principais diferenças e semelhanças nos modelos de seguros sociais:

[...] parece consensual entre os autores que os seguros sociais, ou seja, a garantia compulsória de prestações de substituição de renda em momentos de riscos derivados da perda do trabalho assalariado pelo Estado foi uma inovação da Alemanha na era bismarckiana. Já o modelo beveridgiano, surgido na Inglaterra, tem como principal objetivo a luta contra a pobreza. Nesse sistema de proteção social, os direitos são universais, destinados a todos os cidadãos incondicionalmente ou submetidos a condições de recursos (testes de meios), e o Estado deve garantir mínimos sociais a todos em condições de necessidade. O financiamento é proveniente dos impostos fiscais (e não da contribuição direta de empregados e empregadores) e a gestão é pública, estatal. (BEHRING, 2009, p. 97)

Estes modelos, tanto da Inglaterra como da Alemanha, foram utilizados em diversos países, mesmo quando não se utiliza a terminologia do *Welfare State*. Contudo, segundo Bhering (2009), todos passam a ter uma expansão da política social, associada à ideia da cidadania, através da defesa de transformações societárias.

Porém, nos anos 60, os chamados “anos de ouro”, começam a dar os primeiros sinais de esgotamento, com a aproximação de uma nova crise do capital. A ideia de que o Estado poderia poupar o capitalismo de futuras crises, cai por terra.

O que ocorreu em 1974-1975, na verdade, foi uma crise clássica de superprodução, se observada as tendências de longo prazo fundadas na lei do valor. O já presente agravamento do problema do desemprego (...) pela introdução de técnicas capital-intensivas e produtoras de mão de obra, a alta dos preços de matérias-primas importantes, a queda do volume do comércio mundial, e um poder de barganha razoável dos trabalhadores empregados, advindo do ainda recente período do pleno emprego no capitalismo central. (BEHRING, 2009, p. 116)

Esse processo somado à alta inflação faz com que os Estados passem por uma crise-fiscal, segundo Elaine Bhering (2009) repercutindo, assim, diretamente nas políticas sociais. Ainda conforme a autora, após a década de 70, instalam-se inúmeras crises: crise de

superprodução, crise do imperialismo, crise social e política, e crise de credibilidade do capitalismo. Essa crise permanece até meados dos anos 80, com a chegada do neoliberalismo e seu objetivo primário de “restaurar o lucro”, contudo, como amplamente estudado pelos marxistas, as crises capitalistas são cíclicas, então, a entrada do período neoliberal não elimina as crises cíclicas do capital após a década de 80. E toda crise recai sobre os trabalhadores, na medida em que o capitalista quer recuperar a alta de lucro e extração de mais-valia, congelando, assim, salários e o Estado ao tentar estabilizar inflações e, enquanto Comitê Executivo da Burguesia, passa a investir cada vez menos nas políticas sociais.

Ainda segundo Behring (2009), esse período pós anos 80 é marcado por uma onda crescente de desemprego, sobre a roupagem de inibir e desarticular a luta operária, colocando que “segundo a assertiva neoliberal, estavam com excesso de poder e privilégios, na forma de direitos sociais”.

Behring (2009), parafraseando Anderson (1995), reafirma que o neoliberalismo se expandiu sobre o pretexto de que a crise do capitalismo era também decorrente de um Estado intervencionista. Para os mesmos, o avanço sindical e do movimento operário, além das políticas sociais é que estava desencadeando a crise e os processos inflacionários, criticando, então, cada vez mais, o modelo do *Welfare State*. A ideia dos neoliberais era a intervenção mínima do Estado na economia e no mercado.

Ao pontuar as políticas desses governos, Anderson (1995: 12-15) considera que a Inglaterra foi o país que incrementou os princípios neoliberais de forma mais pura: contraiu a emissão monetária, elevou as taxas de juros, baixou os impostos sobre altos rendimentos, aboliu o controle sobre os fluxos financeiros, criou níveis de desemprego maciço, enfraqueceu as greves, aprovou legislações anti-sindicais, realizou corte nos gastos sociais e instituiu um amplo programa de privatização. (BEHRING, 2009, p. 126)

Com a redução do pleno emprego, de investimentos do Estado nas políticas sociais e o aumento dos impostos diretos e indiretos, tem-se uma baixa na qualidade de vida do trabalhador, além de uma estagnação e, em alguns países, até a redução da contribuição dos trabalhadores com a seguridade social, conforme aponta Behring (2009). Essas medidas acarretam uma ampliação das desigualdades sociais e das expressões da questão social.

O único ganho apresentado pela autora Behring (2009) na área de políticas sociais, por parte do Estado, é o surgimento das políticas de transferência de renda, para aqueles que possuíam baixa renda ou renda inexistente no período inicial do neoliberalismo.

2.3 Políticas sociais no Brasil

No Brasil, temos um desenvolvimento das políticas de assistência social um tanto diferenciado dos países da Europa e dos EUA, tendo em vista o próprio processo histórico, político e econômico do país; porém, segundo Bhering (2009), possui uma história bem no que tange às respostas do Estado em face às expressões da questão social e às lutas dos trabalhadores. No Brasil, as políticas públicas iniciais tinham como base de fundo um país recém-saído do período escravocrata, com uma crescente e desordenada urbanização e a consequente “favelização” dos grandes centros urbanos, marcados pela falta de saneamento básico, emprego, moradia, aprimorando e intensificando-se cada vez mais as expressões da questão social.

O Estado, desde o absolutismo, sempre interviu na economia, porém, com o estágio imperialista, há uma “refuncionalização” dele e na sua forma de intervir na economia e, conseqüentemente, nas sequelas da questão social. No estágio do liberalismo no Brasil, de acordo com Bhering (2009)

[...] o Estado, é visto como meio de internalizar os centros de discussão política e de institucionalizar o predomínio das elites nativas dominantes, numa forte confusão entre público e privado. Essas são, claramente, características perenes de nossa formação social. Então, se o liberalismo trouxe, nos primórdios da formação do Estado nacional brasileiro, dividendos positivos, tais como uma mudança no horizontal cultural das elites ou a organização moderna dos poderes, não conseguiu dinamizar em toda a profundidade a construção de uma ordem nacional autônoma. (BEHRING, 2009, p. 73)

Ou seja, conforme a autora afirma, o Brasil passa ao estágio do capitalismo, na busca de uma ruptura com o arcaico, mas jamais perde os seus princípios e estratégias conservadoras. A elite agrária continua comandando o país, por base da exploração, e ainda sobre os princípios escravocratas. Ou seja, a elite na verdade fazia desse novo Estado (com a chamada “Independência do país”) um eterno “patrocínio de seus interesses gerais”.

Segundo Bhering (2009), com o avanço do capitalismo no Brasil, a economia continua com seus princípios agrários e de exportação. Ou seja, o país não perde a condição de dependência econômica dos países capitalistas centrais: “Naquela época, havia uma coexistência exótica entre a escravidão e os privilégios da aristocracia agrária e o status de cidadão, preconizado pela ordem social competitiva” (2009, p. 76). Houve uma tentativa de crescimento no âmbito urbano, contudo o país não havia perdido sua característica agroexportadora.

Outra característica marcante nesse processo, apontada por Elaine Behring (2009), consiste na transição do trabalho escravo ao trabalho assalariado. Segundo a autora, essa foi uma transição lenta e gradual, que de um lado começa a fortalecer o movimento operário, e do outro tem o Estado burguês exercendo a repressão para manter os privilégios da aristocracia.

Se a política social tem relação com a luta de classes, e considerando que o trabalho no Brasil, apesar de importantes momentos de radicalização, esteve atravessado pelas marcas do escravismo, pela informalidade e pela fragmentação/cooptação, e que as classes dominantes nunca tiveram compromissos democráticos e redistributivos, tem-se um cenário complexo para as lutas em defesa dos direitos de cidadania, que envolvem a constituição da política social. (BEHRING, 2009, p. 79)

No Brasil, tem-se então um processo diferenciado no surgimento dos primeiros sinais de políticas sociais no país, tendo em vista o processo de formação do movimento operário, dos traços do escravismo extremamente fortes no país, e da correlação de forças com a elite agrária, em que o Estado respondia e defendia seus interesses.

O Estado é chamado a assegurar continuamente a reprodução e manutenção da força de trabalho, e o faz, ainda, conforme Netto (2011) “mediante os sistemas de previdência e segurança social em especial”, regulando, assim, os níveis de consumo além da disponibilidade para a ocupação sazonal, de acordo com as necessidades dos projetos do capital monopolista.

No Brasil, tem-se início, segundo Behring (2009), dos primeiros sinais de políticas sociais na década de 30 com base na proteção sociais, com Getúlio Vargas, intitulado “o pai dos pobres”. Ainda segundo a autora, há alguns sinais de direitos desde a década de 1880, quando em 1889 os funcionários do Império conquistam o direito à pensão; contudo foi algo mais isolado. Em 1891, ainda segundo a autora, teve-se a primeira assistência à infância no país, regulamentando o trabalho infantil. Contudo, as grandes conquistas da classe trabalhadora, datam de 1903, onde é reconhecido o direito dos trabalhadores de se organizarem através de sindicatos, gerando o que, em 1911, foi aprovada como a lei de redução da jornada de trabalho para 12 horas diárias.

Mas é, em 1923, que, conforme Behring (2009), é possível encontrar os primeiros passos da política pública brasileira, quando se tem a Lei Eloy Chaves em que é instituída das Caixas de Aposentadoria e Pensão para algumas categorias de trabalhadores, envolvendo para tais também, questões de saúde. Neste período também, em 1927, tem-se o Código de Menores, dentre outros. Neste momento o Estado começa a pensar realmente em políticas sociais e direitos sociais, em especial na década de 30, com Getúlio Vargas.

O fundamental, nesse contexto do final do século XIX e início do século XX, é compreender que nosso liberalismo à brasileira não comportava a questão dos direitos sociais, que foram incorporados sob pressão dos trabalhadores e com fortes dificuldades para sua implementação e garantia efetiva. Essa situação começa a se alterar nos anos 1920 e sofrerá mudanças substanciais a partir dos anos 1930. (BEHRING, 2009, p. 81)

Com o fortalecimento do movimento operário, em especial após a liberação de associação em sindicatos e partidos políticos, além da influência da Revolução Russa, aumentam-se, assim, as greves e cobra-se, então, um posicionamento por parte do Estado sobre as expressões da questão social e reivindicações da classe operária.

Esse período de fortalecimento de luta e organização da classe trabalhadora, contudo, sofreu algumas alterações no período que sucede a década de 30, após uma alteração na cena política e econômica do país e no mundo. Bhering (2009) ressalta que, com a crise da Bolsa de Valores de 1929-1932, alterou-se profundamente a economia cafeeira no Brasil, abrindo espaço então para Vargas se aliar com outras alianças no setor agrário, como gado, açúcar, além dos militares e setor industrial e mudaram os rumos políticos do país.

Assim, chegam ao poder político as outras oligarquias agrárias e também um setor industrialista, quebrando a hegemonia do café, e com uma agenda modernizadora. O movimento de 1930 não foi uma revolução burguesa no Brasil, com o incremento da indústria, mas foi sem dúvida um momento de inflexão no longo processo de constituição de relações sociais tipicamente capitalistas no Brasil. (BEHRING, 2009, p. 105)

Contudo, o que se colocou ao lado da classe trabalhadora e sua organização foi Vargas, como apoio da polícia enfrentando o movimento operário, reprimindo-os. Assim, Vargas passa a lançar, por parte do Estado, legislações trabalhistas e acordos trabalhistas, gerando conseqüentemente um enfraquecimento do movimento operário/sindical.

Historicamente, em 1930, é criado o Ministério do Trabalho, a instituição e criação da Carteira de Trabalho, garantindo, assim, direitos aos trabalhadores no país, conforme Behring (2009). Lançam-se neste momento, também, os Institutos de Aposentadoria e Pensões para algumas classes de trabalhadores.

Os IAPs ofereciam um conjunto de benefícios e serviços de acordo com a contribuição dos trabalhadores, dos empresários e do Estado, que não eram uniformes e, segundo Bravo (2000), possuíam uma orientação contencionista, digase, estavam preocupados com a prestação de serviços e mais com a acumulação de reservas financeiras. (BEHRING, 2009, p. 107)

Neste período também, ainda segundo a autora, foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública, porém a saúde não era universal, uma vez que a saúde pública era ligada aos IAPs, e houve a criação da saúde privada e filantrópica.

No âmbito da Assistência Social, foi criada a Legião Brasileira de Assistência (LBA), em 1942. Segundo Behring (2009), a LBA foi feita para “atender as famílias dos pracinhas envolvidos na Segunda Guerra e era coordenada pela primeira-dama, Sra. Darci Vargas” com fortes características de tutelar os usuários e do clientelismo, sem a perspectiva do direito.

Em 1943, a autora ressalta que também foi lançada a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), que foi inspirada na Carta del Lavoro de Mussolini na Itália, dando, então, uma clara denotação fascista, “propugnando o reconhecimento das categorias de trabalhadores pelo Estado e atrelando sua organização sindical ao Ministério do Trabalho” (2009, p. 108).

Logo após a Era Vargas, vem o período de JK, buscando revolucionar a economia e a indústria brasileira, como programa de aceleração de crescimento, propondo fazer o país avançar 50 anos em 5, fazendo a construção de Brasília, dando espaço ao crescimento da urbanização e do setor civil. Mas também foi um período marcado pelo acirramento da luta de classes, com a organização da Liga dos Camponeses, buscando as reformas de base. Contudo, segundo a autora, durante todo o período da Era Vargas até a instauração do Golpe Militar de 1964, o crescimento das políticas sociais foi no “formato corporativista e fragmentado”.

Embora alguns autores considerem este período como amplo ao se pensar nos direitos sociais e na intervenção do Estado nas expressões da questão social, o mesmo sofreu um abalo após o Golpe Militar de 1964. Foi neste período, em contrapartida, que os movimentos sociais de todos os níveis e categorias, principalmente da saúde, previdência e assistência, atual tripé da seguridade social no Brasil, uniram-se em busca de ampliar os direitos sociais e acabar com o conservadorismo intensificado pela era da ditadura militar.

Para Behring (2009), no período de crise internacional, na década de 60, o Brasil vivia o chamado Milagre Brasileiro, ou “fordismo a brasileira”, com o “contorno mais agressivo” da industrialização no país, com a produção em massa de automóveis e eletrodomésticos. Ainda segundo a autora, uma das coisas que difere o acirramento da industrialização do Brasil, com os demais países, é exatamente a falta da estrutura para a população, com uma “redistribuição muito restrita dos ganhos de produtividade do trabalho” (2009, p. 135). O Brasil passa pelo processo então de substituição de importações, conduzido pelo próprio Estado.

Segundo Ianni (1981), o período ditatorial é um período de intensificação da industrialização e de manutenção da ordem, onde se instaura a relação de exploração/superexploração dos trabalhadores. Para ele, a intervenção do Estado passa pelos setores da economia política, articulando-se com a grande burguesia financeira, transformando as condições de produção sobre as quais a classe operária vivia cotidianamente sua exploração.

Ianni (1981) ainda ressalta que, no período ditatorial, o Governo institui o arrocho salarial, a intervenção no sindicato, a proibição da greve, a liquidação da Liga Camponesa, o princípio da suspeição sobre toda discussão organizada por parte de operários e camponeses.

Na contramão desse processo, tem-se uma expansão das políticas sociais no país, embora, consideradas pela autora Elaine Behring (2009) como tecnocrática e conservadora. De acordo com ela, no período da ditadura militar, o Estado passa a responder às expressões da questão social, com base na repressão e no assistencialismo.

No âmbito da Previdência Social, foi instituído em 1966, o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), que passou a abranger algumas novas categorias de trabalhadores, como os trabalhadores rurais, domésticas, jogadores de futebol e os autônomos. Assim como também aponta a autora que, em 1974, cria-se a Renda Mensal Vitalícia para os idosos, no valor de meio salário mínimo, para quem já tivesse contribuído com a previdência pelo período mínimo de um ano.

O Ministério da Previdência e Assistência Social foi criado em 1974, incorporando a LBA, a Fundação Nacional para o Bem-estar do Menor (Funabem, criada em 1965) – que veio a substituir o antigo SAM extinto em 1964, sem necessariamente alterar seu caráter punitivo, mantido no Código de Menores de 1979 -, a Central de Medicamentos (CEME) e a Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social (Dataprev). Esse complexo se transformou, com uma ampla reforma administrativa, no Sistema Nacional de Assistência e Previdência Social (SINPAS), em 1977, que compreendia o INPS, o Instituto Nacional de Assistência Médica (Inamps) e o Instituto Nacional de Administração da Previdência Social (Iapas), além daquelas instituições referidas acima. (BEHRING, 2009, p. 136-137)

Também, segundo Behring (2009), no período ditatorial, foi impulsionado uma Política Nacional de Habitação, como uma tentativa de ampliar a economia por meio da construção civil, sendo caracterizado como um período de crescimento no setor de saúde também, educação privada, dentre outros. Contudo, no âmbito econômico, o chamado “milagre brasileiro” começa a apontar suas decadências, com o aumento da questão social e uma forte pressão dos movimentos sociais por melhores condições de vida e pela redemocratização do país.

A organização e reordenação dos movimentos sociais proporcionaram uma luta pela redemocratização do país e por políticas públicas descentralizadas e universais, garantidas após o Golpe de 64, na promulgação da Constituição Federal de 1988. Direitos estes que vêm sofrendo ameaças cotidianas com o advento do Neoliberalismo no Brasil.

Contudo, os anos 80 ficaram conhecidos por muitos como “a década perdida”. Segundo Behring (2009), por mais que se tenha a conquista pela redemocratização do país, e a Constituição Federal de 1988, o país passava por uma forte crise econômica, o que também ocorria nos demais países da América-Latina. O Brasil entrou em um grande processo de recessão, com uma alta dívida externa, e uma das soluções encontradas, para conter os gastos por parte do Estado, foi a diminuição nos investimentos em políticas sociais.

Do ponto de vista dos últimos anos da ditadura e do governo Sarney, na chamada Nova República, apesar dos anúncios de priorizar a área social, houve iniciativas pífias no enfrentamento das expressões da questão social. O carro-chefe da política social de Sarney, por exemplo, foi o conhecido Programa do Leite, mais voltado para instrumentalizar as associações populares – incumbidas de distribuir os tickets para as famílias, o que gerou vantagens clientelistas – do que em promover a ampliação do acesso à alimentação. (BEHRING, 2009. p. 143-144)

Ou seja, tem-se com a promulgação da Constituição de 88, um marco da luta dos movimentos sociais, que marcaram inúmeras defesas para diversos setores, tais como saúde, educação, criança e adolescente, seguridade social, dentre outros. Contudo, não desfez o caráter conservador, abrindo portas para o Neoliberalismo, dando ganho aos grandes proprietários de terras, em detrimento da reforma agrária; garantindo a participação de setores privados no orçamento de saúde, dentre outros. Foi claramente uma disputa entre o projeto reformista/conservador e o projeto revolucionário. Esse cenário, inclusive, foi possível se verificar, na disputa política travada entre Sarney e Lula nas eleições de 1989.

Se de um lado temos uma conquista com a Constituição Federal nos anos 80, por outro também temos a crise econômica, tanto a nível nacional, como internacional, o que definiu os rumos das políticas sociais no Brasil, mesmo com todo o avanço provocado com a Constituição. Tem-se início, então, ao que Behring (2009) coloca como um momento de contrarreforma do Estado nos anos 90.

Os anos 90 são conhecidos pela contrarreforma do Estado, dando ênfase a uma fase de privatizações e transferências de responsabilidades do Estado para o terceiro setor no âmbito das políticas sociais; acarretando um desmanche das políticas sociais, em especial da seguridade social, em parceria com a crise econômica que o país vivia que teve uma forte propaganda de responsabilização do Estado pela crise. Esse processo foi o que deu abertura à

política de privatizações, sobre o pretexto da incapacidade do Estado em gerir as empresas estatais.

Tem-se, nos anos 90, o que Behring (2009) afirma ser uma “natureza pragmática, imediatista, submissa e antipopular das classes dominantes brasileiras” (2009, p. 151), sobre a presidência de Fernando Henrique Cardoso, com o seu Plano Real e os projetos de Reformas do Estado. Sobre o pretexto de corrigir o Estado e a economia, abriu-se, para além das privatizações, o mercado estrangeiro para as compras tanto do patrimônio público, assim como se assegurou a “não obrigatoriedade das empresas privatizadas de comprarem insumos no Brasil, o que levou ao desmonte de parcela do parque industrial nacional e uma enorme remessa de dinheiro para o exterior, ao desemprego e ao desequilíbrio da balança comercial” (2009, p. 153).

Ainda segundo Behring (2009), ao abordar sobre os impactos das políticas sociais no cenário da chamada Reforma do Estado nos anos 90:

Outro aspecto de destaque na “reforma” do estado foi o Programa de Publicização, que se expressou na criação de agências executivas e das organizações sociais, bem como da regulamentação do terceiro setor para a execução de políticas públicas. Esta última estabeleceu um Termo de Parceria com ONGs e Instituições Filantrópicas para a implementação das políticas. A essa nova arquitetura institucional na área social – sempre ignorando o conceito constitucional da seguridade – se combinou o serviço voluntário, o qual desprofissionalizava a intervenção nessas áreas, remetendo-as ao mundo da solidariedade, da realização do bem comum pelos indivíduos, através de um trabalho voluntário não-remunerado. (BEHRING, 2009, p. 154)

Isso tudo, associado à crise econômica e ao endividamento da dívida externa, acarretou em ainda mais desmontes nas políticas sociais. Behring (2009) parafraseia Draibe (1993) afirmando que o período neoliberal para as políticas sociais segue o trinômio privatização, focalização/seletividade e descentralização.

Ou seja, temos nos anos 90 a contramão da Carta Magna, com redução de direitos, como resposta a suposta crise fiscal do Estado. Por diversas vezes, contrariando a própria Constituição, o período Neoliberal veio com um arcabouço de medidas políticas, econômicas e ideológicas, que colocam em xeque as perspectivas que norteavam as políticas sociais propostas por movimentos sociais e pela classe trabalhadora. Segundo Behring (2009), “há restrição do acesso universal a bens de consumo coletivo e aos direitos sociais, mais uma articulação entre assistencialismo focalizado, o que não pode ser confundido com assistência social” (2009, p. 159).

A seguridade social passa a ser decisiva entre aqueles que podem e aqueles que não podem pagar. Há, em todos os setores, em especial, seguridade, saúde e educação, uma redução nos investimentos, com uma oferta precária de serviços, o que gera o convencimento de uma “necessidade” de privatização dos serviços. Ou seja, aqueles que possuem dinheiro para pagar a iniciativa privada, possuem bens com qualidade, aos que não possuem condições, necessitam dos recursos precários oferecidos pelo Estado que “não possui condições de ofertar serviços de qualidade”. Esse é o quadro geral propiciado pelos ajustes Neoliberais no Brasil.

Também, nessa falta de recursos, para fins de privilegiar o setor privado, passa a política de Assistência Social.

A assistência social é a política que mais vem sofrendo para se materializar como política pública e para superar algumas características históricas como morosidade na sua regulamentação como direito (a LOAS só foi sancionada em 1993 e efetivada a partir de 1995); redução e residualidade na abrangência, visto que os serviços e programas atingem entre 15% e 25% da população que deveria ter acesso aos direitos; manutenção e mesmo reforço do caráter filantrópico, com forte presença de entidades privadas na condução de diversos serviços, sobretudo os dirigidos às pessoas idosas e com deficiência; e permanência de apelos e ações clientelistas [...] e ênfase nos programas de transferência de renda, de caráter compensatório. (BEHRING, 2009, p. 161-162)

As políticas sociais passam a mudar um pouco no Governo Lula, em 2003, onde as políticas públicas, em especial as de Assistência, passam a fazer parte do Programa Governamental e da Agenda do Estado, tendo um marco maior no investimento nas políticas sociais, embora sem cortar o caráter Neoconservador.

Em especial no período do PT no governo, temos também uma política voltada à redistribuição de renda, através de programas e projetos sociais, tais como o Bolsa Família, que garantem uma condição da classe marginalizada pela extrema pobreza⁴ ter acesso a bens de consumo, e automaticamente geram a circulação de capital no país. Ou seja, a política de assistência social passa a fazer parte de forma contínua na agenda do governo, que passa a promover e incentivar políticas de assistência no país.

⁴Segundo o Art. 18 do Programa Bolsa Família, são consideradas famílias de extrema pobreza, aquelas cuja renda mensal per capita é inferior ao valor de R\$ 89,00 (oitenta e nove reais).

2.4 Histórico da Política de Assistência Social no Brasil

O histórico da política de assistência social no Brasil perpassa pelos moldes da religiosidade, através do exercício da compaixão e da moral. O modelo paroquial de assistência teve forte presença no país, onde a comunidade cristã se mobiliza para atender e dar suporte aos pobres.

Também, no Brasil, fica conhecido o modelo assistencial prestado pelas primeiras-damas, que prestavam a assistência em nome da benevolência e garantindo, assim, a manutenção dos votos para seus maridos. Jamais a assistência era vista como um direito e sim como uma caridade, com o viés assistencialista, conservador e patriarcal.

No decurso da história, as pessoas que acessam as políticas de assistência, buscam satisfazer suas demandas socialmente produzidas, uma vez que “trata-se de uma população destituída de poder, trabalho, informação, direitos, oportunidades e esperanças” (YAZBEK, 2004, p.57). São usuárias dessas políticas, geralmente famílias em situação de vulnerabilidade social, em sua grande maioria chefiadas por mulheres que possuem baixa escolaridade, rendimentos precários, condições de trabalho sem direitos trabalhistas garantidos e que não conseguem, muitas vezes, sustentar suas famílias; necessitando, então, de utilizar os serviços públicos, em especial, os da assistência social.

Pode-se perceber que a ideia por trás das políticas sociais, por mais que ocorra de forma imediatista, acaba por atenuar alguns efeitos negativos da pobreza, buscando levar o bem-estar, mesmo que em curto prazo. Contudo, não se deve perder de vista que as políticas públicas não possuem como objetivo primordial a eliminação da pobreza; tendo em vista que ela é necessária para a manutenção da ordem social vigente. Desta forma, pode-se perceber, que as políticas sociais, conforme bem apresenta Netto (2011), fazem parte de um processo de *concessão x conquista*, mas jamais de superação da pobreza.

Desta forma, temos políticas sociais imediatistas, que suprem o mínimo social para garantir o bem estar, na mesma medida que garantem a manutenção de extração de mais-valia. Contudo, não se pode negar que várias políticas, em especial as políticas de assistência social e redistribuição de renda, geram melhorias na qualidade de vida de uma parcela da população, minimizando, assim, algumas sequelas da questão social; porém, isso está longe de ser suficiente para a superação da condição de pobreza das famílias destinatárias desta política. E isso é visivelmente possível de se verificar, quando se analisa o ciclo intergeracional de dependência da assistência social de grande parte das famílias brasileiras.

A esse respeito, Novelino (2014) aponta para a percepção da pobreza que pode ser vista como uma consequência da ausência de investimentos adequados no capital humano dos filhos – educação, saúde e alimentação – por seus pais, de modo que possam sobrepujar os níveis de renda e consumo de sua infância para que futuramente possam sair da condição de pobreza. Diversos são os motivos que contribuem para que os pais não invistam no capital humano dos filhos, dentre eles, pode-se destacar o número de filhos, a baixa ou inexistente fonte de renda e a educação dos próprios pais.

Para aqueles que necessitam, o Estado passa a promover a Política de Assistência Social (PNAS), cujas funções são a proteção social, a vigilância socioassistencial e a defesa dos direitos sociais. A PNAS se organiza como sistema público não contributivo, descentralizado e participativo (através dos Conselhos e Conferências), que é denominado Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

A PNAS passa a incorporar na cena política e na garantia de direitos as provisões sociais, visando garantir a Segurança de Sobrevivência, a Segurança do Convívio familiar e comunitário e a Segurança de Acolhida. Bem como também carrega como suas diretrizes a descentralização político-administrativa, a participação popular, a primazia da responsabilidade do Estado na condução da Política de Assistência e a centralidade na família. Ela possui enquanto objetivos: prover serviços, programas, projetos e benefícios, a garantia das necessidades básicas, a universalização dos direitos sociais, a inclusão com equidade e a ampliação do acesso a bens e serviços socioassistenciais.

Cabe salientar, também, que o objetivo da Política Nacional de Assistência Social, é trabalhar de forma integrada às demais políticas públicas, visando garantir direitos e melhora na qualidade de vida, em especial das pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica. E, para que seja possível alcançar o público de usuários da Política de Assistência Social, é que foi constituído o Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

A assistência social no Brasil, efetivada como política pública e direito do cidadão, é um fenômeno recente e possui como marco legal a Constituição Federal de 1988. O SUAS atua então com uma base legal, sendo ela composta pela regulamentação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) no ano de 1993 e a aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) em 2004; a Norma Operacional do SUAS de 2005, que foi reformulada no ano de 2012; a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos de 2006; a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais do ano de 2009, a Política de Educação Permanente de 2012 e a Regulamentação da Transferência Fundo a Fundo – Decreto nº 7788 de 2012. A política de

assistência social está, então, inserida no chamado tripé da seguridade social, junto com a saúde e previdência social.

Com a Constituição de 1988, tem-se, de forma inovadora e sólida, a concepção da Assistência Social como direito do cidadão e dever do Estado, buscando romper com a visão do assistencialismo como medida de benemerência. Fica garantido, no Artigo 203º da Constituição Federal, que a Assistência Social será prestada a quem dela necessitar. Diferentemente da Política de Saúde, a de Assistência ainda não atingiu o patamar da universalidade. A partir de então, é que, em 1993, tem-se a Lei Orgânica da Assistência Social. A LOAS é tida como um marco na conquista dos direitos sociais, sendo a primeira lei sólica no que tange a regulamentação da política de assistência social, buscando garantir direitos para aqueles que se encontram em situação de “risco social”.

Ela cria uma nova matriz para a política de assistência social, inserindo-a no sistema do bem-estar social brasileiro concebido como campo de Seguridade Social, configurando o triângulo juntamente com a saúde e a previdência social. Essa inserção volta essa política à garantia de direitos e de condições dignas de vida. De acordo com o artigo primeiro da LOAS, “a assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada por intermédio de um conjunto integrado de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas”.

A Lei Orgânica da Assistência propõe um conjunto de ações para garantir a proteção social para quem dela necessitar. Como os problemas sociais vêm se agravando, o Estado assume a responsabilidade e, assim, também o controle social sobre a mesma. A LOAS possui enquanto objetivos a Proteção Social, a Vigilância Socioassistencial e a Defesa dos Direitos; tendo como princípios a Supremacia do atendimento às necessidades sociais, a Universalização⁵ dos direitos sociais, o Respeito à dignidade do cidadão, a Igualdade de direitos no acesso ao atendimento e a divulgação ampla dos benefícios. Assim como também possui como diretrizes a descentralização político-administrativa, a participação da população por meio de organizações representativas e a primazia da responsabilidade do Estado na condução da assistência social em cada esfera do Governo.

É através do controle social que se busca efetivar a participação social por meio de Conselhos e de Conferências à nível Municipal, Estadual e Federal. As conferências têm o papel de avaliar a situação da assistência social, definir diretrizes para a política, dentre

⁵A Universalização dos direitos sociais enquanto princípio da LOAS, não quer dizer que a Política de Assistência Social seja universal. A Política de Assistência Social é para quem dela necessitar.

outros; já os conselhos têm como principais atribuições a deliberação e a fiscalização da execução da política e de seu financiamento, eles ainda normatizam, disciplinam, acompanham, avaliam e fiscalizam os serviços da assistência social.

A Política Nacional de Assistência Social é regida por alguns princípios, entre eles, destacamos a *Supremacia* do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica; e a *Universalização* dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas.

De acordo com a PNAS (Brasil, 2004), a assistência social deverá ser prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social. Além disso, dentre seus objetivos estão a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice. Organiza-se em Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE), que se distinguem pelo oferecimento de programas, serviços, ações e benefícios. De caráter preventivo, a PSB visa evitar o agravamento das vulnerabilidades e riscos sociais, evitando esforços para que não ocorra violação dos direitos de cidadania e se fortaleçam os vínculos familiares e comunitários.

De acordo com a PNAS/2004, são funções da assistência social: a proteção social hierarquizada entre proteção básica e proteção especial; a vigilância social e a defesa dos direitos socioassistenciais. A proteção social básica tem como objetivos prevenir situações de risco, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Os serviços e ações da PSB são oferecidos prioritariamente no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), unidade pública estatal de base territorial, que se localiza, em geral, em áreas de maior vulnerabilidade social.

O CRAS tem como objetivo a Proteção Social Básica, que, segundo a Lei Orgânica da Assistência Social, é o conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social que visa *prevenir* situações de vulnerabilidade e risco social, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições; além do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

A PSE tem por objetivo oferecer serviços, programas, ações e benefícios de caráter protetivo, quando há iminência ou já ocorreu a violação de direitos, a fim de se resgatar a dignidade e as condições de vida das famílias ou indivíduos.

Nesse sentido, a PNAS operacionaliza a proteção social no Brasil, estabelecendo a divisão de responsabilidades e competências entre as esferas de governo, níveis e instrumentos de gestão, critérios de partilha e transferência de recursos, proteções a serem

ofertadas, entre outros aspectos, que possibilitam a implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

No SUAS, encontramos a família como uma categoria fundamental na política de assistência, tendo ela a prioridade nas responsabilidades e também no cuidado por parte do Estado. Desta forma, vários projetos e planos governamentais, com base ou interligados ao SUAS tem na família a sua centralidade.

2.5 A centralidade da Família na Política de Assistência no Brasil e o Ciclo Intergeracional de dependência da Política de Assistência Social

A partir do século XVI, iniciava-se uma nova forma de pensar a família. Segundo alguns autores, tais como Philippe Aries⁶, a família passa a ser analisada e repensada junto à transformação do tratamento dado às crianças, que passavam a viver com adultos uma relação envolvida por sentimentos. Antes do século XVI, não se pensava a família pelo lado emocional, as crianças eram consideradas pequenos adultos e a família servia apenas para manter e criar os mesmos.

Já, com o avanço do Estado Liberal, tem-se uma consolidação da família, com base no modelo da família patriarcal, os papéis dos homens e mulheres eram rigorosamente demarcados dentro do âmbito da família, que passa a ser vista, segundo Mota (2009), como instância privada e como “fonte de proteção por excelência” (2009, p. 132). Então, passa a família a compor o quadro e o dever da proteção social. Ainda segundo a autora, a família deve responder pela proteção social de seus membros.

Contudo, com o agravamento das expressões da questão social, tais como amplo desemprego, precariedade do trabalho, dentre outras; o Estado é chamado a intervir na proteção social, junto com as famílias. Com isso, o Estado passa a ser o “ator de regulação das relações entre economia e as demandas sociais”.

No Brasil, especificamente após os anos 80, conforme já abordado, transita por uma tensão entre a defesa de projetos sociais revolucionários e reformistas. Esse processo também perpassa pela tensão do lugar que a família ocupa nas medidas de proteção social e sua correlação com o Estado nas políticas públicas: “Mesmo com os avanços advindos da Constituição de 1988, a regulamentação das diferentes políticas sociais, com exceção da saúde, ainda pautou a família como ator importante na provisão do bem-estar” (MOTA, 2009, p. 143).

⁶ Conhecido historiador francês que estudou sobre a família e a infância.

Com o marco da Constituição Federal de 1988, há a conceituação da família como base da sociedade e tem a proteção especial do Estado. Há reconhecimento das outras categorias de família, para além da família nuclear (pai, mãe e filhos biológicos); ou seja, tem-se, então, a compreensão da família para além do modelo tradicionalista, reconhecendo-se família monoparental, família adotiva, a união estável. Assim como tem-se também, neste período da promulgação da CF de 88, a preocupação com a igualdade de direitos e deveres, bem como a dignidade da pessoa humana.

Também, segundo análises de Alencar (2013), a família contemporânea exerce importante influência na relação Estado e sociedade, sendo um instrumento central na criação e implementação de políticas públicas. A compreensão da dinâmica familiar no contexto social se faz relevante, uma vez que interfere na inserção profissional dos sujeitos, de forma a restringir ou dificultar sua colocação em empregos formais e dessa maneira possibilitando, assim, com que saiam do ciclo intergeracional de dependência das políticas sociais.

Diante do cenário de crise econômica na contemporaneidade e do conseqüente desemprego, torna-se cada vez mais difícil um trabalho assalariado com direitos trabalhistas garantidos, dificultando o acesso à cidadania. Sendo assim, a família é vista como uma das poucas possibilidades que o indivíduo encontra para garantir suas necessidades, sobretudo diante da escassez de mecanismos de proteção social. De acordo com Alencar (2013), a família deve se tornar referência central nos programas sociais, ganhar um lugar de maior visibilidade política, tornando-se alvo de políticas que realmente levem em consideração as novas configurações da questão social no país.

O conceito de família abrange diversos arranjos, união formada por casamento; união estável entre homem e a mulher e a comunidade de qualquer dos genitores, inclusive a mãe com seus filhos que chamamos de família monoparental. É importante analisar os impactos das transformações econômicas e sociais nas condições de vida da classe trabalhadora através da família, visto que tal fato se deve à centralidade que esta ocupa no âmbito da sobrevivência material. De acordo com Alencar (2013), as condições de vida dos indivíduos dependem, em grande parte, da inserção social de todos os membros da família. É através da família que se articulam as maneiras de superar as situações de precariedade social, diante do desemprego ou trabalho de forma precária.

A família é vista como elemento fundamental de proteção social, assumindo maior importância como fonte de suporte material e afetivo aos seus membros. À medida que se destinou à família a responsabilidade central de cuidar e proteger, o Estado, de certa forma, omitiu-se diante de direitos conquistados pela classe trabalhadora.

Alencar (2013) também pontua que a instituição família é essencial para realizar as atividades estatais, uma vez que se constitui na sociedade capitalista como unidade de renda e de consumo. No espaço doméstico, os membros se articulam por meio de interesses coletivos, as possibilidades de extrair renda, definindo as formas de trabalho de consumo.

No Brasil, perante as incoerências que delimitavam a constituição da sociedade urbana e industrial, as práticas sociais e políticas no corpo social foram sendo construídas em meio ao esforço de moldar a sociedade, com a criação de mecanismos de normatização da vida social. Criou-se, nesse contexto, a figura do trabalhador dócil e disciplinador, na tentativa de adequá-los e conformá-los ao que estava imposto. A família seria a razão da ordem social e da moral que, com a prática do familismo, reproduziam os discursos de valorização do trabalho, através dos ideais de ordem, progresso e moralidade em negação ao ócio, à marginalidade e ao vício (ALENCAR,2013).

Para Alencar (2013), no cenário brasileiro, a realidade não é diferente da dos outros países. A conjuntura brasileira é marcada pelo aumento do desemprego e pela precariedade do trabalho, associado à crise dos padrões de seguridade social com a reforma do Estado. A família se constitui na sociedade capitalista como unidade de renda e de consumo, em que se articulam, a partir de interesses coletivos, as possibilidades de auferir renda.

No Brasil, a importância da família no plano da reprodução social é mais forte em decorrência das condições econômicas e sociais, e também por fatores ideológicos. Para Telles (1992), a família se constitui no país em uma espécie de garantia ética, moral e material. Nessa sociedade, que é caracterizada pela lógica da destituição e privação de direitos, de despolitização de dimensões significativas da vida social, as necessidades sociais são tratadas como verdadeiros dramas da vida privada, de forma despolitizada, quando muitas vezes se trata de questão de ordem pública, que afetam à sociedade, e, em particular, ao Estado.

A centralidade da família nas políticas sociais, em especial no tripé da Seguridade Social, é possível de se visualizar dentro das próprias políticas. Como por exemplo na LOAS, que, como bem apresenta Mota (2009), inclui em seu artigo 2º, o item 5, que prevê “a garantia de 1 (um) salário mínimo de benefício mensal a pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprove não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família”; bem como a centralidade da família nos benefícios de transferência de renda. A autora coloca, ainda, que a centralidade da família se deixa clara no próprio nome da política: Bolsa Família.

Segundo a Política Nacional de Assistência Social, a família é o “conjunto de pessoas consanguíneas afetivos ou de solidariedade”; já a Norma Operacional Básica levanta que “a família é um conjunto de pessoas que se acham unidas por laços consanguíneos, de aliança ou afinidade, que circunscrevem obrigações recíprocas e mútuas, organizadas em torno de relações de geração e gênero”.

Mota (2009) ainda coloca que esse processo também se dá na política de saúde, com, por exemplo, a criação do Programa Saúde na Família, através da Política Nacional de Atenção Básica. A autora, ainda sobre a política de assistência social, reafirma: “Na política de assistência social assume-se a matricialidade sócio-familiar inicialmente como princípio e, posteriormente como diretriz do Sistema Único de Assistência Social” (2009, p. 144).

No Brasil, desde os anos 1990, a família passou a ser considerada elemento fundamental no princípio da proteção integral, tanto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), como na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), bem como eixo que orienta as ações da Política Nacional de Assistência Social (PNAS).

A assistência social se orienta pela “primazia à atenção às famílias e seus membros, a partir do seu território de vivência, com prioridades àquelas com registro de fragilidades, vulnerabilidades e presença de vitimização entre seus membros” (BRASIL, 2005, p. 28).

Os programas e projetos desenvolvidos no âmbito da Política de Assistência Social são executados pelas três instâncias de governo e devem ser articulados dentro do SUAS. A proteção social de assistência social, ao ter por direção o desenvolvimento humano e social e os direitos de cidadania, tem por princípios: a matricialidade sociofamiliar; a territorialização; a proteção pró-ativa; integração à seguridade social; integração às políticas sociais e econômicas. Para a proteção social de assistência social, o princípio de matricialidade sociofamiliar significa que:

[...]a família deve ser apoiada e ter acesso a condições para responder ao seu papel no sustento, na guarda e na educação de suas crianças e adolescentes, bem como na proteção de seus idosos e portadores de deficiência; o fortalecimento de possibilidades de convívio, educação e proteção social, na própria família, não restringe as responsabilidades públicas de proteção social para com os indivíduos e a sociedade. (BRASIL, 2004, p. 91)

A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) considera como objetivo a proteção à família e a determina como um dos focos de atenção da política de assistência social. Sendo assim, pode-se dizer que a proteção à família se tornou uma estratégia a ser considerada pela política de assistência social, enquanto alvo privilegiado dos programas sociais, e é nesse

sentido que se tem a articulação de alguns programas de garantia de renda mínima, por exemplo, que faz com que a família seja unidade de intervenção.

Fica claro que a matricialidade sociofamiliar é uma estratégia que visa oferecer proteção para que a família cumpra seu papel social principal, o de cuidado, sustento, educação, socialização dos seus membros; portanto, toma a família como parceira na proteção social, visando maximizar os serviços oferecidos, condicionando-os ao cumprimento de papéis de proteção social pela família. A contradição é mantida: ora a família é tratada como sujeito de direitos, ora como garantidora da proteção aos seus membros, embora se reconheçam as vulnerabilidades sociais a que está submetida e as mudanças na estrutura e funções familiares. As mudanças se restringem ao reconhecimento da pluralidade das formas familiares, mas não das suas funções.

Cabe registrar que a intervenção da assistência social sempre foi centrada em atendimentos fragmentados, com base nas figuras de “maternidade e infância”, “menor abandonado”, “pessoa com deficiência” e “idoso”, de modo que a atenção ao grupo familiar se tornou periférica, (FONTENELE, 2007, p. 90). Assim, a matricialidade sociofamiliar no âmbito da PNAS concebe a família como central na definição dos programas sociais e, dessa forma, pressupõe superar a perspectiva setorial e a trajetória das grandes interações que separavam os indivíduos do seu contexto familiar e comunitário.

Contudo, as políticas sociais não atingem o cerne das expressões da questão social no âmbito da família, exatamente pela contradição em que coloca a família como possuidora de direitos e, ao mesmo tempo, coloca nela a responsabilidade maior por garantir esses direitos. As famílias que hoje são beneficiárias da Política de Assistência Social, em sua maioria, não conseguem se emancipar politicamente e nem conseguem sozinho promover o empoderamento⁷ de seus membros, resultando, assim, no chamado ciclo intergeracional de dependência da assistência social, ou seja, as famílias continuam sofrendo ao longo das gerações, a dependência das políticas sociais, em especial a de assistência.

Segundo Bengtson (2001), desde o início da humanidade, as relações intergeracionais são existentes. Os estudos intergeracionais começam a assumir maior importância em âmbito social e político por causa de três razões: a) por mudanças demográficas na população por idade, resultando em um aumento na quantidade de tempo compartilhado por várias gerações; b) interesse cada vez maior dos avós e de outros parentes na satisfação das

⁷O termo empoderamento tem origem na língua inglesa ‘empowerment’, e refere-se à capacidade dos indivíduos de possuírem autonomia, conquistando então de forma consciente, a decisão sobre as suas ações, visando o seu bem-estar.

necessidades da família; e c) a força da solidariedade intergeracional ao longo do tempo. Além destes fatores, há ainda outros que destacam a importância de tais estudos, incluindo aqueles relacionados às mudanças na estrutura familiar, bem como os de natureza social, como os associados à discriminação, preconceito de idade, desintegração familiar e social.

A pobreza é um fenômeno que atravessa diversas gerações, conseqüentemente através do ciclo intergeracional dela, há a repetição das famílias na política pública de assistência. A pobreza é um fenômeno que abarca uma diversidade de extensões: econômica, cultural, relacional e simbólica. Estas extensões, estruturadas entre si, tornam-se um obstáculo à inserção e ao sentido de pertencimento e de identificação simbólicas dos indivíduos e dos grupos. A presença de fatores de vulnerabilidade em grupos sociais específicos é socialmente induzida, pelo que decorre do funcionamento da sociedade e dos seus mecanismos de inserção ou de exclusão.

A falta de infraestrutura e de serviços públicos básicos, a baixa renda, a baixa escolaridade, o analfabetismo, a desnutrição, as baixas condições de vida, a falta de emprego e de oportunidades produtivas, a alta fecundidade e mortalidade são possíveis elementos geradores desse ciclo intergeracional de pobreza.

De acordo com Bird (2007),

[...]podemos acrescentar outros elementos ressaltados por pesquisadoras e pesquisadores que investigam transmissores da pobreza intergeracional, entre eles gravidez na adolescência, falta de cuidados na primeira infância, violência doméstica, desnutrição, falta de acesso a cuidados com a saúde, baixos níveis de educação, ativos domésticos e individuais de tomada de decisão, subsistência e estratégias de sobrevivência, normas culturais de gênero e práticas sociais de exploração de serviços, exposição e vulnerabilidade ao risco. (BIRD, 2007, p.89)

Ainda segundo a autora, a transmissão intergeracional da pobreza é compreendida como uma consequência da ausência de transferências de investimentos necessários, como, por exemplo, para educação, saúde e alimentação das pessoas, mas também pela ausência de políticas públicas que afetam o capital humano e social.

A contribuição de Bird (2007) remete para conhecimentos que versam sobre possíveis variáveis reprodutoras da pobreza entre gerações. Essas variáveis podem estar presentes tanto na dimensão intrafamiliar (renda, composição familiar), quanto na extrafamiliar (ausência de políticas públicas, fatores de ordem política econômica e social, entre outros). Com efeito, Bird (2007) também destaca que a exploração científica da transmissão intergeracional da pobreza não deve se concentrar apenas na vida das crianças; deve ser compreendida apenas como sendo transmitida de responsáveis pobres para dependentes. Ao estudar a pobreza, deve-

se explorar fatores que impactam a vida também de adultos, pois ela pode ser transmitida também de dependentes para responsáveis.

Entretanto, a pobreza pode ocorrer em qualquer fase da vida; portanto, intervenções em fases mais vulneráveis devem ser consideradas, sobretudo no âmbito extrafamiliar, por meio de implantação de políticas públicas.

De acordo com Hulme e Shepherd (2003),

São necessários investimentos em medidas sociais na dimensão extrafamiliar, bem como de políticas públicas nas primeiras fases do ciclo da vida da criança, inclusive na fase uterina, para que reduza a chance de a pobreza se perpetuar durante a juventude, vida adulta e velhice. Todavia, destacamos a importância do papel do Estado com a prestação de serviços essenciais e a implantação de políticas públicas robustas destinadas às pessoas empobrecidas, em todas as fases do ciclo de vida. Entre elas podemos destacar programas de assistência à saúde, educação de qualidade, combate ao trabalho infantil, acesso ao mercado de trabalho, bem como políticas voltadas para velhice, pois essas medidas podem contribuir para o rompimento da pobreza transitória, promover a mobilidade social e romper o ciclo intergeracional de pobreza. Ao contrário, a ausência do Estado prestando serviços essenciais em quaisquer fases do ciclo de vida aumenta a possibilidade de manutenção da pobreza transitória e condução para o nível de pobreza crônica; portanto, contribui para a reprodução do ciclo da pobreza para as futuras gerações. (SHEPHERD, 2003, p.81)

O Brasil apresenta um alto índice de desigualdade de oportunidades. A grande transmissão de status econômico que há entre as gerações justifica a estabilidade da desigualdade de renda no Brasil. Muito embora uma parcela da transmissão do status é vista como ‘natural’, o baixo grau de mobilidade intergeracional no Brasil demonstra um amplo espaço para a intervenção pública. Políticas que pretendem reduzir a desigualdade de resultados devem atentar para a desigualdade de oportunidades. Assim, áreas como educação, saúde, crédito e políticas voltadas para o desenvolvimento infantil deveriam ser priorizadas pela intervenção governamental, a fim de se produzirem resultados menos desiguais no futuro. “A desigualdade do Brasil é disfuncional para a democracia”(MEDEIROS, 2000).

A desigualdade social e a perpetuação da pobreza nas diversas gerações das famílias brasileiras incidem diretamente no ciclo intergeracional de dependência da política de assistência. Uma vez que as famílias não conseguem sair da vulnerabilidade sócio econômica, elas necessitam recorrer à Política de Assistência Social para suprir suas necessidades básicas; e, muitas vezes, as famílias buscam nesta política meios de romper com a extrema vulnerabilidade, na busca futura de rompimento com a pobreza, e, assim, esperam também romper com a dependência da política de assistência.

Ou seja, se de um lado temos famílias que, ao longo das gerações, não conseguem romper com a pobreza e a permanência da dependência com as políticas de assistência, temos

também as políticas de assistência que são imediatistas e são respostas do Estado, que não tem o objetivo de romper com a pobreza, pois a mesma é funcional ao sistema capitalista. Assim, não há maiores investimentos por parte do Estado burguês em superar a pobreza, e as famílias vulneráveis, sem as políticas de qualidade, não conseguem também romper com a pobreza; gerando um círculo de dependência da política de assistência social.

3. METODOLOGIA

3.1 Caracterização da pesquisa e metodologias escolhidas

Para alcançar o objetivo principal desta pesquisa, ou seja, analisar a assistência prestada pelo Estado às famílias em situação de vulnerabilidade no município de Mariana – MG, por meio de programas de assistência social, a fim de compreender a perpetuação intergeracional destas famílias nos mesmos, serão utilizadas entrevistas semiestruturadas enquanto procedimento metodológico para coleta de dados. Ressalta-se, portanto, que este estudo se caracteriza como uma pesquisa qualitativa e quantitativa de cunho descritivo.

Em uma revisão de literatura a respeito deste tipo de pesquisa, Nilton M. de Oliveira, Udo Strassburg e Moacir Piffer (2017) explicam que uma abordagem qualitativa é aquela que inclui o senso comum e o conhecimento empírico na análise do fenômeno observado. Há uma diferença entre esta visada e a perspectiva quantitativa: ao passo que a segunda prioriza dados estatísticos e matemáticos para estabelecer resultados estanques, frios, enquanto, na pesquisa qualitativa, há uma preocupação maior em descrever a complexidade do comportamento humano e em buscar respostas a partir do entendimento do significado dos processos sociais, o que exige considerar as representações sociais, os valores e as crenças que compõem as relações em uma sociedade (OLIVEIRA; STRASSBURG; PIFFER, 2017).

Compreendendo que esta não é uma abordagem que busca informações analíticas frias, invariáveis, exatas, infere-se que a análise dos dados coletados também não se dá de forma calculista, estatística. Pelo contrário, a pesquisa qualitativa parte do pesquisador observador do mundo e de seus fenômenos, exigindo dele uma postura interpretativa para a leitura dos dados coletados, o que ele fará a partir do estudo das coisas em seus contextos naturais, em um esforço para entender os processos sociais conforme os sentidos que lhes são atribuídos pelos sujeitos que os vivenciam (OLIVEIRA; STRASSBURG; PIFFER, 2017).

Neste caso, a escolha por uma perspectiva qualitativa se justifica pela compreensão de que, nesta dissertação, interessa mais compreender a fundo os processos sociais dos quais decorrem os motivos que levam gerações de uma mesma família necessitarem de auxílio assistencial do Estado, permanecendo na vulnerabilidade no decorrer dos anos, do que meramente quantificar o número de

famílias que se encontram nesta situação. É, portanto, um estudo que não quer apenas comprovar a existência deste fenômeno, mas entender os porquês de sua perpetuação.

Seguindo, a partir das informações coletadas e interpretadas, a pesquisa pretende descrever os fatos da realidade estudada, por isso, configura-se, também, como uma análise descritiva. Sylvia C. Vergara (2000) esclarece que os estudos de caráter descritivo pretendem expor as características do fenômeno observado, estabelecendo as relações entre suas variáveis, no entanto, não assumem o compromisso de explicar efetivamente o objeto de análise. Neste caso, reitera-se que esta dissertação não ambiciona esgotar a discussão a respeito da perpetuação intergeracional de famílias em programas assistenciais, mas, sim, levantar pontos e questões sobre esta realidade de modo a estabelecer as variáveis que a compõem e que podem ser relevantes para a definição de suas causas e para a própria explicação da existência do fenômeno em si, ao menos em Mariana – MG, que é o local de observação neste trabalho.

A pesquisa qualitativa é aquela capaz de incorporar a questão do significado e da intencionalidade como inerentes aos atos, às relações e às estruturas sociais, sendo essas últimas tomadas, tanto no seu advento quanto nas suas transformações, como construções humanas significativas (BARDIN, 2007). Assim, a abordagem qualitativa se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produto das interpretações que os seres humanos fazem de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam (TURATO et al, 2008).

De acordo com ensinamentos de Richardson (1989), a pesquisa quantitativa se caracteriza pelo emprego da quantificação, tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento dessas através de técnicas estatísticas, desde as mais simples até as mais complexas. Richardson explica que o método quantitativo é aplicado nos estudos descritivos (aqueles que procuram descobrir e classificar a relação entre variáveis), os quais propõem investigar “o que é”, ou seja, a descobrir as características de um fenômeno como tal. Este método possui como diferencial a intenção de garantir a precisão dos trabalhos realizados, conduzindo a um resultado com poucas chances de distorções.

De uma forma geral, tal como a pesquisa experimental, os estudos de campo quantitativos se guiam por um modelo de pesquisa onde o pesquisador parte de quadros conceituais de referência tão bem estruturados quanto possível, a partir dos quais formula hipóteses sobre os fenômenos e situações que quer estudar. Uma lista de

consequências é, então, deduzida das hipóteses. A coleta de dados enfatizará números (ou informações conversíveis em números) que permitam verificar a ocorrência ou não das consequências e a partir disso a aceitação (ainda que provisória) ou não das hipóteses. Os dados são analisados com apoio da Estatística (inclusive multivariada) ou outras técnicas matemáticas. Vale ressaltar que, também, os tradicionais levantamentos de dados são o exemplo clássico do estudo de campo quantitativo (POPPER, 1972).

Para tanto, conforme mencionado no início do capítulo, o principal procedimento metodológico utilizado será a entrevista semiestruturada, mas, antes de adentrar de forma mais profunda neste tema, interessa apontar que outra metodologia recorrida nesta dissertação foi a pesquisa bibliográfica, utilizada para a elaboração do capítulo anterior, de abordagem teórica e conceitual. De acordo com Fonseca (2002, p. 32), esta metodologia é aquela realizada “a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites”. Neste caso, a primeira seção do trabalho em tela foi construída a partir de informações encontradas em textos científicos a respeito do tema em discussão; ela também foi metodologia útil para a análise dos dados obtidos a partir das entrevistas, uma vez que diversos autores foram convidados para o debate na elaboração do texto que traz os resultados da investigação deste estudo.

Sobre a entrevista semiestruturada, Oliveira, Strassburg e Piffer (2017) apontam que é um bom método para coletar dados em uma pesquisa qualitativa, ao passo que fornece ao pesquisador as concepções dos sujeitos sobre a realidade em que vivem, esta que é objeto de interesse do analista. Tatiana E. Gerhardt et al. (2009) discorrem que a entrevista se apresenta como uma técnica alternativa para se obter informações que não estão disponíveis em publicações ou documentos. Neste caso, diversas papeladas disponibilizadas pelo Governo Federal, pelo Estado de Minas Gerais ou pelo município de Mariana poderiam contemplar dados relevantes que evidenciassem a existência do fenômeno em questão, que é a perpetuação intergeracional de famílias em programas assistenciais, mas dificilmente elas trariam apontamentos que são importantes para a compreensão de fato desta realidade, como as próprias experiências daqueles que passam por ela.

Entende-se entrevistas como “uma técnica de interação social, uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca obter dados, e a outra se apresenta como fonte de informação” (GERHARDT et al., 2009, p. 72). Elas são divididas em diversas categorias, as quais não serão aprofundadas nesta dissertação, por não se tratar

do objetivo do trabalho. Importa, para o desenvolvimento do estudo, ressaltar que aqui se optou pela entrevista semiestruturada, que é aquela em que o autor da pesquisa organiza previamente um roteiro de questões a serem feitas, mas permite – e, por vezes, incentiva – que o entrevistado fale de maneira mais livre a respeito dos assuntos pautados (GERHARDT et al., 2009). Vale ressaltar que, para uma análise de caráter qualitativo e descritivo, o melhor tipo de entrevista seria a estruturada, em que o analista segue exatamente o conjunto de questões pré definido e busca encontrar diferentes tipos de respostas para cada uma delas, de modo a conseguir o maior número de informações possíveis a respeito de um fenômeno (OLIVEIRA; STRASSBURG; PIFFER, 2017). Entretanto, o próprio andamento das entrevistas demonstrou a necessidade de adaptação do roteiro e mudanças repentinas demandadas pelos próprios entrevistados, que, em algumas ocasiões, demonstravam não saber como responder, não compreender a pergunta ou, ainda, ter mais conteúdo a acrescentar do que havia sido previsto na formulação das questões.

3.2 As entrevistas e os sujeitos das pesquisas

Para a composição do corpus analítico, foram entrevistados membros de 14 (quatorze) famílias, nas quais há mais de uma geração usuária dos serviços socioassistenciais da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania de Mariana – MG. O recrutamento dos participantes foi feito da seguinte forma: primeiramente, realizou-se uma triagem das pessoas cadastradas nos equipamentos do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e, a partir deste levantamento, foram selecionadas as famílias do CRAS Volante, em que o beneficiário possua o limite mínimo de idade de quarenta anos e tenha filhos que também participem de algum programa, para caracterizar a perpetuação intergeracional. Elegeram-se a idade mínima de trinta anos por considerar que, com esse limite, seria mais fácil contemplar, ao menos, duas gerações de indivíduos da mesma família que recebem algum benefício e/ou participam de algum programa da assistência social.

O contato com os entrevistados foi estabelecido, em um primeiro momento, por telefone, ocasião em que foi possível explicar o conteúdo e os objetivos do trabalho. Os técnicos de referência do equipamento do CRAS contribuíram fornecendo o contato com as famílias de interesse da pesquisa. Após o contato por telefone, as entrevistas

foram agendadas e realizadas, pessoalmente, durante os meses de setembro e outubro de 2019.

Cabe ressaltar que todos os indivíduos que concederam entrevistas e que figuram nesta pesquisa concordaram livremente em participar e deram permissão para a utilização do material captado. Um ponto crucial para o desenvolvimento do estudo aqui proposto foi compreender que estas entrevistas tocam o espaço do outro, o que demandou da pesquisadora respeito e sensibilidade como elementos principais durante as conversas, quando adentrava em aspectos que correspondiam à vida privada de cada uma das famílias. Neste sentido, todos os entrevistados foram devidamente informados _ verbalmente e por escrito _ a respeito dos objetivos desta dissertação e de seus direitos pelo anonimato e por desistir da participação em qualquer momento.

Foram, no total, 14 (quatorze) entrevistados. Nessa dissertação, pelos motivos expostos acima, seus nomes serão omitidos para que suas identidades sejam preservadas. A tabela a seguir indica as famílias entrevistadas, os membros que são beneficiados por alguma assistência e os programas pelos quais são contemplados.

Quadro 1 – Tabela Indicativa dos entrevistados

Famílias	Composição familiar	Quem está inserido nos Programas	Programa assistencial
Família 1	Mãe	X	PIP (Programa Inclusão Produtiva) e PBF (Programa Bolsa Família)
	Filho 1	X	Programa Jovem Aprendiz
	Filho 2	X	PBF
	Filha 3	X	PBF
Família 2	Mãe	X	PIP e PBF
	Filho 1	X	Jovem Aprendiz
	Filho 2	X	PBF
Família 3	Mãe	X	PBF
	Esposo		
	Filho 1		
	Filho 2	X	Jovem Aprendiz e PBF
	Filho 3	X	PBF
	Filho 4	X	PBF
	Mãe	X	PIP

Família 4	Esposo	X	PBF
	Filho 1	X	PBF
	Filho 2	X	PBF
	Filho 3	X	Jovem Aprendiz e PBF
	Filho 4	X	Jovem Aprendiz e PBF
	Filho 5	X	PBF
Família 5	Mãe	X	PIP e PBF
	Filho 1	X	PBF
	Filho 2	X	PBF
	Filho 3	X	PBF e Jovem Aprendiz
	Filho 4	X	PBF
Família 6	Mãe	X	PIP e PBF
	Filho	X	BPF e Jovem Aprendiz
Família 6	Filho	X	PBF
Família 7	Mãe	X	PIP e PBF
	Esposo		
	Filho 1	X	PBF
	Filho 2	X	Jovem Aprendiz
Família 8	Mãe	X	PIP e PBF
	Filho 1	X	PBF e Jovem Aprendiz
	Filho 2	X	PBF
Família 9	Mãe	X	PIP e PBF
	Filho 1	X	PBF e Ativa Idade
	Filho 2	X	PBF e Ativa Idade
	Filho 3	X	PBF
Família 10	Mãe	X	PBF e PIP
	Filho 1	X	PBF
	Filho 2	X	PBF
	Filho 3	X	PBF
	Filho 4	X	PBF
	Filho 5	X	PBF e Jovem Aprendiz
	Filho 6	X	PBF e Jovem Aprendiz
Família 11	Mãe	X	PBF
	Esposo		
	Filho 1	X	PBF e Jovem Aprendiz
	Filho 2	X	PBF
	Filho 3	X	PBF
	Filho 4	X	PBF

	Filho 5	X	PBF
	Filho 6	X	PBF
	Filho 7	X	PBF
Família 12	Mãe	X	PBF
	Companheira		
	Filho 1	X	PBF e Jovem Aprendiz
	Filho 2	X	
Família 13 Família 13	Mãe		
	Filho 1	X	PBF e PIP
	Filho 2	X	
	Neto 1	X	BPC (Benefício de Prestação Continuada)
	Neto 2	X	PBF
	Neto 3	X	PBF
	Neto 4	X	PBF
Família 14	Mãe	X	PBF
	Filho 1	X	PBF e Jovem Aprendiz
	Filho 2	X	PBF

Fonte: Elaboração própria com base no delineamento da pesquisa

A delimitação do número de entrevistados obedeceu à denominada técnica de saturação (FONTANELLA et al., 2008), ou seja, não houve um estabelecimento antecipado de quantas pessoas seriam entrevistadas, mas, sim, a constatação de que se atingiu a suficiência da captação de informações necessárias para o desenvolvimento da análise. Portanto, no momento em que os dados começaram a se repetir durante as conversas, não havendo mais nenhuma informação nova, subentendeu-se que o recrutamento de participantes para o estudo já poderia ser interrompido.

Conforme explicado anteriormente, foi elaborado um roteiro prévio para ser aplicado em todas as entrevistas, a fim de abordar, sobretudo, a percepção dos participantes a respeito das mudanças ocorridas em suas vidas por conta dos serviços socioassistenciais que utilizam. No total, o conjunto era composto por 10 questões que, a princípio, não sofreriam nenhum tipo de alteração, entretanto, algumas entrevistas demandaram mudanças no percurso da conversa.

3.3 Sobre o local de Estudo: Mariana – MG

Considera-se importante discorrer sobre a localidade no qual se dará o estudo, tendo em vista que, do contexto no qual vivem os participantes da pesquisa, decorrem as variáveis que constituem o fenômeno da perpetuação intergeracional das referidas famílias nos programas assistenciais do município. Neste sentido, configuraria um equívoco observar a realidade dos sujeitos participantes de modo isolado à realidade da cidade em que habitam, como se a condição em que se encontram não resultasse, também, das particularidades da região de morada.

A cidade de Mariana – MG está localizada na região Sudeste do Estado de Minas Gerais e, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para o ano de 2019, tem uma população estimada em torno dos 70 mil habitantes⁸. Economicamente, é um município que depende, principalmente, da exploração do minério e, em segundo plano, do turismo – já que é uma cidade histórica, inclusive, com o título de primeira capital do estado mineiro.

Mariana é uma cidade que vivenciou de forma intensa as privatizações ocorridas na década de 1990, durante os governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC), já que a maior mineradora que atuava (e ainda atua) na região, a Companhia Vale do Rio Doce, foi vendida pelo Estado para empresas particulares. Como consequência, veio o crescimento das terceirizações, a precariedade dos contratos de trabalho, o aumento dos contratos temporários e a inconstância de permanência da população no município.

A política de assistência social do município é marcada pelo viés do assistencialismo e da caridade, mas ele não deveria existir, até porque é um direito social constitucionalmente garantido, integrando o tripé da Seguridade Social, ao lado da Saúde e da Previdência Social. Os dados individualizados das famílias com renda total de até meio salário mínimo per capita atendidas por programas de assistência estão disponíveis no Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), o que permitiu traçar o perfil das famílias residentes em Mariana. De acordo com informações referentes ao ano de 2019, o CadÚnico registrou neste município 9.471 famílias cadastradas; sendo que, destas, 4.750 são beneficiárias do Bolsa Família (número este que representa 21,37% da população marianense). Dentre as que recebem o benefício do Bolsa Família, 3.903

⁸ Informação retirada do *site* do IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/mariana/panorama>. Acesso em: 10 de outubro de 2019.

estavam em situação de pobreza extrema, ou seja, com renda familiar mensal inferior a R\$85,00 por pessoa.

Cabe ressaltar, ainda, que Mariana é uma cidade marcada pelo impacto sofrido em um dos maiores desastres ambientais já ocorridos no Brasil. No dia 05 de novembro de 2015, uma das barragens de rejeitos da empresa de mineração Samarco, controlada pela Vale S.A e pela BHP Billiton, rompeu-se, atingindo diversos distritos do município, sendo Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo os mais prejudicados_ o primeiro desses dois, inclusive, foi inteiro encoberto pela “lama”, obrigando todos os seus residentes a abandonarem suas casas. Esse acontecimento desestabilizou a estrutura socioeconômica da cidade, o que também gerou uma demanda significativa de incentivos assistências governamentais para a população atingida.

3.4 Procedimentos de análises dos dados

Depois de feitas e transcritas todas as entrevistas, partiu-se para a análise dos dados obtidos, texto disponível no próximo capítulo dessa dissertação. Para tanto, recorreu-se à Análise de Conteúdo conforme descrita por Bardin (2011). Segundo o autor, este procedimento se constitui de várias técnicas em que se busca descrever o conteúdo emitido no processo de comunicação, seja ele por meio de falas ou de textos. Desta forma, seguem-se processos sistemáticos que proporcionam o levantamento de indicadores que permitem a realização de inferência de conhecimentos.

Entende-se estes processos sistemáticos como o estabelecimento de categorias que permitam recortar – ou subdividir – as entrevistas por temas que se repetem com frequência, ou seja, há uma seleção das unidades comparáveis de categorização (BARDIN, 2011). Foi o procedimento estabelecido para a análise do material obtido nesta pesquisa.

Muito embora as próprias perguntas já sejam formas de categorização por temas, as respostas semelhantes foram agrupadas, de forma que se tornassem mais perceptíveis os contextos sociais que apontam para uma determinada tendência ou outra.

É importante ressaltar que, para garantir o sigilo da identidade das pessoas entrevistadas, foi utilizado “(...)”, como forma de substituir os nomes das mesmas, para se manter o sigilo, a ética e o anonimato.

4. ANÁLISE DE DADOS

O município de Mariana foi fundado em 16 de julho de 1696, sendo a primeira vila – posteriormente capital, de Minas Gerais. No século XVII, foi uma das maiores cidades produtoras de ouro para o Império Português. Este metal precioso foi explorado através do trabalho dos negros escravizados, por mais de um século, impulsionando a vida socioeconômica na região e contribuindo para o desenvolvimento econômico da Europa.

Após um longo período de extração, o que era abundante se tornou insuficiente e de difícil acesso. Como consequência, a cidade perdeu sua principal atividade econômica.

Assim, as áreas onde se desenvolveram as atividades de mineração no século XVIII e parte do século XIX em Ouro Preto e Mariana foram abandonadas e esquecidas e para isto também colaborou o esvaziamento destas cidades, em decorrência tanto da exaustão das jazidas como pela mudança da capital de Minas Gerais para Belo Horizonte, em 1897. (SOBREIRA, 2014)

Posteriormente, de acordo com a reconstrução histórica realizada pela Vale S/A, a partir da materialização do Código de Minas – aprovado pelo Governo Federal em 1934 – “as empresas de mineração organizadas sob o regime do Código de Minas ficariam isentas de impostos de importação para máquinas e ferramentas que não existissem no país”, reforçando o papel de dependência do Brasil na economia global.

Dependência esta, que é ocasionada e é condição do desenvolvimento deste sistema regido pelo capital no globo, em que cada território cumpre uma função historicamente determinada, no caso deste continente, do Brasil, de serem fornecedores de matérias-primas. (BERTOLLO, 2017)

Em 1942, através do DECRETO LEI Nº 4.352, DE 1º DE JUNHO DE 1942, a Companhia Vale do Rio Doce S/A foi criada, colocando o Brasil no mercado exterior como exportador em potencial do minério de ferro, voltando o olhar da classe trabalhadora para as áreas de mineração.

A mineradora que, até então era estatal, é privatizada em 06 de maio de 1997 – durante o governo Fernando Henrique Cardoso – nesse processo, a Companhia Vale do Rio Doce S/A incorporou o capital estrangeiro e mais tarde se transformou em Vale S/A. Após esse processo incorpora também a Samarco S/A.

Mariana, com seus quatro complexos mineradores – Timbopeba, Alegria, Fábrica nova e Fazendão, sofreu com o rompimento da barragem do Fundão em 05 de novembro de 2015, quando os distritos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo foram dizimados. Na tragédia, dezenove pessoas morreram e houve diversos danos socioambientais. Como foi já anteriormente colocado, a economia regional é marcada pela mineração, o que, com o acidente, causou ainda danos maiores ao município de forma geral.

Segundo a reportagem “Tragédia de Mariana ainda afeta economia da cidade”, do site da Exame, em novembro de 2017, a taxa de desemprego na cidade, que nunca havia ultrapassado os 6%, atingiu 23,5% da população – o que está diretamente relacionado à população assistida pelos CRAS. São nítidas as particularidades que o município apresenta desde novembro de 2015. Se a indústria e a mineração eram responsáveis por mais de 80,4 % do PIB da cidade, isso significa que, após o rompimento da barragem, a cidade passa por um momento crítico tanto economicamente quanto socialmente.

Com o efeito em cadeia, outros distritos da região foram atingidos diretamente. Cidades vizinhas no percurso do rio doce também foram afetadas. A lama chegou até o mar deixando um rastro de destruição. De acordo com o IBAMA, o rompimento da barragem foi

o maior desastre socioambiental do país no setor de mineração, com o lançamento de cerca de 45 milhões de metros cúbicos de rejeitos no meio ambiente. Os poluentes ultrapassaram a barragem de Santarém, percorrendo 55 km no rio Gualaxo do Norte até o rio do Carmo, e outros 22 km até o rio Doce. A onda de rejeitos, composta principalmente por óxido de ferro e sílica, soterrou o subdistrito de Bento Rodrigues e deixou um rastro de destruição até o litoral do Espírito Santo, percorrendo 663,2 km de cursos d'água. [...] Dezenove pessoas morreram na tragédia. Foram identificados ao longo do trecho atingido diversos danos socioambientais: isolamento de áreas habitadas; desalojamento de comunidades pela destruição de moradias e estruturas urbanas; fragmentação de habitats; destruição de áreas de preservação permanente e vegetação nativa; mortandade de animais domésticos, silvestres e de produção; restrições à pesca; dizimação de fauna aquática silvestre em período de defeso; dificuldade de geração de energia elétrica pelas usinas atingidas; alteração na qualidade e quantidade de água; e sensação de perigo e desamparo da população em diversos níveis”. (BRASIL, 2015)

A partir desse crime, a “questão social” se agravou na região. Dessa forma, as demandas no CRAS – de acordo com a observação das profissionais – aumentaram à

medida que a taxa de desemprego crescia devido à paralisação das atividades mineradoras.

Ainda que tenham se passado mais de quatro anos do rompimento da barragem, os atingidos ainda não foram reassentados como foi ajuizado, assim como a cidade ainda não se recuperou economicamente. No primeiro semestre de 2018, o SINE – Sistema Nacional de Emprego – divulgou que a taxa de desemprego estava em 21,8%. Já em 2019, a taxa de desemprego foi de 9,8%. Hoje, não se tem mais esse número com exatidão, contudo, com o processo de construção das novas propriedades para os atingidos, bem como das novas escolas, igrejas e postos de saúde, houve um aumento no número de empregos, tendo em vista que as empresas, que são as responsáveis por essas construções, tenderam a priorizar a mão de obra local. Esse fator, então, garantiu uma diminuição no quadro de desemprego no município.

Considera-se importante discorrer sobre a localidade no qual se dará o estudo, o CRAS – Volante do município de Mariana - MG, base desta pesquisa, no ano de 2019. No ano em questão, foram incluídas no PAIF 46 famílias, totalizando ao longo dos seus sete anos de fundação e trabalho, um total de 154 famílias em acompanhamento no presente ano. Um dado alarmante, é que, dessas 46 famílias inclusas no ano de 2019, 31 famílias se encontram em situação de extrema pobreza, situação essa analisada pela equipe de técnicos de nível superior da instituição; e só 20 dessas famílias recebem o programa Bolsa Família.

Também, no ano de 2019, o CRAS-Volante registrou 100 crianças participantes nos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e apenas 18 adolescentes. Além de computarem 65 adultos participantes de palestras, oficinas ou outras atividades não continuadas neste aparelho. Cabe destacar, também, que ocorre no município, algumas pessoas (dentre elas, crianças, adolescentes, adultos e idosos) participando de programas e oficinas no SCFV, contudo que não passam pelo CRAS, que comparecem por indicações políticas e não por serem necessariamente usuários do CRAS e nem mesmo o público prioritário deste serviço.

O CRAS Volante Bairros de Mariana (MG), localizado no Bairro Rosário, assiste a outros quinze bairros: Centro, Santo Antônio, Morada do Sol, Novo Horizonte, Fonte da Saudade, Dom Oscar, Barro Preto, Santana, São Gonçalo, São José, São Pedro, Galego, Cruzeiro do Sul, Vila do Carmo e Catete. No município de Mariana, o CRAS surgiu no ano de 2009, denominado pelo Serviço de Atendimento Itinerante - SASI. Atualmente, a equipe do CRAS Volante Bairros no município de Mariana

contém: uma coordenadora que tem formação em administração, duas psicólogas, cinco assistentes sociais, uma auxiliar administrativa, quatro jovens vinculados ao projeto “Jovem Aprendiz” e três mulheres vinculadas ao Programa Renda Mínima.

O CRAS Volante Bairros, em conformidade com a orientação do gestor municipal, executa alguns serviços e programas, tais como:

1. PAIF – Programa de Atenção Integral à Família – que “atua de forma preventiva, protetiva e proativa, reconhecendo a importância de responder às necessidades humanas de forma integral, para além da atenção a situações emergenciais, centradas exclusivamente nas situações de risco social” (BRASIL, 2014, p.11).

2. Programa de Garantia de Renda Mínima e Inclusão Produtiva, onde de acordo com a LEI MUNICIPAL Nº. 2.737 DE JULHO DE 2013 as mulheres provedoras deveriam ser incluídas no programa após a inserção do Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal realizado em conjunto com o Departamento de Inclusão Produtiva.

3. O DECRETO Nº 8.790, DE 20 DE MARÇO DE 2017 coordena os critérios para a concessão do Auxílio Alimentação na forma de Cesta Básica classificando-o como um benefício eventual. Para a concessão do benefício, as famílias deverão atender aos seguintes critérios descritos no DECRETO Nº 8.790, DE 20 DE MARÇO DE 2017:

Art. 5º - Os beneficiários do auxílio-alimentação deverão ser contemplados, prioritariamente, a partir dos seguintes critérios:

I - Famílias com crianças em situação de risco;

II - Famílias com idosos e (ou) portadores de deficiência;

III- Famílias ou indivíduos que se encontrem em situação de risco social e momentaneamente não conseguem suprir as necessidades básicas de alimentação.

§ 1º - A comprovação da situação socioeconômica das famílias será realizada pelos técnicos responsáveis do CRAS e (ou) do Plantão Social.

§ 2º - A concessão do benefício de auxílio-alimentação estará sujeita a visita domiciliar pela equipe técnica do CRAS ou do Plantão Social para atestação da situação de vulnerabilidade e comprovação dos dados apresentados quando do cadastro junto ao CRAS ou a solicitação do benefício junto ao Plantão Social.

Art. 6º - O tempo de permanência de cada família para recebimento do benefício de cesta básica será de até 03 (três) meses.

Parágrafo Único – As famílias poderão ser novamente incluídas no benefício de cesta básica de alimentos, através de novo parecer técnico expedido pelos técnicos responsáveis do CRAS.

4. Programa Jovem aprendiz, através da LEI Nº 2.605, DE 09 DE ABRIL DE 2012, que propõe a formação profissional e inserção do jovem em vulnerabilidade social de 16 anos a 21 anos no mercado de trabalho.

O CRAS também acompanha e encaminha seus usuários ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) que, segundo a PNAS, constitui uma garantia de renda básica, no valor de um salário mínimo, dirigida às pessoas com deficiência e aos idosos a partir de 65 anos de idade, desde que cumpridos os critérios de renda previsto na LOAS.

Bem como também abrange o artigo 22 da Lei Orgânica da Assistência Social que trata dos benefícios eventuais e provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do SUAS.

O CRAS Volante no município de Mariana-MG oferece o Serviço de Fortalecimento de Vínculos, com grupos de crianças e adolescentes, tal como oferta benefícios eventuais, sendo eles: Auxílio maternidade (enxoval), cesta básica, isenções para segunda via de documentos.

No equipamento do CRAS Volante também funcionam grupos com crianças e adolescentes. O grupo Renascer conta com crianças em idade entre 9 e 12 anos, e dois Grupos Adolescer com idade de 12 até 15 anos. Os grupos funcionam quinzenalmente e surgiram após solicitação das escolas municipais e estaduais, onde grande parte dos participantes estudam; desta forma, foi realizada uma parceria entre a Escola Municipal Dom Luciano, que fica num bairro de abrangência do CRAS. De acordo com a assistente social que acompanha o grupo e as famílias, em reunião com a direção da escola, foi solicitado acompanhamento das crianças por infrequência escolar, dificuldade de aprendizado e indisciplina. Uma vez que a maioria das mães desses adolescentes e crianças já eram referenciados no equipamento, foram, então, formados os grupos. Algumas outras crianças de outros bairros e que frequentam outras escolas também participam dos mesmos. Inicialmente, os grupos funcionavam na escola Dom Luciano, porém, atualmente, os grupos funcionam dentro do equipamento do CRAS. O objetivo dos grupos é, além do acompanhamento familiar, trabalhar algumas questões

da realidade dessas famílias, como cidadania, auto estima e sentimento de pertencimento da comunidade onde moram.

Também no CRAS-Volante tem os projetos *Brincando e Criando*, com o objetivo de promover um espaço lúdico, a fim de estimular o desenvolvimento de potencialidades e habilidades; estimular a socialização, o protagonismo e a convivência, além de favorecer o fortalecimento de vínculos das crianças com familiares e a comunidade, com o público alvo de crianças de 04 a 12 anos. O Projeto *Jogando com as Ideias*, conta com o objetivo de possibilitar a ampliação do universo informacional, artístico e cultural; promover um espaço lúdico a fim de estimular a socialização, a participação na vida pública do território e desenvolver competências para a compreensão crítica da realidade social e do mundo contemporâneo; contribuir para a inserção, reinserção e permanência no sistema educacional, além de favorecer o fortalecimento de vínculos das crianças/adolescentes com os familiares e a comunidade; e possui como público alvo crianças e adolescentes de 07 a 12 anos e de 11 a 15 anos.

No CRAS-Volante também tem o Projeto *Lavras de Versos*, com o objetivo incentivar arte e cultura no território dos bairros Santo Antônio e São Gonçalo; criar espaço para expressão e reflexão sobre as experiências e vivências do dia a dia com adolescentes; estimular e favorecer aos adolescentes o contato e experiência com a arte literária da poesia; instruir e estimular a composição de poemas; com público alvo adolescentes de 12 a 18 anos. E o Grupo *CoMviver*, com o objetivo de promover um espaço de partilha de vivências e experiências, visando favorecer a reflexão sobre projeto pessoal de vida, buscando propiciar um melhor vínculo familiar e comunitário, possibilitando, assim, o engajamento dos adolescentes em seus diversos contextos de vida; atende, como público alvo, adolescentes de 12 a 15 anos.

Com o propósito de reduzir a pobreza das mulheres e inseri-las no mercado de trabalho, em 2001, o Município de Mariana editou a Lei Municipal 1.543/2001, que teve como objetivo a implantação do “Programa Municipal de Renda Mínima e Inclusão Produtiva da Mulher”. Este programa, como estratégia de inclusão social de mulheres, chefes de família e de baixa renda, oferece capacitação profissional remunerada à essas mulheres. Elas também desenvolvem atividades nos diversos setores da prefeitura, como atendente nas recepções, auxiliar de cozinha nas escolas, auxiliar de serviços gerais, auxiliar de cuidadora nas creches, dentre outras atividades.

Atualmente, constam cadastradas 450 mulheres chefes de família, recebendo uma remuneração no valor de R\$600,00, enquanto aprendem uma profissão através dos

cursos que são oferecidos pelo programa. Na fila de espera, há 315 mulheres aguardando para serem inseridas.

Todos os programas de transferência de renda são da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania pela Prefeitura Municipal de Mariana; em todos os outros CRAS, as famílias são contempladas mediante análise do perfil socioeconômico e, tendo vagas para inserção nos respectivos programas, as mulheres e os jovens vão sendo inseridos nas atividades.

Há também o Programa de Formação Profissional, comumente conhecido como Jovem Aprendiz. Atualmente, este programa atende 200 jovens e possui pequenas oficinas e cursos que são oferecidos, tais como padaria, escola, salão e escola de informática. Para a inserção no Programa Jovem Aprendiz, de acordo com a Lei Nº 3.228, DE 25 DE JUNHO DE 2018, utilizam-se basicamente os mesmos critérios do Programa Inclusão produtiva:

Art. 5º.O cadastro social de vulnerabilidade deverá apontar critérios para a inserção do jovem, obedecendo a seguinte ordem:

I - A família do jovem indicado ao Programa de Formação Profissional deve estar inserida no Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal;

II - A família do jovem indicado ao programa deverá residir no Município de Marina há pelo menos 02 (dois) anos, salvo os casos específicos justificados em Parecer Social;

III - A família do jovem indicado deverá ser assistida há, no mínimo, 03 (três) meses pelos serviços oferecidos pelos CRAS ou CREAS e/ou demais equipamentos de acompanhamento social do Município de Mariana, salvo casos específicos justificados em Parecer Social;

IV- A família do jovem indicado deverá possuir renda per capita comprovada, dos quais serão considerados dois parâmetros, na seguinte ordem:

- a) considerar como renda o limite de pobreza do Cadastro Único dos Programas Sociais;
- b) possuir renda per capita no valor de até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo vigente.

O tempo de permanência no Programa é de 12 meses, podendo ser prorrogado por mais um ano, de acordo com a avaliação socioeconômica da assistente social responsável. Percebemos que há jovens que estão no programa há mais de dois anos por questões de vulnerabilidade social. Um diferencial que há entre o Programa de Formação Profissional para o de Inclusão Produtiva é que, no primeiro, ao completar 22 anos, o jovem é desligado do Programa, visto que segundo a Lei que regulamenta o Programa, a idade permitida para permanecer no Programa é de 16 até 21 anos de idade.

Já no Programa de Inclusão produtiva, as mulheres geralmente permanecem por muitos anos, tendo em vista que podem retornar e o programa não coloca como condicionalidade a faixa etária.

Uma condicionalidade relevante sobre o Programa de Formação Profissional é que os jovens precisam possuir uma frequência escolar. Já no Programa Inclusão Produtiva, para ser inserida, a mulher precisa ser chefe de família.

Ainda sobre o Programa de Inclusão Produtiva, o que muito acontece é que as mulheres que possuem 55 anos de idade ou mais, que são acompanhados pelos diversos setores como CREAS, CAPS e CRAS, por não conseguirem ser inseridas no mercado formal de trabalho, são inseridas no Programa Ativa-Idade, que adere tanto pessoas do sexo feminino como do masculino. Programa este em que as pessoas não tem um tempo de permanência, geralmente ficam até conseguirem se aposentar, visto que é exclusivo para o público que não é inserido no mercado formal de trabalho e também não são aposentadas. Os usuários do Programa Ativa-Idade desenvolvem as mesmas atividades das pessoas do Inclusão Produtiva e, para inserção, utilizam os mesmos critérios dos Programas de Formação Profissional e do Programa de Inclusão Produtiva.

Segundo Medeiros (2000), o investimento em programas de renda mínima familiar, como Bolsa-escola e outros programas de geração de renda e emprego, devem ser bem estruturados, de forma que cumpram com a sua função social proposta. Mas é necessário mais que isso, é preciso que as políticas no Brasil sejam mais efetivas e que considerem as novas expressões da questão social. Parte do sucesso das políticas sociais depende da estrutura da população a que elas se destinam. As políticas sociais são fundamentais no contexto de reformas, que vêm sendo observados pela maioria dos países da América Latina. No início da década de 90, a maior parte dos países da região criaram fundos de investimento social e iniciou programas de caráter setorial, de geração de emprego, de apoio à gestão produtiva e de estímulo à organização social dos distintos setores da sociedade e programas emergenciais de assistência social. As formas de enfrentamento dos desdobramentos da questão social estiveram intimamente ligadas à expansão do capital e seu processo de reprodução. Mesmo com toda riqueza produzida pelo capitalismo, encontra-se dificuldade de solucionar as refrações da questão social, pois as promessas de solucioná-las apenas favorecem a intensificação da pauperização e a desresponsabilização do Estado perante elas (CAVALCANTI, 2013).

4.1 Análise das entrevistas

4.1.1 Dados gerais das famílias entrevistadas – uma breve análise dos dados qualitativos e quantitativos

Após as famílias serem entrevistadas, foi possível verificar quantitativamente alguns índices que repercutem e geram o ciclo intergeracional de permanência dessas famílias na política de Assistência Social. Neste momento, então, busca-se apresentar uma análise dos dados quantitativos, com o objetivo de comprovar numericamente as expressões da questão social que determinam a situação de vulnerabilidade dessas famílias, que impedem que as mesmas quebrem o ciclo da pobreza de modo geral.

Quadro 2. Estado civil, idade e número de filhos das mulheres entrevistadas

Estado Civil			Idade			Número de Filhos		
Descrição	Qtd.	%	Descrição	Qtd.	%	Descrição	Qtd.	%
Solteira	10	71%	Entre 30 e 40 anos	5	36%	De 1 a 2	5	36%
Casada / União Estável	4	29%	Entre 41 e 50 anos	7	50%	De 3 a 4	5	36%
Separada / Divorciada	0	0	Mais de 51 anos	2	14%	De 5 a 7	4	28%

Fonte: Elaboração própria com base no delineamento da pesquisa

A maioria das entrevistadas se auto declararam solteiras, sendo, então, consideradas chefes de família. Um dos critérios para a mulher ingressar ao Programa de Inclusão de Renda Mínima é que ela seja a responsável pelo grupo familiar.

Percebeu-se também, no momento em que as mulheres falam da necessidade de procurar os programas de Assistência Social, que muitas justificam pela ausência de suporte dos pais de seus filhos. Mais uma vez, com a saída da figura paterna do seio do grupo familiar, a mulher passa a assumir o papel de “pai e mãe”, como chefe de família.

“É porque antes eu não trabalhava, o pai dos meus meninos foi embora, é que ele bebia muito, Nosso Deus! Aí ele dava pensão, aí depois ele parou de pagar pensão, ele começou a beber muito, aí ele começou a ficar dominado pela cachaça, né? Aí ele foi embora, aí eu falei assim: Vou ter que começar a dar meu jeito, né? Porque dinheiro de pensão é assim: Um dinheiro que num mês tem, no outro mês não tem, se o juiz manda dar 300, eles nunca dá 300, dá 150, 200, aí os meninos eram tudo pequeno e aí eu procurei o Renda Mínima e fiquei...” (entrevistada 5)

Outra característica alarmante é que as mulheres mais jovens possuem mais filhos do que as mulheres mais velhas como observado no quadro gerado acima. Muitos estudos apontavam para uma mudança no quadro geral das famílias no século XX, através dos processos de conscientização, das políticas de planejamento familiar

incentivadas pelo SUS, garantindo meios contraceptivos. Contudo, a gravidez na adolescência ainda é um dado alarmante na estrutura das famílias brasileiras.

De acordo com o censo demográfico do IBGE (2010), as diferentes estruturas familiares já ultrapassam em 50,1% as famílias nucleares, ou seja, aquelas compostas por pais, mães e filhos biológicos. Hoje, o que mais se apresenta é um amplo quadro de famílias extensas, ou seja, aquelas que incluem mais de duas gerações. Ou seja, com a gravidez precoce e a falta de condições sócio econômicas de muitas famílias, as avós acabam se tornando mães novamente.

Assim, como o quadro mostra, também, há o crescimento alarmante no país de famílias monoparentais, ou seja, chefiadas por uma mãe ou um pai sem companheiro (a). Contudo, o que mais se apresenta são mães como chefes de família, devido ao chamado “aborto paterno”, ou seja, pais que não prestam a menor assistência aos filhos, nem a assistência financeira, que é um direito garantido aos filhos conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente, e nem mesmo a assistência paternalista, emocional e com cuidados básicos com seus filhos. Fazendo, assim, com que muitas mulheres tenham jornadas de trabalho ainda mais extensas, o que por vezes acaba gerando também o crescimento do número de famílias extensas, onde os avós, tios, primos se veem na condição de ter que ajudar nos cuidados com os filhos de seus entes, através da solidariedade, tendo em vista a perspectiva da necessidade de manter as famílias economicamente.

Quadro este que também nos leva ao surgimento do termo Família Socioafetiva, ou seja, aquelas famílias cujas formações de pessoas que vivem juntas, sem laços legais, mas com forte compromisso mútuo. Cabe aqui ressaltar que não é apenas o abandono ou falta de comprometimento da figura paterna que gera esse quadro de alteração do seio das famílias brasileiras, em especial estas apresentadas como famílias no século XX.

Quadro 3: Raça/cor declarada pelas mulheres entrevistadas

Descrição	Quantidade	Porcentagem (%)
Branco	2	14%
Preto	9	64%
Pardo	3	22%
Amarelo	0	0
Indígena	0	0
Oriental	0	0

Fonte: Elaboração própria com base no delineamento da pesquisa

Levando em conta a formação histórica do Brasil, observa-se que as diferenças raciais se traduziram em desigualdade de direitos e papéis sociais, na qual o fenótipo branco, na maioria das vezes, representou o papel de comando, enquanto o negro representava o de subordinado.

Durante a entrevista, foi possível notar a dificuldade que muitas mulheres possuíam em se auto declarar negras: muitas das que se declararam brancas e pardas podem ser consideradas negras. Atribui-se essa dificuldade pelo preconceito que a sociedade ainda carrega e pelo lugar inferiorizado que muitos creditam aos negros.

A discriminação da cor é visivelmente nítida quando observamos onde estão inseridas as mulheres e os jovens que participam dos programas de geração de renda do município: em uma visita aos diversos setores da prefeitura, encontramos com mulheres negras fazendo serviço de limpeza, varrendo rua e jovens trabalhando geralmente no Rotativo, orientando os motoristas no estacionamento em via pública; enquanto mulheres e jovens com a pele mais clara estão em serviço de recepção, administrativo, cozinha, dentre outros.

É nítido observar que a cor da pele interfere no lugar em que as pessoas serão inseridas no mercado de trabalho. Isso muitas vezes é sentido pelos participantes dos programas.

Percebe-se ainda que, em praticamente todos os setores em que há atendimento aos usuários da assistência, a grande maioria dos usuários é composta por negros. Muito embora essa constatação não seja uma exclusividade de Mariana, nesse município constatamos que esse fato está ligado a alguns fatores: o baixo nível de escolaridade da população, sobretudo da população negra, a falta de emprego e oportunidades para essa população, baixa autoestima, dentre outros fatores. Diante desse quadro, as famílias permanecem utilizando os serviços da assistência social por diversas gerações, caracterizando dessa maneira o ciclo intergeracional de permanência nos serviços socioassistenciais.

Quadro 4- Escolaridade das mulheres demandantes do CRAS Volante Bairros entrevistadas

Descrição	Quantidade	Porcentagem (%)
Sem instrução	0	0
Ensino fundamental incompleto	2	14%
Ensino fundamental completo	3	22%

Ensino médio incompleto	7	50%
Ensino médio completo	2	14%
Ensino superior incompleto	0	0
Ensino superior completo	0	0
Pós-graduação	0	0

Fonte: Elaboração própria com base no delineamento da pesquisa

Percebe-se que as mulheres, apesar da pouca escolaridade, incentivam os seus filhos a permanecerem na escola. Todas consideram e acreditam na importância da educação para a emancipação e uma melhor condição de vida. Muito embora, ainda nem saibam quais perspectivas seguir para romper com o ciclo intergeracional de dependência das políticas de assistência social. Sabem, contudo, que é importante estudar, que o caminho ainda é a educação.

Pode-se perceber, também, que as mulheres consideram que suas vulnerabilidades podem advir da falta dos estudos; ao assumirem que não conseguiram estudar muitas vezes pela ausência de oportunidades, devido à necessidade de trabalhar para o auto sustento ou sustento de suas famílias, além dos cuidados que teriam que ter com as mesmas, o que as impossibilitavam de estudar. Ou seja, elas desejam que seus filhos e/ou netos não tenham as mesmas dificuldades e pontuam a importância na educação para se ter um novo projeto de vida, diferente das dificuldades e vulnerabilidades por elas obtidas.

Nota-se na fala da entrevistada abaixo quando perguntado se ela quer os outros filhos/netos continuam recebendo os benefícios:

“Se for preciso sim, se precisar sim, porque ajuda muito, tanto na casa como na estrutura de vida deles, o crescimento deles... Eu peço a Deus que até lá eles ficam maior, que eles encontram um emprego cada vez melhor e estudem... Eu sempre cobro o estudo, eu sempre estou falando... Escola é o principal, o que abre a mente do homem é o estudo! Vinte e quatro horas eu tô falando com eles, porque eu gosto que eles estudem que vão para a escola, que eles aprendem cada vez mais. Mas se houver necessidade, eu quero que eles participem sim, vai ajudar muito!” (entrevistada 10)

Cabe ressaltar que muitos estudos apontam a educação como uma estratégia para o rompimento do ciclo intergeracional da pobreza. Assim, como é condicionalidade do Programa Bolsa Família que os filhos que estejam em idade escolar estejam frequentando a rede educacional. Contudo, será mesmo que somente uma educação de qualidade sanaria o problema da pobreza no país?

Acredita-se que somente uma educação de qualidade não seria o suficiente para sanar o quadro da pobreza. Ele poderia minimizar alguns impactos, contudo, do que adianta apenas uma educação, se não há empregos para todos? A educação de qualidade seria o suficiente para findar o preconceito e o lugar inferiorizado do negro no mercado de trabalho e na desigualdade salarial?

Assim como a Política de Assistência Social, algum governo brasileiro buscou de fato uma política educacional que desse subsídios para um pensamento crítico, revolucionário, não opressor e emancipador? Acredita-se que a resposta é não. O Estado brasileiro é um Estado burguês, que prioriza os barões do ensino; desta forma, para o mesmo, não é interessante investir de fato em uma educação pública e de qualidade. Ou seja, ou você tem dinheiro para pagar uma educação particular que se julga ser de qualidade, ou você se vê obrigado a utilizar da escola pública com cada vez mais cortes na educação. Critério este que influi diretamente no ciclo intergeracional da pobreza.

Quadro 5 Renda das Famílias atendidas no CRAS

Renda da Mulher		
Descrição	Quantidade	Porcentagem (%)
Sem rendimento	13	93%
Até um 1/4 de salário mínimo	0	0
Mais de 1/4 até 1/2 salário mínimo	0	0
Mais de 1/2 até 1 salário mínimo	0	0
Mais de 1 até 2 salários mínimos	1	7%
Mais de 2 até 3 salários mínimos	0	0
Mais de 3 até 5 salários mínimos	0	0
Mais de 5 salários mínimos	0	0
Renda da Família		
Descrição	Quantidade	Porcentagem (%)
Sem rendimento	11	79%
Até um 1/4 de salário mínimo	0	0
Mais de 1/4 até 1/2 salário mínimo	0	0
Mais de 1/2 até 1 salário mínimo	1	7%
Mais de 1 até 2 salários mínimos	2	14%
Mais de 2 até 3 salários mínimos	0	0
Mais de 3 até 5 salários mínimos	0	0
Mais de 5 salários mínimos	0	0

Fonte: Elaboração própria com base no delineamento da pesquisa

Durante as entrevistas, as mulheres que não estão inseridas no Programa Inclusão Produtiva relataram que não estão inseridas no mercado formal de trabalho, ou seja, vivem com os benefícios que recebem, tais como Bolsa Família e/ou serviços autônomos, como de faxineiras, manicures, artesãs etc.

Isso impacta diretamente no ciclo intergeracional de dependência da política de assistência social. Se falta trabalho e renda compatível para o sustento e bem estar das famílias, as mesmas continuam necessitando de recorrer ao Estado para prover suas necessidades básicas, já que não conseguem pelo mercado informal de trabalho tê-las providas por si próprias.

Ou seja, assim como a educação precisa de investimentos por parte do Estado como um dos suportes para o rompimento do ciclo intergeracional da pobreza, há também a necessidade de investimento em políticas educacionais. Hoje, o que se apresenta no país é um alto índice de desemprego, com uma crescente massa da população trabalhando de forma autônoma, sem possuir condições de por exemplo, se auto sustentarem, sustentarem suas famílias, e ainda contribuírem com a Previdência Social.

Hoje, com a política neoliberal, cada vez mais se tem a ideia da flexibilização das leis trabalhistas, gerando na verdade ainda mais lucro aos patrões e retrocessos para os trabalhadores, sobre a prerrogativa de ampliar o mercado de trabalho. Contudo, após a flexibilização das leis trabalhistas, não se tem dados alarmantes de aumento do mercado formal de trabalho, há o aumento do mercado informal de trabalho, bem como de terceirizações. Não cabe aqui discutir o impacto das leis trabalhistas na sociedade, contudo, é importante salientar que isso gera impactos negativos na mesma, na medida em que diminui os direitos dos trabalhadores e, assim, gera ainda mais condições precárias na vida da população em situação de pobreza e extrema-pobreza.

Quadro 6 - Atendimento e assistência em outros lugares e Programas

Descrição	Quantidade	Porcentagem (%)
Instituições religiosas	7	50%
Ajuda de Político	3	21%
ONG's	4	29%

Fonte: Elaboração própria com base no delineamento da pesquisa

Neste momento da entrevista, é possível verificar o quanto as instituições religiosas ainda ocupam o lugar assistencialista na sociedade. Ainda não se rompeu com

o histórico religioso influenciando as famílias, doando em sua grande maioria “cestas básicas” como meio de controlá-las e agregar devotos. As famílias, que relataram receber “ajuda” de outros lugares, recebem geralmente também cestas básicas. Já os auxílios políticos que relatam receber, geralmente advém de algum vereador que paga algumas contas, tais como de água de luz; ou indicações para através da política de assistência, receberem a cesta básica.

No caso do auxílio político, fica clara a mesma intenção de muitos auxílios prestados por instituições religiosas. A intenção pode não ser apenas a caridade, a solidariedade; geralmente, tem por trás do ato uma segunda intenção, seja ela aumentar o número de fiéis ou de votos, no caso dos políticos.

Outra característica importante de se colocar acerca dos auxílios políticos é que muitos vereadores se utilizam da falta de informação e conhecimento sobre os direitos, e passam a propagar que os auxílios eventuais que os usuários recebem, através das políticas assistenciais, direitos esses garantidos pela LOAS, são na verdade indicados pelos mesmos. Ou seja, muitos usuários acreditam que os benefícios que recebem, sejam de caráter contínuo ou eventual, são na verdade indicações dos políticos. Então, fica nítido que ainda não se rompeu, mesmo com o advento da LOAS e da CF 88, com a ideia da assistência social enquanto benemerência e dos usuários como tutelados, assistidos e favorecidos. Isso fica evidente no quadro a seguir:

Quadro 7 - Maneira que as famílias tiveram conhecimento dos Programas que estão inseridos (os entrevistados puderam citar mais de um item)

Descrição	Quantidade	Porcentagem (%)
CRAS	5	36%
Amigo	4	29%
Vizinho	1	7%
Político	5	36%
Outros	1	7%

Fonte: Elaboração própria com base no delineamento da pesquisa

Como se pode notar, embora todas as famílias entrevistadas sejam referenciadas e acompanhadas pelo CRAS Volante Bairros, percebe-se que muitas delas e suas famílias foram encaminhadas ao equipamento para adesão aos programas de transferência de renda, através de indicações de políticos e/ou outras pessoas de influência política na cidade de Mariana – MG. Esse quadro reafirma o viés coronelista

e político ainda muito presente nas cidades do interior, caso em especial da cidade da pesquisa em tela.

Essa realidade dificulta o trabalho e a autonomia de muitos profissionais que trabalham nos equipamentos do CRAS, e na proposta que o aparelho deve ter conforme sua função dentro da LOAS, da Norma Operacional Básica do SUAS e da Tipificação dos Serviços Socioassistenciais.

Dentro deste cenário, muito usuários passam a enxergar a política de Assistência Social como troca de favores, pois acreditam que os benefícios ali recebidos não são direitos, mas, sim, assistencialismo por parte de políticos, e que, em troca, lhe devem favores, tais como os votos no período eleitoral. Além de acreditarem que através das indicações políticas seja o meio mais “fácil” de aderir aos programas e projetos ofertados pelos equipamentos.

Esse processo é visível na fala da entrevistada quando perguntado como ela teve conhecimento dos Programas que ela e o filho estão inseridos:

“Eu mesma que corri e consegui, não tive apoio de ninguém não.”
(entrevistada 6)

Percebe-se ainda a influência da igreja católica na criação de programas e projetos:

“Quem me indicou foi um bispo! Dom Luciano que abriu o Renda Mínima. Quando entrei no Renda Mínima, era com a ajuda do Bispo. O Bispo percebeu que tinha muita gente passando fome. Falou com o prefeito: A minha porta está ficando cheia, vamos fazer alguma coisa! Ai Celso (prefeito da época) fez uma reunião com ele. Ai teve o Programa! A gente recebia oitocentos e cinquenta reais, tinha PIS, todos os direitos!” (entrevistada 9)

Quadro 8 - Percepção dos serviços que utilizam na Política Pública como direito

Descrição	Quantidade	Porcentagem (%)
É Direito	14	100%
Não é Direito	0	
Não soube responder	0	
Outros	0	

Fonte: Elaboração própria com base no delineamento da pesquisa

Muito embora todas as entrevistadas responderem que é direito delas os serviços que utilizam na política de assistência social, percebe-se que as mesmas não entendem o serviço como direito. Não possuem muitas vezes o conhecimento do que é direito. Isso

foi possível de se verificar, pois as respostas possuíam o tom de insegurança; parecendo mais que era uma reprodução de tanto que ouvem falar de direito.

É nítido nas respostas das entrevistadas quando perguntado se elas percebem os serviços que utilizam na política pública municipal como seu direito e de sua família:

“Vejo. Ah! As pessoas procuram... Eles explicam. Não sei porque não, mas acho que é meu direito.” (entrevistada 1)

“É, né? É? É como direito meu mesmo. Por que é uma ajuda, né? Por que eu preciso, né? Ai eu fui atrás. Porque eu não tenho ‘ganhame’ nenhum, ai eu fui atrás para conseguir.” (entrevistada 6)

“É direito assim: Eles não são obrigados, né? É onde a gente tem que ir e tem alguém para poder ajudar. Adianta eu bater na porta dos outros e pedir? Não adianta, eu vou lá pedi, se falar que sim, sim, se falar que não, não. Direito de ir lá e falar a verdade, né? É o lugar certo para pedi ajuda.” (entrevistada 5)

Quadro 9 - Condição de ocupação do domicílio

Descrição	Quantidade	Porcentagem (%)
Próprio (já pago)	7	50%
Aluguel	4	29%
Aluguel Social	3	21%

Fonte: Elaboração própria com base no delineamento da pesquisa

Metade das entrevistadas declararam possuir casa própria. Contudo, um dado alarmante é que, destas sete mulheres que fizeram esta declaração, cinco destas moradias se encontram em terrenos de ocupação irregular. Ou seja, não há nenhuma documentação que garanta que a propriedade é das mesmas, além de que elas possam ter que sair de suas residências a qualquer momento, se for por uma decisão do poder público.

A política de habitação no Brasil, segundo Rodrigues, Moreira (2016), surgiu no interior das desigualdades que caracterizaram o processo de desenvolvimento das cidades brasileiras e ao acesso à moradia. Os autores observaram que, ao passo que a urbanização da população se intensificou, a partir do final do século XIX, a falta de moradia passou a constituir um grave problema, principalmente nos grandes centros urbanos.

Motta (2011), analisando o crescimento populacional nos grandes centros urbanos, como São Paulo e Rio de Janeiro, nas duas últimas décadas do referido século, afirma que tal crescimento decorreu de dois fatores: a abolição da escravatura, que provocou a migração de milhares de negros, do campo para a cidade e a vinda de

imigrantes europeus para trabalhar nas lavouras e, posteriormente, na incipiente indústria brasileira.

Contudo, essas cidades não estavam preparadas para essa população, no que diz respeito à disponibilidade de moradias e infraestrutura. Diante disso, alguns empresários passaram a investir em loteamentos para as classes sociais privilegiadas, enquanto outros construíram edificações destinadas às habitações coletivas, como os cortiços e as vilas operárias.

Observa-se que, em Mariana, bem como na maioria dos municípios brasileiros, a população de baixa renda se concentra em regiões da periferia, ou seja, lugares carentes de infraestrutura e serviços públicos, em função de suas dificuldades de aquisição de lotes urbanizados e dos elevados preços de aluguel nas áreas mais centrais.

Deste modo, por falta de alternativas de acesso à terra, as carências habitacionais se tornam um dos maiores problemas das cidades hoje em dia, sendo que a falta de moradia digna para a população mais carente corresponde a um déficit habitacional expressivo, que não se resume a falta de teto para se abrigar e sim a uma ausência de condições para exercer o direito de moradia.

Muito diferente das belas paisagens marcadas pela arquitetura barroca, presentes no centro da histórica cidade de Mariana, que expressam, em seus casarios centenários, quão próspera a cidade já foi, encontramos ao cruzar a fronteira, que delimita o denominado “centro histórico”, um cenário completamente diferente, nada harmônico.

Das três famílias que estão inseridas no auxílio aluguel, uma está utilizando o benefício há mais de sete anos. A mesma relatou que foi retirada da sua residência pela defesa civil por risco de desabamento em período de chuva e a casa da família está localizada em área de ocupação irregular e, até a presente data, a coordenadoria de habitação não havia iniciado a reforma da mesma, tendo em vista que relatam que não fazem reforma em área de ocupação irregular. Foram construídas no município 83 moradias populares (apartamentos) para famílias em situação de vulnerabilidade social que não possuem moradia, sem nenhum custo. Foram realizados 476 cadastros de famílias para participar do processo de análise, com o objetivo na aquisição dos apartamentos populares, após esse procedimento, foram realizados 156 estudos sociais para que fossem selecionados 83 primeiros classificados pelo Decreto Municipal n° 9.409/18. A família em questão não se enquadra para concessão da moradia popular, visto que a composição familiar é de nove pessoas e o apartamento não comportaria

todos, e um dos critérios para concessão da moradia é família contar com até seis membros em sua constituição.

Outra família que está inserida no benefício do aluguel social possui casa em um bairro periférico da cidade, segundo relatou a usuária. O aluguel foi concedido por medida de segurança, tendo em vista que a sua filha, adolescente, estava recebendo ameaças, colocando, então, em risco a sua vida. Por este motivo, como meio de garantir os direitos da adolescente em questão, o município arca com o aluguel social para o grupo familiar.

E a outra família beneficiária é atendida pelo programa, visto que moravam fora de Mariana e, ao retornarem ao município não tendo condições de arcar com a despesa do aluguel, passaram pela avaliação socioeconômica e foram inseridos no benefício.

Em relação aos critérios para concessão do auxílio moradia, ele são fundamentados na Lei de Auxílio-Moradia_ Lei nº3.135/2017_ que alterou a Lei nº2.591/2011, que instituiu o Programa Especial de Auxílio-Moradia para famílias de baixa renda em situação de vulnerabilidade ou risco habitacional, segundo parecer técnico da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania (SEDESC).

A SEDESC tem suas atribuições previstas respectivamente nos artigos 2º e 3º. São elas: 1) deliberar a respeito do reconhecimento da situação de vulnerabilidade ou risco habitacional, detalhando procedimento para a concessão de Auxílio-Moradia; 2) indicar a solução habitacional para a família beneficiária e 3) criar critérios para a concessão do referido auxílio.

De acordo com o artigo 6º e seus respectivos parágrafos, o Auxílio-Moradia poderá ser pago pelo prazo de até 01 ano, podendo ser prorrogado por igual período, desde que atestado por parecer técnico da SEDESC. Os valores também estão previstos nos parágrafos e alíneas do supracitado artigo:

§ 1º - O valor total anual do presente benefício não excederá R\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais) por família.

§ 2º - O valor mensal do Auxílio Moradia a ser repassado aos beneficiários será escalonado da seguinte maneira:

a) As famílias com renda per capita de até o limite de pobreza⁹do Cadastro Único dos Programas Sociais receberão integralmente o Auxílio Moradia, fracionado em até 12 (doze) meses.

b) As famílias com renda per capita entre o limite de pobreza estabelecido pelo Cadastro Único dos Programas Sociais até 1/4 do salário mínimo

⁹Se refere à família com renda mensal *per capita* de até meio salário mínimo. (BRASIL, 2007, n.p.)

vigente receberão 70% (setenta por cento) do valor total do benefício fracionado em até 12 (doze) meses.

c) As famílias com renda per capita acima de 1/4 até 2/4 do salário mínimo, em situação de emergência atestada por parecer técnico do responsável, receberão 50% (cinquenta por cento) do valor total do benefício fracionado em até 12 (doze) meses. (MARIANA, 2017, p.1-2)

Com o baixo valor pago do aluguel social, as famílias somente encontram moradias em áreas da periferia da cidade, sendo muitas vezes áreas de ocupação irregular que ficam em alto de morros com riscos de desabamento em período de chuva. As famílias são responsáveis pela escolha do imóvel, não há nenhuma fiscalização por parte do poder público para saber se a casa está adequada e segura para a família.

Quadro 10 - Regresso das mulheres no Programa Inclusão Produtiva

Descrição	Quantidade	Porcentagem (%)
Primeira e única vez que participam do Programa	3	21%
Reingressaram ao Programa	11	79%

Fonte: Elaboração própria com base no delineamento da pesquisa

Das 14 mulheres entrevistadas, 11 disseram que já estiveram no Programa Inclusão Produtiva em algum outro período e foram desligadas por diversos motivos, tais como, vencimento do tempo no Programa, terem alcançado outra fonte de renda, sobretudo, o trabalho em tempo integral.

Contudo, a vida é muito dinâmica e a maioria dessas mulheres tiveram que regressar ao Programa devido ao atual momento que estão vivenciando, tanto as que retornaram por terem perdido o emprego, como as que tinham seu tempo vencido, passando, então, por nova avaliação social e, por continuarem dentro dos critérios socioeconômico, as mesmas permaneceram no Programa.

“Estou desde 2005, aí tem 12 anos que eu estou na APAE, mas eu saí, né? Fiquei dois anos trabalhando na firma, depois eu saí da firma, eu voltei para o Renda Mínima, aí dois anos eu fiquei no processo seletivo, né? E esse ano não teve designação e eu voltei pro Renda Mínima, vim e pedi o Renda Mínima, porque a renda que estava tendo lá era só a da minha filha e eu estava trabalhando para o meu primo, mas como eu caí e quebrei o braço, não tenho muito jogo na minha mão. Aí eu vim e pedi, fui na casa do prefeito, e ele me disse que não poderia me contratar de novo, mas pelo menos no Renda Mínima, aí ele me colocou, aí tô aí no Renda Mínima, 12 anos. A minha filha vai fazer três anos que ela está no Programa, creio que eles gostam do serviço dela, porque renovou (risos, expressando orgulho e felicidade pela filha)” (Entrevistada 5)

Quadro 11 - Tempo em que as famílias utilizam os serviços socioassistenciais.

Descrição	Quantidade	Porcentagem (%)
1 a dois anos	1 família	7%
3 a 5 anos	2 famílias	14%
6 a 8 anos	1 família	7%
9 a 10 anos	3 famílias	22%
Acima de 11 anos	7 famílias	50%

Fonte: Elaboração própria com base no delineamento da pesquisa

Uma das entrevistadas relatou que sua família recorre à política de Assistência Social do município há menos de dois anos. Segundo a mesma, seu filho está inserido no Programa Jovem Aprendiz e sua família é acompanhada pelo equipamento do CRAS, bem como são atendidos com o benefício eventual da cesta básica.

As famílias que são atendidas entre o período de 3 a 5 anos pela assistência social possuem filhos no Programa Jovem, contudo, apenas uma delas está no Programa Inclusão Produtiva. Essa mesma entrevistada, que se encontra no referido programa, relata que já trabalhou no Programa uma outra vez e agora regressou. As outras duas famílias relataram que procuraram a assistência social por causa do desemprego e conseqüentemente estavam passando por dificuldades financeiras. Dessa forma, além da inserção de uma delas e dos filhos nos Programas de transferência de renda, essas famílias também recebem o benefício da cesta básica no CRAS.

A mulher família que disse que utiliza o serviço da assistência há aproximadamente sete anos é do município de Mariana, utilizou os serviços na infância, mudou por um longo período do município, retornou com os filhos e eles permanecem utilizando os serviços. A entrevistada está no Programa Inclusão Produtiva, um dos seus filhos está no Programa Jovem Aprendiz e a família é beneficiada com o auxílio aluguel social, além deles também receberem o benefício da cesta básica pelo equipamento do CRAS.

As famílias que utilizam os serviços entre nove e dez anos relatam que um dos filhos está inserido no Programa Jovem Aprendiz. Todas as mulheres deste grupo estão inseridas no Programa Inclusão Produtiva, são beneficiárias do benefício eventual da cesta básica e uma delas encontra-se no auxílio aluguel social.

O grupo de famílias, que relatam utilizar o serviço há mais de onze anos, tem como característica o fato de que metade delas são as famílias com o maior número de integrantes do grupo familiar. Destas famílias, tem-se cinco mulheres inseridas no Programa de Inclusão Produtiva, sendo que uma delas se encontra no programa há mais de doze anos (entre saídas e reingressos). Seis dessas famílias estão com os filhos inseridos no Programa Jovem Aprendiz, sendo que três dessas mulheres entrevistadas possuem mais de um filho no referido programa. Ainda sobre estas famílias, uma se encontra também recebendo o benefício do Aluguel Social há mais de sete anos, enquanto aguarda sua residência ficar pronta. Outra característica comum dessas famílias é que todas são acompanhadas pelo equipamento do CRAS e beneficiadas com a cesta básica.

Uma observação importante a ressaltar é a diferença entre os Programas Jovem Aprendiz e o Inclusão Produtiva: O Programa Inclusão Produtiva para jovens entre 16 e 22 anos de idade tem como principais condicionalidades para que o jovem seja incluído: ser de família em situação de vulnerabilidade social e acompanhada pelo CRAS de referência e estar estudando. O tempo de permanência no Programa é de até dois anos, podendo permanecer por mais um período, de acordo com a avaliação socioeconômica da assistente social. Mas isso só acontece se o jovem estiver dentro da faixa etária, uma vez que completando 22 anos ele não pode mais participar do Programa. Essas condicionalidades se encontram na Lei 3.228 DE 25 DE JUNHO DE 2018 que regulamenta o Programa.

Já o Programa de Garantia de Renda Mínima, possui também como condicionalidades: o acompanhamento pelo equipamento do CRAS, famílias com filhos menores ou idosos em casa e mulheres que sejam as responsáveis pelo núcleo familiar, ou seja, não possuir outro arrimo de família, que possua renda comprovada. Muito embora o Programa preveja o tempo máximo de permanência por dois anos, diversos fatores fazem com que essa regra não seja cumprida, como vimos acima, há mulheres por mais de 12 anos no Programa. Isso acontece pelo fato de que, por muitas vezes, essas mulheres não conseguem inserção no mercado formal de trabalho. Ou seja, fato é que o Programa não prepara as mulheres efetivamente para que elas possam romper com o ciclo de dependência da assistência. Os cursos ofertados não são capazes de fazer com que o mercado de trabalho absorva essas mulheres para que possam trabalhar de carteira assinada tendo seus direitos garantidos como elas tanto gostariam.

“Nem todos os cursos a gente consegue correr atrás daquele objetivo que a gente tá querendo, tipo meu caso que fiz o curso de padaria pelo Programa e até hoje não consegui nenhum emprego pela padaria, fiz o curso de cabeleireira e não consegui nem escovar em nenhum salão.” (entrevista 7)

Dessa maneira, muitas mulheres retornam sempre ao Programa, sem outra perspectiva de ter outra fonte de renda para sustentar sua família. Esse dado comprova, quantitativamente, que o programa não tem atingido o seu objetivo principal, que é inserir as mulheres no mercado de trabalho. Desta maneira, faz com que as mesmas permaneçam no ciclo intergeracional de dependência da política de assistência social.

Quadro 12 - Renda Per Capita Familiar¹⁰

Descrição	Quantidade	Quantas recebem o benefício Bolsa Família
Família com renda Per Capita igual à zero	12	12
Família que possuem renda Per Capita	2	1

Fonte: Elaboração própria com base no delineamento da pesquisa

Das 14 famílias entrevistadas, 13 recebem o benefício Bolsa Família e a imensa maioria das famílias possuem renda per capita igual a zero, ou seja, a única fonte de renda destas famílias são os programas de transferência de renda. Já a família que possui renda e recebe o Bolsa Família, possui renda inferior à R\$178,00.

Os critérios de concessão do Bolsa Família são que as famílias possuam renda per capita entre R\$137,00 até R\$802,00, ou seja, o valor total da renda familiar, deve ser dividido pelo número de membros que compõem este grupo familiar, que preferencialmente devem possuir filhos com faixa etária de até 17 anos e em idade escolar. As condicionalidades do Programa Bolsa Família consistem em os menores estarem devidamente matriculados na rede de educação e terem frequência de 85% para faixa etária de 06 a 15 anos e 75% para jovens de 16 e 17 anos, bem como os menores de 07 anos precisam estar com o calendário vacinal e cartão de crescimento e desenvolvimento em dia. E, para as gestantes, a condicionalidade é a de que estejam realizando o pré-natal e o acompanhamento da nutriz.

A família que não recebe o Benefício do Programa Bolsa Família, justifica-se por possuir renda per capita acima de R\$178,00. Há apenas uma família que possui renda Per Capita no valor de R\$332,00, contudo, essa renda é referente ao Benefício de Prestação Continuada. Segundo informações da atendente, a beneficiária recebe o

¹⁰Dados retirados do Programa do Cadastro Único do Governo Federal

benéfico porque o sistema do governo federal ainda não cruzou os dados, mas, quando isso acontecer, o benefício do Bolsa família será cancelado, visto que o Benefício de Prestação Continuada, sendo critério do Governo Federal, é contabilizado como renda.

4.1.2 Características gerais das famílias entrevistadas

Dentre o público referenciado pelo CRAS-Volante, foram entrevistadas 14 usuárias, em que suas famílias se encontram no ciclo intergeracional de dependência da política de assistência no município de Mariana. A maioria das entrevistadas se declararam negras, com escolaridade do ensino fundamental completo e com os filhos menores estudando. Dentre as famílias, a maioria relata possuir casa própria; as que não possuem, recebem também o benefício do aluguel social pelo município. Das 14 famílias, três disseram que o estado civil delas é de casada; uma das entrevistadas está grávida e disse que recebeu também o auxílio natalidade que é o enxoval para a criança – essa mesma beneficiária possui dois filhos no Programa Jovem Aprendiz e ela está inserida no Programa Inclusão Produtiva. Todas disseram não possuir renda fixa, vivem com os benefícios que recebem¹¹; assim como relatam que procuram a assistência em algum momento pela dificuldade financeira que se encontram.

“Comecei a passar aperto, igual eu falei, né? O pai dos meninos tinha ido embora, aí eu fui na prefeitura, pedia pra pagar conta de luz pra mim, pedia gás, um dia eu falei assim: - Oh gente, vou ficar dependendo disso até quando? Ficar pedindo os outros, né? Aí eu pensei assim: Hoje vou pedir ele um emprego, quem sabe se ele me dar, melhor procurar um emprego do que ficar pedindo todo mês um ‘trem’. Aí falei assim: Hoje eu quero um emprego, hoje não quero nada, ele falou assim: Você quer mesmo? Eu tinha vergonha de pedir um emprego, eu falei: Quero! Aí ele me deu um papelzinho para eu levar os documentos e estou aqui até hoje.” (Entrevistada 5)

Em relação ao principal motivo que fez com que muitas mulheres procurassem o serviço da assistência, todas relataram ser pela dificuldade que estavam passando no momento, tais como falta de emprego, desemprego do companheiro ou até mesmo abandono do lar do pai dos filhos sem ajuda nenhuma. A necessidade de criar os filhos sozinhas é um fator importante também que fez com que as mulheres recorressem aos serviços da assistência social.

¹¹ Benefícios garantidos pela LOAS, tais como Benefícios eventuais, como cesta básica e Benefícios Contínuos, como o Bolsa Família.

Importante colocar que o abandono do lar, ou a falta de assistência por parte paterna, recarrega ainda mais a vulnerabilidade sócio econômica dos grupos familiares. Conforme já abordado, além desse fator alterar a dinâmica das famílias brasileiras, ainda se tem o fator financeiro que é preponderante nas relações sociais. Hoje, o que mais ocorre são pais que não dão assistência nem psicológica e nem financeira aos seus filhos. Isso acarreta, em diversas vezes, a dificuldade das mães em se ingressarem no mercado de trabalho, pois nem sempre as mesmas possuem familiares ou amigos que possam cuidar de seus filhos enquanto estiverem no trabalho, ainda que de forma informal. Isso coloca, também, uma falha no sistema educacional, que não garante efetivamente vagas para todas as crianças nas escolas e creches por período integral. Resultando, assim, junto com a falta do apoio paterno na divisão das responsabilidades com seus filhos, na impossibilidade de trabalho de suas genitoras, que então precisam recorrer às políticas de assistência social. Esse quadro é geral, em especial, em uma sociedade onde o machismo ainda é extensivo, onde ainda se coloca muito que é dever da mãe o cuidado para com os filhos.

É importante ressaltar:

“Necessidade, né? Necessidade, porque não tinha renda nenhuma, e o pai deles não ajuda. Então tinha que fazer alguma coisa...” (entrevistada 2)

Ainda sobre o machismo, é possível verificar, nas falas das mulheres entrevistadas, a ideia ainda patriarcal do homem como provedor da família e os filhos como responsabilidade dos cuidados com a figura feminina. Ainda muito se tem do dever do pai de “colocar a comida dentro de casa” e, se estes não conseguem, as mulheres, então, “devem” recorrer às políticas de assistência social, no sentido de pedir ajuda e não de garantir um direito. E, no Brasil, ainda se tem um quadro enorme de mulheres que são impedidas pelos seus maridos e/ou companheiros de exercerem qualquer atividade laborativa; e, se os mesmos também no momento não conseguem, eles solicitam ajuda por parte do Estado, mas sem deixar a mulher sair do “papel” de cuidadora do lar. Para a mulher, é negada a possibilidade de recorrer ao mercado de trabalho para minimizar a vulnerabilidade socioeconômica.

“Eu procurei porque estava passando aperto, meu marido tinha dia que fazia ‘bicos’, tinha dias que não tinha nada! Olhava no armário e não tinha nada, saía para pedir os outros as coisas.” (entrevistada 4)

Interessante também apontar que, para além da necessidade, algumas mulheres demonstram que procuram os serviços para ter apoio, para conversar, aprender e participar de grupos.

“Ah, pra me ajudar. Estava passando necessidade. Para o acompanhamento... Pra conversar também, desabafar um pouquinho. Ajuda bastante.”
(entrevistada 1)

Importa ressaltar um dado muito peculiar de que todas as entrevistadas consideram importante os filhos permanecerem na escola, por compreenderem que a educação é um caminho para melhorar a situação sócio econômica dos mesmos. Acredita-se que, por a maioria ter estudado até o Ensino Fundamental, elas compreendem que hoje isso faz diferença no mercado de trabalho, o que pode ser visto, por exemplo, na oferta de empregos: onde há várias vagas de emprego, exigem-se, no mínimo, o ensino médio. Desta forma, por terem vivenciado a falta que uma educação mais completa faz em suas vidas, creditam isso aos seus filhos, querendo que os mesmos tenham melhores condições de vida. E, mesmo sem compreender o significado disso, desejam que os mesmos rompam com o ciclo intergeracional da pobreza e da dependência da política de assistência social.

Inclusive, é possível de se perceber que muitas mulheres, que têm seus filhos nos Programas do Jovem Aprendiz, esperam que, ali, os mesmos criem uma consciência maior do mercado de trabalho e da importância da educação e do trabalho como meios de se emancipar economicamente e socialmente. Isso é perceptível quando muitas mulheres relatam o crescimento e amadurecimento de seus filhos ao participarem do referido programa.

“Igual ele... Para ele foi bom assim que ele amadureceu bastante mesmo, né? Igual quando ele entrou lá, ele entrou com um jeito, e já saiu com coisa assim... Em questão de ver as coisas com outro serviço, né? E em questão de querer estar aprendendo. Onde ele entrou, ele desenvolveu muito também. Eu creio que também vai muito das pessoas que estão ao redor.”(Entrevistada 3)

Outro ponto importante que a entrevistada colocou foi a necessidade de que esses adolescentes, além de estarem trabalhando, também poderiam estar sendo inseridos em uma preparação melhor para o mercado de trabalho. Ou seja, seria efetivo para os jovens um apoio com o trabalho em rede, por parte de outros setores da Prefeitura Municipal de Mariana, para que, além de garantir uma renda, seja garantido que os mesmos tenham acesso a uma educação efetiva e voltada para o mercado de trabalho. Desta forma, possibilitando mais suporte para que esses jovens consigam uma

qualidade de vida um pouco melhor, podendo, assim, romper com o ciclo intergeracional de dependência da política de assistência social.

“Eu acho que eles poderiam está aproveitando mais os meninos. Igual os meninos trabalham cinco dias por semana, né? Poderiam nesse um dia está tirando para poder está dando um curso, para na hora que eles saíssem de lá, eles já terem pelo menos uma coisa ali em mãos para poder está correndo atrás. Porque eles passam lá durante um ano, e na hora que sair eles não tem curso nenhum, não tem nada. É como se eles não tivessem tido em lugar nenhum. Porque ele tem o conhecimento que eles tem dentro deles, né? Mas não tem nada pra provar. “Eu fiquei lá tanto tempo”, “trabalhei em tal lugar tanto tempo”. Eu acho que poderia está adequando isso. Seria melhor, né?” (Entrevistada 3)

O que nos leva a questionar exatamente qual o papel deste projeto no sentido de pensar a inserção dos adolescentes no mercado formal de trabalho, sendo que os mesmos efetivamente exercem um trabalho, contudo, não possuem nenhum comprovante e nem direitos trabalhistas. A mesma situação se aplica às mulheres que se encontram trabalhando no Programa de Inclusão Produtiva.

Ainda sobre os referidos programas de apoio à inserção da população em vulnerabilidade social ao mercado de trabalho, muitas mulheres não possuem a compreensão de que, esse trabalho que elas fazem, é um trabalho sem a menor garantia por parte da Prefeitura, tendo em vista que as mesmas não possuem nenhuma garantia trabalhista. O próprio Programa não paga o INSS dessas usuárias e coloca como condição que as mesmas paguem do seu salário a contribuição com a Previdência enquanto autônomas. Ou seja, a Prefeitura acaba por conduzir a política neoliberal de flexibilização das leis trabalhistas, não garantindo nenhum direito às usuárias, que exercem um trabalho assalariado.

“Podia ter, pelo menos ter uma carta, declaração com dois anos fixo de faxineira... Alguma coisa assim, que aí encaminhava para firma, e ajudava um pouco. Essas coisas assim. Vantagem e desvantagem também, porque você trabalha dois anos porque você precisa, né? Por necessidade. Mas se sair dali, não tem nenhuma experiência para trabalhar numa firma.” (Entrevistada 2)

Sobre as políticas de preparo para o mercado de trabalho, como os Programas de Inclusão Produtiva da Mulher e o Programa Jovem Aprendiz; muitas chefes de família acreditam que estes programas ficarão por um longo período de tempo. Ou seja, não compreendem que estas políticas são imediatistas e têm um certo prazo de validade, que

não necessariamente serão de âmbito contínuo. Isso é perceptível, inclusive, pelo fato de haver registros de usuárias que estão no Programa fazem cerca de 12 (doze) anos.

As usuárias, que estão no Programa há muitos anos, retomam o benefício, pois, quando se encerra o ciclo de dois anos, e as mesmas não são absorvidas pelo mercado de trabalho, torna-se necessário, então, que elas regressem ao programa. O que nos coloca a pensar na efetividade do programa, já que 50% das mulheres que saíram do programa tiveram que retomar, pois não foram inseridas no mercado de trabalho. Isso é um sinal de que o programa precisa passar por uma reavaliação da sua efetividade na vida dos usuários.

Outro fator importantíssimo de se colocar é a percepção das mulheres de que o Programa, na verdade é um trabalho. Em tese, esse Programa acabou se tornando, de fato, um mero trabalho para as mulheres. Contudo, ainda mais que isso, o programa se transformou em um trabalho barato para a Prefeitura, na medida em que coloca as mulheres no setor da faxina e sem os direitos trabalhistas, assim, eles não têm os custos de um empregado formal, mas têm todos os serviços garantidos por essas mulheres. Novamente, o que aqui se coloca é que nada que vem enquanto concessão do Estado é, na verdade, um mero benefício. Por trás, tem-se um jogo político e privilégios para o próprio Estado, neste caso, a Prefeitura Municipal de Mariana.

Importante ressaltar que, diante das falas, é possível observar que muitas vezes falta suporte para que, de fato, os jovens e mulheres consigam ser inseridos no mercado formal de trabalho. Diante dos relatos, é possível observar que o Programa muitas vezes oferece cursos que as participantes não possuem aptidão, como manicure e cabeleireira, o que dificulta a inserção dessas mulheres no mercado de trabalho.

Durante as entrevistas, também foi possível verificar o sentimento de permanência, ou seja, a ideia de sempre conseguirem voltar para os programas se não conseguirem que o mercado de trabalho às absorvam. Assim como acreditam que, quando os filhos completam a idade de 22 anos, a intenção é que outro filho de idade entre 16 até 21 entrem; gerando, assim, mais um caráter de ciclo intergeracional de dependência dessas políticas. Essas chefes de família entrevistadas concordam com a permanência dos filhos nos programas sociais, pois acreditam que é uma forma de ganharem o próprio dinheiro e também terem experiência para entrarem no mercado de trabalho.

“É uma oportunidade, para quando fizer 18 anos saber alguma coisa, experiência, poderia dar oportunidade para irmãos estarem no Programa, não falo por causa do dinheiro, oportunidade para a pessoa crescer na vida, porque todo mundo tem que crescer e ter uma referência, eu sei fazer isso, aquilo, ter referência”. (Entrevistada 5)

Outra característica comum dessas famílias entrevistadas é que, cerca de 90% delas, além da participação nos projetos acima mencionados, também recebem Benefícios Eventuais¹², em especial a Cesta Básica. Embora este benefício seja um benefício eventual, ou seja, não deveria ser mantido como contínuo (todos os meses), o que ocorre é que, diante da vulnerabilidade das famílias, muitas delas precisam recorrer ao benefício mensalmente. Isso se dá, pois, por mais que recebam outros benefícios de redistribuição de renda, os mesmos ainda não são o suficiente para arcar com todas as demandas das famílias, tendo em vista que, hoje, na sociedade capitalista, o princípio consumista é determinante na vida da população.

Outra característica que se pode previamente notar é que essas famílias não entendem, de fato, o que significa ter direito à política de assistência. Percebe-se que poucas falam que são beneficiárias da política, pois esse se constitui um direito. E as poucas que citaram o termo “direito”, não necessariamente compreendiam o que de fato era esse “direito”. Assim, como muitos acham que são usuários da política de assistência, porque a mesma é um favor, que recebem de algum político ou da própria prefeitura. Isso foi possível verificar com as entrevistas, sendo que, em uma delas, a entrevistada respondeu sobre a percepção dos serviços da assistência como direito:

“Eles não são obrigados, né? É onde a gente tem que ir e tem alguém para poder ajudar. Adianta eu bater na porta dos outros e pedir? Não adianta, eu vou lá pedir, se falar que sim, sim, se falar que não, não. Direito de ir lá e falar a verdade, né? É o lugar certo para pedir ajuda.”(Entrevistada 5)

Um fator que muito contribui para essa falta de compreensão das políticas públicas enquanto direito se dá pelo coronelismo ainda muito presente na cidade de Mariana, assim como em diversas outras do país. Conforme já apresentado anteriormente, muitos usuários chegam ao equipamento e conseguem vagas nos Programas, pois foram indicações políticas, ora por parte de vereadores, ora por parte

¹²Segundo a LOAS, no Art. 22º, entende-se por benefícios eventuais as provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do SUAS e são prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública.

dos próprios prefeitos, ora por pessoas chamadas “de nome”, ou seja, de influência política, econômica e social na cidade.

Foi possível também verificar que algumas chefes de família, que passam pelo ciclo intergeracional de dependência da política de assistência, dizem-se “satisfeitas” com os benefícios que recebem, assim como o que os seus filhos também recebem e/ou participam; muitas apenas relatam que poderiam receber uma verba maior dos programas de transferência de renda.

“O salário da gente poderia ser um pouco mais, né? A gente poderia ter direito a receber décimo terceiro, abono salarial, poderia ter todos os direitos que os funcionários têm, a gente poderia ter.” (Entrevistada 7)

É possível também perceber nessas famílias que o sentimento de dependência das políticas de assistência sociais se dá por uma falta de perspectiva de vida e do próprio entendimento de direito. É uma relação que as mesmas acreditam como algo concreto, natural e de difícil mudança, não vendo saída para se romper com a condição de dependência e buscar a emancipação econômica e social. A própria política acaba por colaborar com esse sentimento, na medida em que é insuficiente para quebrar com esse ciclo, pois não há mercado de trabalho que abarque toda a população, não há uma educação pública de qualidade, não há nem mesmo a cultura nacional da necessidade e da importância da educação para crescimento pessoal e profissional, enquanto multiplicador de potencialidades que visam uma melhor condição socioeconômica. Percebe-se que as mulheres entrevistadas, muitas vezes, permanecem utilizando os serviços da assistência social, por vezes, por causa dos seus pais que utilizaram e conseqüentemente querem que seus filhos também utilizem dos serviços – visto que elas muitas vezes veem os programas e serviços como a única alternativa.

Outra característica alarmante, possível de se verificar com as entrevistas, é a inversão de um quadro, o qual antes havia começado a ser superado, que é o número extenso de filhos nas novas gerações, geralmente ocasionados pela gravidez na adolescência. Isso influi diretamente no ciclo intergeracional da pobreza. Ou seja, foi perceptível que as famílias, com um número maior de filhos, ficam dependentes da política de assistência social por um período maior de tempo. Isso decorre do fato de que essas mulheres chefes de família extensas possuem maior dificuldade de ingressar no mercado de trabalho, muitas vezes por não ter com quem deixar os filhos, em diferentes idades e em períodos diferentes de horário escolar. Assim como é mais difícil

de manter uma família grande sem ter uma renda ampla, tendo em vista que o consumo e o gasto são maiores.

Outro fator perceptível é a visão de culpabilidade que os usuários possuem da condição de dependentes das políticas de assistência social. Para além de acreditarem que a situação de vulnerabilidade social é natural e eterna, ainda se sentem responsáveis por essa situação. Se culpabilizam pela pobreza que vivenciam, sem compreender a falta de condições que não proporcionam que os mesmos superem essa condição de vulnerabilidade.

“O Programa Jovem Aprendiz ajuda nossos filhos a terem uma vida mais digna, estudar, não ficar nas ruas.” (Entrevistada 12)

“Ah, eu acho. Basta querer né? Fazendo os cursos, você pode procurar outros serviços, né, que você está trabalhando. Igual, estou fazendo curso no SENAI, estou achando muito interessante... Porque estou no Renda Mínima, mas não quero ficar no Renda Mínima a vida toda não. Corro atrás mesmo.” (Entrevistada 1)

Ou seja, as pessoas acreditam que, para romper com o ciclo intergeracional da pobreza e parar de depender da política de Assistência Social, basta ter força de vontade e correr atrás. E se não conseguem, creditam isso à culpa do próprio indivíduo, que não estudou o suficiente, não correu atrás o suficiente, não trabalhou o suficiente, etc. Não conseguem compreender que o mercado de trabalho não absorve todo mundo, inclusive por ser necessário um Exército Industrial de Reserva.

Relação essa possível de ser verificada, também, pela marcante falta de compreensão que esse ciclo intergeracional de dependência da política de assistência se dá por uma multiplicidade de fatores, e que o Estado é corresponsável por isso, na medida em que falha em outras políticas, como a política de educação pública e de qualidade para todos os níveis e com ampla oferta, bem como políticas de pleno emprego, de saúde, dentre outras. A maioria inclusive se acha responsável por essa situação de dependência da política, quando elas se reconhecem de fato enquanto dependentes da assistência ao longo dos anos e das gerações.

“A vantagem de estar nos Programas é que visita as famílias que estão precisando, no Programa Inclusão Produtiva a gente aprende muitas coisas, aprende a conversar, eu tinha vergonha de conversar com as pessoas, hoje eu já converso, não tenho vergonha de perguntar. Sempre que eu procurei, eles me ajudaram, pra mim tá bom do jeito que está.” (Entrevistada 1)

Outro fator imprescindível de se colocar é a necessidade de renda, ou melhor, de uma melhor qualidade de renda para as famílias. As políticas de redistribuição de renda não são o suficiente para conseguir gerar uma melhoria na qualidade de vida da população. Processo esse visivelmente comprovado pela necessidade das famílias que vivem com a renda do Programa Bolsa Família, por exemplo, necessitarem de procurar recursos em outras políticas assistenciais, tais como cesta básica e políticas de geração de renda. Hoje, muito se coloca em uma sociedade cada vez mais consumista: a necessidade de ampliar o poder de consumo das famílias, consumo este que extrapola a questão alimentar e educacional, por exemplo, tais como vestuário, produtos eletroeletrônicos, consumo de internet, TV aberta, dentre diversos outros.

Isso sem contar com a ausência de uma boa política e plano habitacional. Conforme já apresentado, muitas famílias residem em territórios que são irregulares, ou seja, a qualquer momento, elas podem perder estes imóveis e passar a ter que gastar com o aluguel. O que boa parte da população brasileira de modo geral já vivencia. Ou seja, como se manter uma família e ainda pagar aluguel sem um emprego estável e com uma garantia salarial baixa como a do Bolsa Família?

Mais uma vez, isso é a prova de que o Programa Bolsa Família não visa efetivamente o rompimento da pobreza. Ele, por si só, não consegue sem o apoio das demais políticas, minimizar os impactos da pobreza extrema no país.

Acredita-se que essas características não são exclusivas do município de Mariana, embora o mesmo tenha características peculiares, agravadas pelo fato que Mariana é uma cidade marcada pelo impacto sofrido em um dos maiores desastres ambientais já ocorridos no Brasil. No dia 05 de novembro de 2015, uma das barragens de rejeitos da empresa de mineração Samarco, controlada pela Vale S.A e pela BHP Billiton, rompeu-se, atingindo diversos distritos do município, sendo Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo os mais prejudicados – o primeiro desses dois, inclusive, foi inteiro encoberto pela “lama”, obrigando todos os seus residentes a abandonarem suas casas. Esse acontecimento desestabilizou a estrutura socioeconômica da cidade, o que também gerou demanda significativa, por parte da população, por incentivos de assistências governamentais

4.1.3 Análise comparativa

Diante das entrevistas, percebemos que muitas famílias, como anteriormente já abordado, não compreendem efetivamente que a política pública é direito de todos que

dela necessitar, instituído em lei. Observamos que, diante das respostas, notou-se que as usuárias entrevistadas entendem a política de forma assistencialista, ou seja, como se ainda dependessem de favores políticos para terem acesso aos benefícios. Foi possível percebermos, também, que há trocas de favores políticos, em especial, existe ainda a “compra de voto” em troca de benefícios sócio assistenciais e, na grande maioria das vezes, os políticos são vistos como quem resolve os problemas dessas famílias.

“Trata a gente muito bem, né? É direito, mas também a gente tem que lutar também, tem outras pessoas que precisam também. Não pode ficar com o olho grande!” (entrevistada 13)

“É direito assim: Eles não são obrigados, né? É onde a gente tem que ir e tem alguém para poder ajudar. Adianta eu bater na porta dos outros e pedi? Não adianta, eu vou lá pedi, se falar que sim, sim, se falar que não, não. Direito de ir lá e falar a verdade, né? É o lugar certo para pedi ajuda.” (entrevistada 5)

Contudo, mesmo não sabendo explicar que as mesmas estão inseridas em programas e recebem benefícios enquanto um direito social, garantido em lei, muitas famílias entenderam que é direito delas o acesso aos benefícios que utilizam na assistência:

“Sim. Só que tem muita coisa que fica oculta e a gente não sabe que é direito da gente, né? Não sei também se é por falta de procurar saber mais, falta de informação, ou o que é. Porque às vezes você chega também e é barrado, ou você fica com vergonha e larga pra lá.” (entrevistada 3)

Em relação aos filhos continuarem utilizando os serviços da assistência, a maioria relatou que gostaria que os filhos permanecessem sendo atendidos pelos serviços. Muitas mulheres relataram que gostariam que, quando um filho saísse do Programa Jovem Aprendiz, no caso se tivesse outro filho com 16 anos ou mais, pretendiam que este outro filho também fosse inserido no programa. Ou seja, mesmo que de forma inconsciente, muitas mulheres pretendem sempre que os filhos sigam utilizando os programas e conseqüentemente perpetuando a mesma lógica do ciclo intergeracional de dependência da Política de Assistência Social.

“É uma oportunidade, para quando fizer 18 anos saber alguma coisa, experiência, poderia dar oportunidade para irmãos estarem no Programa, não falo por causa do dinheiro, oportunidade para a pessoa crescer na vida, porque todo mundo tem que crescer e ter uma referência, eu sei fazer isso, aquilo, ter referência.” (entrevistada 5)

Por outro lado, percebemos, também, que há entrevistadas que preferiam que os filhos continuassem estudando e que não continuassem dependendo das políticas de

assistência social, exceto se realmente fosse necessário. Famílias que pretendem não permanecerem no ciclo da assistência social, geralmente, acreditam que a educação é um meio de romper com o ciclo da dependência dos serviços socioassistenciais.

“Se for preciso sim, se precisar sim, porque ajuda muito, tanto na casa como na estrutura de vida deles, o crescimento deles... Eu peço a Deus que até lá eles ficam maior, que eles encontram um emprego cada vez melhor e estudem... Eu sempre cobro o estudo, eu sempre estou falando... Escola é o principal, o que abre a mente do homem é o estudo! Vinte e quatro horas eu tô falando com eles, porque eu gosto que eles estudem que vão para a escola, que eles aprendem cada vez mais. Mas se houver necessidade, eu quero que eles participem sim, vai ajudar muito!” (entrevistada 10)

Algumas famílias disseram que os serviços não criam meios efetivos para que possam sair dos programas, ou seja, romperem com a dependência dos mesmos, meios de se emanciparem economicamente. Apesar dos cursos que são oferecidos, os mesmos não são suficientes para que elas consigam um emprego de forma efetiva:

“Não! Depois que você sai dali ou você tem que ter a aprendizagem por ali que você aprendeu, ou então você tem que procurar em outro lugar!” (entrevistada 8)

“Se você correr atrás... Se você não correr atrás você não consegue nada... O programa não prepara para sair dele...” (entrevistada 9)

“Nem todos os cursos a gente consegue correr atrás daquele objetivo que a gente tá querendo, tipo meu caso que fiz o curso de padaria pelo Programa e até hoje não consegui nenhum emprego pela padaria, fiz o curso de cabeleireira e não consegui nem escovar em nenhum salão.” (entrevistada 7)

Por outro lado, há famílias que relataram que os serviços dão suporte para que, ao sair dos programas, os indivíduos possam conseguir outra ocupação no mercado de trabalho. Contudo, percebemos que essa visão ainda é muito marcada pelo sentimento de culpabilidade dos sujeitos pela realidade social e vulnerabilidade, assim como também um caráter religioso.

“Ah, eu acho. Basta querer né? Fazendo os cursos, você pode procurar outros serviços, né que você está trabalhando. Igual, estou fazendo curso no SENAI, estou achando muito interessante... Porque estou no Renda Mínima, mas não quero ficar no Renda mínima a vida toda não. Corro atrás mesmo.” (entrevista 1)

“(...) fez o curso de cabeleireiro, ela escova cabelo muito bem, minha filha faz unha muito bem, elas fazem o curso no salão escola. Eu acho que dar para superar quando a gente abandonar, Deus abençoando...” (entrevistada 5)

Em relação aos programas e projetos que participam, as entrevistadas avaliaram positivamente a participação, bem como também a de seus filhos, nos programas de Assistência Social no município de Mariana - MG. Sobre um dos grupos que acontece no CRAS, em que uma das filhas de uma entrevistada participa, a mesma relatou estar satisfeita com a participação da filha no Programa:

“Eu que procurei, eu fiquei sabendo desse grupo, porque eu gosto de ocupar a mente deles, porque mente vazia é difícil, né? Porque mente vazia, o ‘diabo’ vem e atrapalha tudo. Ai no dia que fui lá eu perguntei sobre o grupo, falei que eu estava querendo que minha filha participasse do grupo, porque ela é uma menina muito sozinha, sabe? Ai ela foi ao grupo e gostou, o bom é que ela conheceu mais gente, é bom que ela vai se abrindo! Tá sendo bom para a cabecinha dela! Tá sendo muito bom pra ela!” (entrevistada 5)

Sobre os cursos que são oferecidos, de acordo com as respostas, percebemos que algumas mulheres não acreditam que há possibilidade de se emanciparem, ou seja, que os cursos e os programas não são suficientes, não dão subsídios, para que sejam inseridas no mercado formal de trabalho:

“Nem todos os cursos a gente consegue correr atrás daquele objetivo que a gente tá querendo, tipo meu caso que fiz o curso de padaria pelo Programa e até hoje não consegui nenhum emprego pela padaria, fiz o curso de cabeleireira e não consegui nem escovar em nenhum salão. Poderia ter curso com maior data de validade para poder arrumar um serviço de carteira assinada para poder ajudar mais na família.” (entrevistada 7)

“Não! Depois que você sai dali ou você tem que ter a aprendizagem por ali que você aprendeu, ou então você tem que procurar em outro lugar! Eu acho assim: Assim que a gente saísse do Programa podia incluir a gente para uma vaga no mercado de trabalho, de 8 horas, depois que a gente saísse de lá dos cursos.” (entrevistada 8)

“Se você correr atrás... Se você não correr atrás você não consegue nada... O programa não prepara para sair dele...” (entrevistada 9)

Por outro lado, muitas mulheres acreditam ser possível, através dos cursos ofertados, saírem do programa e serem inseridas no mercado de trabalho, muito embora, essas mulheres ainda permanecem nos Programas:

“Se a pessoa quiser, tiver força de vontade, porque tem muitos cursos hoje, tem curso de cabeleireira, tem curso de padaria, corte e costura, se quiser mesmo... Quando eu comecei no Programa, eu tinha terceira série, hoje eu tenho o primeiro ano do ensino médio, foi pelo Programa, porque o Programa exigia o estudo... Então aquilo que beneficiou, eu tinha um filho após o outro, Luciana, eu tinha uma tendência de engravidar tão grande, não era porque eu queria ter filho, era falta de orientação, de estudo mesmo... Antigamente as mulheres achavam que a vida era essa: Cuidar de casa e engravidar... Hoje não, o meu menino mais novo tem sete anos e eu não tenho vontade nenhuma

de ter mais, porque a gente aprende a amadurecer a mente, eu quero terminar meus estudos, eu quero me formar, eu quero ter cursos, eu quero mais coisas do que só ter filho, eu acho que o Programa ajuda até nisso, porque a exigência de ir pra escola... Gente... Escola é a melhor coisa que tem... Eu parei esse ano por causa de problema de saúde, mas eu deitei na minha cama, pego um livro pra ler e penso que sinto tanta falta da escola, poderia tá lá terminando meus estudos... E hoje eu percebo a diferença que é... Hoje eu falo com os meninos: Vocês estão reclamando que estão levantando cedo, muitas das vezes, quando eu tinha suas idades eu não podia ir pra escola, eu queria, mas não podia ir, porque minha mãe foi mãe de dez filhos, eu tinha que olhar os meus irmãos, não existia esses Programas antes... Eu exijo deles irem pra escola... Se a minha mãe tivesse o Bolsa Família na época eu tenho certeza que ela ia me mandar pra escola e eu não ia precisar ficar em casa olhando os meninos... Então ajuda... Com o diploma na mão fazendo o curso, quando sair do Programa consegue abrir o próprio salão. As pessoas tem que saber aproveitar...” (entrevistada 10)

“(...) fez o curso de cabeleireiro, ela escova cabelo muito bem, minha filha faz unha muito bem, elas fazem o curso no salão escola. Eu acho que dar para superar quando a gente abandonar, Deus abençoando...” (entrevistada 5)

Interessante observar que a maioria das entrevistadas percebem os programas de transferência de renda que elas e/ou seus filhos participam como trabalho, assim como também não compreendem que o verdadeiro sentido dos programas é para que as famílias possam se emancipar.

Sendo o tempo de participação nos programas de até dois anos, a proposta é que, durante esse período, o jovem permaneça estudando, seja na escola de Ensino Fundamental ou de Ensino Médio; e que, acabando essa fase, façam um curso técnico ou preparação para o ensino superior. Ou seja, a proposta é que, ao vencer o tempo no programa, os jovens possam dar continuidade aos estudos e possivelmente serem inseridos no mercado formal de trabalho.

Já o Programa de garantia de Renda Mínima, prevê que, durante o tempo em que estão inseridas nele, as mulheres prestem serviços pelo período de 4 horas diárias nos diversos setores da município, além da proposta de que ainda façam cursos que são oferecidos, podendo para tal se ausentarem dos locais de serviços. Mas se percebeu que não há de forma efetiva essa compreensão, uma vez que não é explicado para as usuárias como é verdadeiramente o funcionamento do programa e, dessa maneira, ele é visto como trabalho:

“Bom, no momento bom, né? Na hora em que a gente mais precisou, né? A gente conseguiu entrar no Programa, então eu acho muito bom, não só eu, mas muitas mulheres que estão lá e precisam, o que a gente ganha dá para a gente ajudar na casa.”(entrevistada 7)

“Mais ou menos, antes tinha tudo, hoje não tem direito a nada. INSS era pago. Hoje a gente tem que pagar o INSS, tem gente que não tem condições de pagar, eu pago tudo, o meu filho (...)todo mês me dá cem ‘conto’ para poder pagar.” (entrevistada 9)

Quando foram indagadas sobre o que elas apontam que poderia ser melhor nos programas, muitas responderam ser a questão salarial:

“Acho que o salário da gente poderia ser um pouco mais, né? A gente poderia ter direito de receber décimo terceiro, abono salarial, todos os direitos que os funcionários têm a gente poderia ter.” (entrevistada 7)

“Queria que fosse o mesmo salário. Eles ajudarem a gente, tentar arrumar um serviço fichado pra gente.” (entrevistada 9)

“Deveria ser melhor, o salário, né? Não!... O pouco com Deus é muito! Mas pra gente que tem que pagar o restante do aluguel e depende de muita coisa, eu acho que é pouco!” (entrevistada 6)

“Só o salário que é pouco né? (risos) podia ser mais um pouquinho.” (entrevistada 4)

Contudo, mesmo compreendendo que o salário é insuficiente para os serviços prestados, ainda percebemos que muitas usuárias estão satisfeitas com os programas:

“Eu vou falar para você a verdade, na realidade eu não posso reclamar não, tanto que eu vejo tanta gente reclamando, que eu sempre falo assim : Oh gente não fala isso não, porque aqui em Mariana, a gente tem é uma mãe, a gente vai pra cidade fora e a gente não vê nada disso não, aqui eles ajudam com muita coisa, com cesta básica, com leite para quem não pode comprar, essas misturas para quem tem menino com baixo peso, então assim, é muito bom, o atendimento. Não é tudo que você vai pedi que vai ganhar um sim, né? Mas se ganhar um não também, tem que ir embora feliz com o não, né? Não é brigar nem nada não. Não posso reclamar não, é difícil eu ir nos lugares e ganhar um não. Muito difícil! Nas outras cidades pra fora aí, você não vê ninguém na casa de prefeito, você não vê ninguém indo à prefeitura não. É tudo organizadinho! Aqui em Mariana é uma bagunça feia, se não der, o pessoal falta só bater no outro.” (entrevistada 5)

“O Programa é bom, a gente trabalha, ganha cesta, pega o dinheirinho, compra uma fruta, ajuda bem.” (entrevistada 4)

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como podemos perceber, a permanência no ciclo intergeracional das famílias de dependência de políticas públicas está diretamente associada à questão da pobreza e pode, inclusive, ser vista como mais uma expressão da questão social. Muitas famílias não conseguem romper com essa dependência, em especial com a política de assistência social. Contudo, o que se coloca é que a política social não tem como objetivo suprimir a pobreza, pois a mesma é funcional à ordem capitalista; e o Estado, por mais que amplie sua função, atendendo também demandas da classe trabalhadora, dentro da ordem vigente, não fará políticas sociais que visem a eliminação da pobreza, visto que, para tal, é necessário acabar com a ordem societária burguesa e capitalista. Ou seja, não há como romper com o ciclo intergeracional de dependência da política de assistência social sem alterar os pilares da pobreza, das expressões da questão social e com a base do capitalismo.

Temos hoje políticas públicas que são, em sua maioria, imediatistas, segregadas e não universais (exceto a de saúde), que não permitem e não proporcionam condições de superação das sequelas da questão social. Atualmente, acompanham-se crescentes cortes nas políticas públicas e transferências de responsabilidades para a sociedade civil e terceiro setor; e isso é ocasionado por um claro posicionamento por parte do Estado. Ou seja, o Estado dá apenas o mínimo necessário para o funcionamento de políticas sociais paliativas, com fins de manter o mercado e controle social; dificilmente apresenta investimentos efetivos para tais políticas como saúde, educação, saneamento, assistência, etc.

Dessa maneira, dentro de uma perspectiva de emancipação humana, o ciclo intergeracional de dependência da política de assistência social, não será superado dentro da ordem vigente e com o Estado burguês. Contudo, na perspectiva de uma emancipação política, o rompimento do ciclo geracional de dependência das políticas de assistência só será possível com os devidos investimentos nas políticas sociais por parte do Estado; em especial as políticas de educação, assistência, saúde, habitação e geração de empregos.

Dentro desta perspectiva, para um mínimo rompimento do ciclo intergeracional de dependência da política de assistência, as políticas de educação seriam importantes instrumentos para tal acontecimento, em especial com a dependência da política de assistência, na medida em que incorpora capital humano capaz de reverter a situação de

vulnerabilidade, conquistando sustento econômico fora da assistência recebida. A educação é um importante passaporte para uma emancipação política, tendo em vista que, sem ela, o capital humano será cada vez menos incorporado no mercado de trabalho e nas relações de troca e assalariamento da população.

Assim como, também, as políticas de geração de emprego são imprescindíveis para a busca por uma emancipação política, a fim de se buscar romper com o ciclo intergeracional de dependência das políticas de assistência social. Contudo, nem só o emprego, por si só, é capaz de causar esse rompimento, conforme já apresentado ao longo da pesquisa. Mais que emprego, é necessário que se tenham salários dignos para a subsistência, direitos trabalhistas, Seguridade Social; categorias essas fundamentais na tentativa de romper com o ciclo intergeracional de dependência da assistência social.

É necessário, também, conforme já apresentado, que as políticas sociais sejam umas complementares às outras, trabalhando no sentido real da Rede Sócio Assistencial. Ou seja, a política de assistência deve andar “de mãos dadas” com a política educacional, a política de saúde e a política do pleno emprego.

Pressupõe-se que os filhos de mães usuárias dos projetos e programas assistenciais, ao se tornarem adultos, poderão ter, por meio da educação, melhores condições de inserção no mercado de trabalho e desenvolvimento do exercício da cidadania, com impactos em sua mobilidade social. Mas, para que isso ocorra, é necessária uma alteração na política pública, que vise de fato a efetivação do bem estar.

No que tange às políticas de assistência social ofertadas pelo município de Mariana – MG, considera-se que as mesmas precisam passar por um processo de reavaliação, haja vista as falhas que as políticas apresentam. Essas falhas são perceptíveis na medida em que, comprovadamente, as famílias não conseguem só com os projetos se emanciparem economicamente, permanecendo, assim, no ciclo intergeracional de dependência da política de assistência social. Bem como é necessária uma revisão no sentido de romper com o coronelismo presente e influente nas políticas sociais que retiram dos usuários a compreensão da realidade com base nos direitos sociais adquiridos. São necessários também gestores comprometidos com a efetividade das políticas de assistência social, sem fins de se auto promoverem através destas políticas, no sentido de efetivamente garantirem melhores condições de vida para os usuários da Política de Assistência Social.

Ainda sobre o Programa de Inclusão Produtiva das Mulheres, é necessário refazer também a análise do processo de inclusão dessas mulheres no mercado de

trabalho como está se dando enquanto prestadoras de serviço para a Prefeitura, sem nenhum benefício, ou seja, sem a garantia dos seus direitos trabalhistas, sem nenhum contrato formal de trabalho e sim como um mero trabalho barato para a Prefeitura Municipal.

Essas políticas são assistencialistas e voltadas para a família, assumindo a maternidade como o papel mais importante para as mulheres. Um grande problema desses tipos de programas, como o Programa de Inclusão Produtiva, é que eles criam dependência, ao invés de ajudar as mulheres a se tornarem mais independentes. Acima de tudo, elas não reconhecem as necessidades específicas de gênero relacionadas ao planejamento de políticas para as mulheres.

Esses programas possuem como principal preocupação atender às necessidades práticas das mulheres relacionadas às suas funções reprodutivas. As políticas assistencialistas se concentram nas funções reprodutivas das mulheres e não levam em consideração suas atividades produtivas e geradoras de renda. Exemplo claro é que o programa oferece treinamento para cabeleireira ou costureira, cursos mais comuns para as mulheres de baixa renda.

Contudo, há a necessidade de se ampliar o escopo de cursos a serem ofertados, tais como treinamentos em atividades tradicionalmente conhecidas como masculinas. Isto pode, não apenas ampliar as oportunidades de emprego para as mulheres, mas podem também quebrar a segregação ocupacional existente. Uma verdadeira política de assistência social deve prever, para além da questão de gênero, devendo, então, ampliar a participação das mulheres no desenho dessas políticas, ao invés de vê-las simplesmente como beneficiárias dos programas e serviços.

Esses programas acabam sendo, de certa forma, assistencialistas, imediatistas e incapazes de fazer com que as famílias rompam com o ciclo da dependência e permaneçam utilizando os serviços, passando mais de uma geração dependente das políticas de assistência e dos benefícios concedidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABEPSS. **Política Nacional de Estágio**, 2010.

ALENCAR, Mônica Maria Torres. **Transformações econômicas e sociais no Brasil na década de 90 e seu impacto no âmbito da família**. In: SALES, Mione Apolinário et al (orgs). *Política social, família e juventude: uma questão de direitos*. São Paulo: Cortez, 2013. p.61-80.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

ARANTES, Raíssa, OLIVEIRA, Ednéia. Movimento dos trabalhadores rurais sem terra e novos: movimentos sociais – um paralelo de seus projetos societários. In: **VI Jornada Internacional de Políticas Públicas**. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo3-estadolutassociaisepoliticaspUBLICAS/pdf/movimentodostrabalhadorsuraissemteaeenovosmovimentossociais.pdf>

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA. Gastos com a dívida pública em 2014 superaram 45% do orçamento federal executado – Maria Lucia Fattorelli e Rodrigo Ávila – 5 de fevereiro de 2015 – Disponível em: <https://auditoriacidadada.org.br/conteudo/gastos-com-divida-publica-em-2014-superaram-45-do-orcamento-federal-executado/>. Acesso em 10 de junho de 2018.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa Ed. 70, 2007.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2007.

BEHRIGN, E.R.; BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2009. v.2.

BEHRIGN, Elaine. *Política social no contexto da crise capitalista*. In *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

BENGTSON, V.; GIANRUSSO, R. **Effets à long terme du lien filial**. In: ATTIASDONFUT, C. (Org.). *Les solidarités entre générations*. Paris: Nathan, 1995. p. 83-95.

BIRD, K. (2007). **The intergenerational transmission of poverty: an overview**. ChronicPovertyResearch Centre WorkingPaper No. 99.

BOURGUIGNON, J.A. A particularidade histórica da pesquisa no Serviço Social. *Revista Katáysis*. Florianópolis v. 10 n. esp. P. 46-54, 2007.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de Outubro de 1988. Disponível em <<http://planalto.gov.br>> <Acesso em 17/01/2019>.

BRASIL. Lei nº 8662, de 7 de junho de 1993. **Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social**.

BRASIL. Lei nº 9742, de 7 de dezembro de 1993. **Lei Orgânica da Assistência Social**, Brasília, DF, dezembro de 1993.

BRASIL. Lei 8.069 de 13 de julho de 1990. **Estatuto da criança e do adolescente**. DOU de 16 de julho de 1990 – ECA. Brasília. DF.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **PAIF - Proteção e Atendimento Integral à Família**. Brasília, 2012.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **PNAS - Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, 2004.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília, 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **SUAS - Sistema Único de Assistência Social**. Brasília, 2009.

BRUSCHINI, Cristina. “**O Trabalho da Mulher Brasileira nas Décadas Recentes**”. IN: L. LAVINAS et al., IV Conferência Internacional da Mulher/ II Seminário Nacional: Políticas Econômicas, Pobreza e Trabalho. Rio de Janeiro: IPEA, 1994.

CARDOSO Jr, J.C.; JACCOUD, L. **Políticas Sociais no Brasil: organização, abrangência e tensões da ação estatal**. In: JACCOUD, L. (Org.). **Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005, p. 181-260.

CAVALCANTI, Karla Maria Gomes; SILVA, Letícia Bizerra; SANTOS, Luise Lima Fonseca; LINS, Maria Alcina Terto; SANTOS, Verônica Santana Borges. A centralidade da família nas políticas sociais brasileiras. *Cadernos de Graduação - Ciências Humanas e Sociais* | Maceió | v. 1 | n.2 | p. 23-35 | maio 2013.

CFESS. **Código de Ética do(a) Assistente Social**, de 13 de março de 1993.

CFESS. **Parâmetros para atuação do assistente social na política de Assistência Social**. Conselho Federal de Serviço Social – CFESS. Gestão Tempo de Luta e Resistência (2011-2014). Disponível em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/Cartilha CFESS Final Grafica](http://www.cfess.org.br/arquivos/Cartilha%20CFESS%20Final%20Grafica). Acesso em 10 de junho de 2018.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Representação de interesses, formulação de políticas e hegemonia*. In: TEIXEIRA, S.F. (org). em busca de uma teoria. Rio de Janeiro: Abrasco, 1995.

COUTINHO, Henrique; GUIMARÃES, Carlos; FERNANDES, Flávio. **Transmissibilidade Intergeracional da pobreza: visões e percepções**. Relatório de Pesquisa: Recife, 2014. Disponível em: https://www.fundaj.gov.br/images/stories/pesquisas_concluidas/2010_Atualmente/transmissibilidade_intergeracional_da_pobreza.pdf

EXAME. **Tragédia em Mariana ainda afeta economia da cidade** - 5 de novembro de 2017 - Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/economia/tragedia-de-mariana-ainda-afeta-economia-da-cidade/>>. Acesso em 10 de junho de 2018.

FONTANELLA, B. J. B, M. G. B., Ricas & J. Turato (2008). **Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas**. Caderno de Saúde Pública, 24 (1), 17-27.

FONTENELE, Iolanda Carvalho. **A política de assistência social no Brasil: o foco na família e a questão dos mínimos sociais**. Sociedade em Debate, Pelotas, v. 13, n.2, p. 153-173, jul.- dez. 2007.

FRAGA, C.K. *A atitude investigativa no trabalho do assistente social* Serv. Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n. 101, p.40-46, jan/mar. 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo, Ed. 6. Editora Atlas. 2008.

GUERRA, Y., *A dimensão investigativa no exercício profissional* - Disponível em: [http://www.institutounipac.com.br/aulas/2011/2/UBSOC04N1/001263/019/Dimnes%203%A3o%20Investigativa...%20\(Yolanda%20Guerra\).pdf](http://www.institutounipac.com.br/aulas/2011/2/UBSOC04N1/001263/019/Dimnes%203%A3o%20Investigativa...%20(Yolanda%20Guerra).pdf).

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1999.

HULME, D.; SHEPHERD. **Conceptualizing Chronic Poverty**. World Development, 31(3), 403-423. 2003.

IAMAMOTO, M. V. *A questão social no capitalismo. Temporalis*. ABEPSS, Brasília, 2001, n. 3, pp. 41-45. Janeiro/Junho 2001.

_____. *Serviço Social em tempo de capital fetiche*. SP: Cortez, 2007.

IANNI, Octavio. *A ditadura do grande capital* / Octavio Ianni – Rio de Janeiro : Civilização Brasileira. 1981.

IBAMA. **Rompimento da Barragem de Fundão: Documentos relacionados ao desastre da Samarco em Mariana/MG** - 2018 - Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/cites-e-comercio-exterior/cites?id=117>>. Acesso em: 10 de junho de 2018.

KERGOAT, D. **Se battre, disent-elles...** Paris: La Dispute, 2012.

LAVINAS, Lena (1996). **As Mulheres no universo da pobreza: o caso brasileiro**. Estudos Feministas, v.4, n. 2, p.464-479.

LAVINAS, Lena. Pobreza e exclusão: traduções regionais de duas categorias da prática. Econômica, V.4, nº 1, p.25-59, junho 2002- impressa em outubro 2003.

MARIANA. **Lei Municipal nº 2.737, de 10 de julho de 2013**. Programa de Garantia de Renda Mínima e Inclusão Produtiva da Mulher no município de Mariana.

_____. **Decreto Municipal nº 9.409/18.** Critérios de concessão de moradias populares.

MARX, Karl Heinrich, *Para a Questão Judaica* / KarlMarx; tradução [de] José Barata Moura – 1.ed. – São Paulo, Expressão Popular, 2009.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política* / Karl Marx; apresentação de Jacob Gorender; coordenação e revisão de Paul Singer; tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. – 2. Ed. – São Paulo: Nova Cultural, 1985. (os economistas).

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008.

MASCARENHAS, R. M. **Enfrentamento da pobreza e gestão da barbárie na contemporaneidade.** In: CRESS – Conselho Regional de Serviço Social da 6ª Região/MG. Belo Horizonte: CRESS-MG, 2016.

MAY, T. **Pesquisa social: questões, métodos e processos.** Porto Alegre: Artes Médicas, 2004.

MEDEIROS, Marcelo. **A importância de se conhecer melhor as famílias para a elaboração de políticas sociais na América Latina.** *Planejamento e Políticas públicas.* n. 22/p.47-70/Dez de 2000. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/80/163>. <Acesso em 20/02/2019>.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição.** São Paulo: Boitempo, 2002.

Miséria extrema no país cresce e atinge 13,2 milhões de brasileiros. *Correio Braziliense*.2019. Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/brasil/2019/08/14/internabrazil,777032/miseria-extrema-no-pais-cresce-e-atinge-13-2-milhoes-de-brasileiros.shtml>

MONTAÑO, Carlos. *Estado, classe e movimento social* / Carlos Montaña, Maria Lúcia Duriguetto. – 1. Ed. – São Paulo : Cortez, 2010. – (Biblioteca Básica de serviço social; v.5).

MOTA, Ana Elizabeth. **O fetiche da assistência social.** In: MOTA, A. E. (org.). *O mito da Assistência Social.* 3 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MOTTA, Astrid; PARENTE, Cristina. Reprodução Intergeracional da pobreza: o caso do complexo de favelas do São João - Rio de Janeiro - Brasil. In: **Investigação Qualitativa em Ciências Sociais**, v.3. p.410-421. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/117612/2/303487.pdf>

MUNIZ, Leonardo Reis; DUARTE, Suely; PEREIRA, Viviane. **POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL: notas sobre um debate em curso e suas implicações na definição de políticas públicas.** In: **V Jornada Internacional de Políticas Públicas.** Disponível

em:

http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/MPASSES_E_DESAFIOS_DAS_POLITICAS_DA_SEGURIDADE_SOCIAL/POBREZA_E_EXCLUSAO_SOCIAL.pdf Acesso em fev 2020.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia Política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2012. v.1.

NETTO, José Paulo, 1947 – *Capitalismo monopolista e serviço social* / José Paulo Netto – 8. Ed. – São Paulo, Cortez, 2011.

_____. *Cinco notas á propósito da “questão social”*. *Temporalis*. ABEPSS, Brasília, 2001, n. 3, pp. 41-45. Janeiro/Junho 2001.

NOVELLINO, Maria Salet F. **Os estudos sobre feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres**. Apresentado no XXVIII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, de 26 a 30 de outubro de 2004.

PAIVA, Beatriz Augusto de. **Trabalhadores Sociais do SUAS: qual agenda construir?** In: Cadernos de textos VIII conferência Nacional de Assistência Social. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/cnas/viii-conferencia-nacional/caderno-de-texto-da-viii-conferencia-nacional/>. Acesso em 10 de junho de 2018.

PEREIRA, Viviane Souza. Pobreza e exclusão social: em debate em curso. In: Revista *Temporalis*. Ano 10, n.19, jan/jun. 2011, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Brasília/DF.

PERO, Valéria; SZERMAN, Dimitri. Mobilidade Intergeracional de Renda no Brasil. In: ANPEC. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro2005/artigos/A05A146.pdf>

Políticas Sociais de Assistência Social e Educação. UNILEYA. Disponível em: [http://moodle.posavm.com.br/pluginfile.php/1679760/mod_resource/content/4/Políticas Socias de assitencia Social e Educa%C3%A7%C3%A3o.pdf](http://moodle.posavm.com.br/pluginfile.php/1679760/mod_resource/content/4/Políticas_Socias_de_assistencia_Social_e_Educa%C3%A7%C3%A3o.pdf) Acesso em fev 2020.

POPPER, Karl. *A Logica da Pesquisa Científica*. São Paulo: Editora Cultrix, 1972.

RICHARDSON, R. J. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas, 1989.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. **Gênero, Patriarcado, Violência**. São Paulo, Ed Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Regilaine; BRUN, Adriane BühnerBaglioli. **A política de assistência social no Brasil e os sistemas de proteções do sistema único de assistência social (SUAS)**. Disponível em: <<https://regilainesantos.jusbrasil.com.br/artigos/323125229/a-politica-de-assistencia-social-no-brasil-e-os-sistemas-de-protecoes-do-sistema-unico-de-assistencia-social-suas>>. Acesso em 10 de junho de 2018.

SIMIONATTO, Ivete. *Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social*. Ivete Simionatto. – 4.ed – São Paulo. Cortez, 2011.

SOUZA, Laura de Mello. **Desclassificados do Ouro**. Graal, 1986.

TURATO ER. Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa: construção teórico- epistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas da saúde e humanas. 5a ed, Petrópolis: Vozes. 2008.

VÁRIOS AUTORES. Política Social no capitalismo: tendências contemporâneas / (organizadoras) Ivanete Boschetti. – 2. Ed. – São Paulo: Cortez, 2009.

YAZBEK, Maria Carmelita. **As ambiguidades da assistência social brasileira após dez anos de Loas**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, ano XXV, n. 77, mar. 2004.

Roteiro de Entrevista Semiestruturada

Roteiro da Entrevista: Ciclo intergeracional de permanência nos serviços socioassistenciais – caso de famílias atendidas pelo SUAS no município de Mariana-MG

Projeto de pesquisa

Local da Pesquisa: Município de Mariana – MG

Pesquisadora: Luciana da Conceição Gomes

Perfil socioeconômico

- 1) Qual a sua idade? _____

- 2) Sexo
() Feminino () Masculino

- 3) Estado civil?
() Solteiro (a) () Casado (a) /em união estável
() Viúvo (a) () Separado (a) /divorciado (a)

- 4) Qual o seu grau de escolaridade?
() Sem instrução () Ensino fundamental completo
() Ensino fundamental incompleto () Ensino médio completo
() Ensino médio incompleto () Ensino superior completo
() Ensino superior incompleto () Pós-Graduação

- 5) Qual a sua renda individual? _____

- 6) Qual é a sua renda familiar? _____

- 7) Número de filhos? _____

Serviços de atendimento

- 8) Em qual instituição você e sua família foram ou são atendidos?
- 9) Há quanto tempo vocês são atendidos pela instituição?
- 10) Já buscou atendimento em outras instituições além das que utilizam?

Percepção das famílias sobre os serviços

- 11) O que você entende por Sistema Único da Assistência Social?
- 12) Você entende/percebe os serviços que utilizam na política pública municipal como seu direito e de sua família?
- 13) O que você acha dos serviços pelos quais é atendido?
- 14) Quais as vantagens de fazerem parte dos programas e projetos existentes?
- 15) Quanto tempo sua família utiliza os serviços? Qual geração é a sua?
- 16) Além de você, alguém da sua família utiliza os serviços da política pública?
- 17) Seus avós utilizaram? Seus pais?
- 18) Quais as desvantagens em relação aos serviços de atendimento? Em quais vocês sentem mudanças no núcleo familiar?
- 19) Quais as possibilidades que você percebe nos serviços que dão suporte para que sua família não utilize mais os serviços, que saiam da condição de usuários dos serviços e programas?
- 20) O que você acha que poderia contribuir para romper com o ciclo de permanência da sua família nos programas da assistência social?

APÊNDICE 2

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO – TCLE

O Sr.(a) está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa intitulada: **“Ciclo intergeracional de permanência nos serviços socioassistenciais – caso de famílias atendidas pelo Suas no município de Mariana-MG.”** Todas as informações necessárias sobre a pesquisa encontram-se relacionadas abaixo e caso haja dúvidas, favor esclarecê-las antes da assinatura do presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE.

Os objetivos do estudo são estritamente acadêmicos e, em linhas gerais, pretende-se analisar a assistência prestada pelo Estado às famílias em situação de vulnerabilidade no município de Mariana – MG.

O que nos motiva a essa pesquisa é a necessidade de conhecer as famílias usuárias do Sistema Único da Assistência Social - SUAS, por quantas gerações estão sendo beneficiadas pelos serviços e as mudanças ocorridas na vida dos sujeitos usuários. Para alcançar o objetivo dessa pesquisa serão realizadas entrevistas com as famílias por meio de conversa com a pesquisadora. As entrevistas podem ou não ser gravadas, a depender da decisão do participante. O tempo previsto para as entrevistas é de quarenta minutos.

Os riscos envolvidos nessa pesquisa estão relacionados ao desconforto e a inibição em prestar as informações solicitada. Como forma de minimizá-los, o Sr (a) poderá se negar a dar qualquer tipo de informações que cause constrangimento ou mesmo desistir da pesquisa a qualquer momento, sem a necessidade de explicar o motivo. Poderá ainda, durante toda a pesquisa, fazer qualquer pergunta ou questionamento relacionado ao estudo. Os benefícios para o participante serão indiretos, visto que este trabalho poderá proporcionar o aperfeiçoamento dos serviços, uma vez que poderá observar os avanços e também limitações existentes.

Sua participação é voluntária, não havendo qualquer incentivo financeiro ou qualquer custo para participar da pesquisa, com a plena liberdade de recusar e participar ou retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem que isso acarrete em qualquer penalidade. Os resultados da pesquisa estarão a sua disposição quando finalizada. Os dados e instrumentos utilizados ficarão arquivados com a pesquisadora por um período de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa, e depois desse tempo serão destruídos. O Sr(a) não será identificada(o) em nenhuma publicação. Seu nome ou o material que indique sua participação não serão liberados sem a sua permissão. A pesquisadora tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo e confidencialidade,

atendendo à legislação brasileira, em especial, a Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, e utilizará as informações somente para fins acadêmicos e científicos.

Eu _____ abaixo assinado, declaro que concordo em participar da pesquisa “Ciclo intergeracional de permanência nos serviços socioassistenciais – caso de famílias atendidas pelo Suas no município de Mariana-MG”, por minha própria vontade. Fui informado de maneira clara e detalhada, e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar. Recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido. Fui esclarecido que para obter informações e no caso de irregularidades éticas durante a pesquisa poderei consultar CEP/UFV – Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos Universidade Federal de Viçosa. Edifício Arthur Bernardes, piso inferior

Av. PH Rolfs, s/n – Campus Universitário. Cep: 36570-900 Viçosa/MG. Telefone: (31)3899-2492. Email: cep@ufv.br. Site: www.cep.ufv.br, bem como, entrar em contato com a pesquisadora assistente Luciana da Conceição Gomes, Endereço: Departamento de Economia Doméstica da UFV Telefone (31) 31987490675. E-mail: luciana13gomes@hotmail.com ou com a orientadora da pesquisa (Prof.^a Márcia) no Departamento de Economia Doméstica da UFV, pelo telefone (31) 3899-1637 e pelo e-mail: marciabfontes@gmail.com.

Mariana, _____ de _____ de 20____.

Assinatura do Participante

Assinatura do Pesquisador